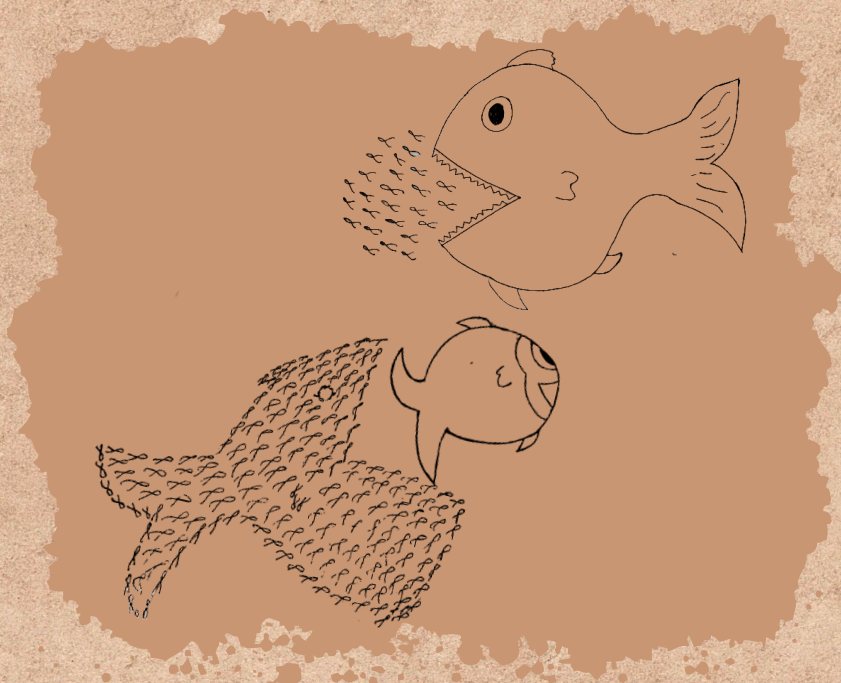


A CAMINHADA

A saga dos Posseiros do
Araguaia/Tocantins



"Eu estava lá!"

Emmanuel Wambergue



A CAMINHADA:
A saga dos Posseiros do Araguaia/Tocantins

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR

REITOR

José Geraldo Ticianeli

VICE-REITOR

Silvestre Lopes da Nóbrega

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR
Carlos Vicente Joaquim

CONSELHO EDITORIAL

Titulares

Ariosmar Mendes Barbosa
Georgia Patrícia da Silva Ferko
Rosinildo Galdino da Silva
Guido Nunes Lopes
Rafael Assumpção Rocha
Raquel Voges Caldart
Simone Rodrigues Silva
Ana Paula da Rosa Deon
Priscila Elise Alves Vasconcelos
Altiva Barbosa da Silva
Madiana Valéria de Almeida Rodrigues
Ricardo Carvalho dos Santos
Paulo Jeferson Pilar Araujo

CONSELHO EDITORIAL

Suplentes

Francinildo Gales dos Santos
Victor Hugo Lima Alves
Gilmara Maria Duarte Pereira
José Teodoro de Paiva
Monalisa Pavonne Oliveira
Ramão Luciano Nogueira Hayd
Edileusa do Socorro Valente Belo
Edilane Nunes Régis Bezerra
Rafael Reis Ferreira
Fábio Luiz Wankler
Lilian Leite Chaves
Maria Bárbara de Magalhães Bethonico
Roni Petterson de Miranda Pacheco



**CAPES
PROCAD
AMAZÔNIA**



Material produzido com o financiamento por meio do Auxílio n. 1744/2018. Processo n. 8881.200606/2018-01. Projeto “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento”.

Editada pela Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av. Cap. Ene Garcez, 2413,
Aeroporto – CEP: 69.310-000. Boa Vista – RR – Brasil
E-mail: editora@ufrr.br

A Editora da UFRR é filiada à:



A CAMINHADA:
A saga dos Posseiros do Araguaia/Tocantins

Emmanuel Wambergue



Copyright © 2023
Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados ao autor, na forma da Lei. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) e é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Este livro foi financiado pela Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
(CAPES).



Prestador de serviço



Editora Poíma
Rua Ana Cecília Mota da Silva, nº 732, Jardim Floresta
Boa Vista – RR – Brasil Site: editorapoiima.com.br
E-mail: editorapoiima@gmail.com
Fone: + 55 95 991171663

Capa

Adriana Cristina de Souza Silva
(Editora Poíma)

Diagramação

George Brendom Pereira dos Santos
(Editora Poíma)

Revisão Ortográfica

Lêssa Cristina Viana Kirch
(Editora Poíma)

Dados Internacionais de Catalogação na publicação (CIP)
Biblioteca Central da Universidade Federal de Roraima

W243c Wambergue, Emmanuel.

A caminhada: a saga dos posseiros do Araguaia/Tocantins /
Emmanuel Wambergue. – Boa Vista: Editora da UFRR, 2023.
97 p. : il.

Inclui Bibliografia.

ISBN: 978-65-5955-058-6

Livro eletrônico.

1. Posseiros. 2. Conflitos agrários. 3. Memória. 4. Resistência. I.
Título. II. Wambergue, Emmanuel. III. Universidade Federal de
Roraima.

CDU - 332.021.8(811.5)

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária/Documentalista:
Maria de Fátima Andrade Costa - CRB-11/453-AM

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.
Os textos deste livro foram avaliados e aprovados por pareceristas ad hoc

Para minha valiosa esposa, a SOCORRO que tanto me apoia, para meus 4 filhos, meus 5 netos ou, ainda, para a minha querida falecida LUZA que tanto me ensinou. Todos que me fizeram marido, pai, avô e me fizeram brasileiro.

*“[...] Mas é fora de dívida que o maior problema de
Marabá,
Como aliás de toda a região, é a exploração do homem
pelo homem,
Numa quase escravidão de milhares de famílias
Por um número de indivíduos ricos e
Completamente destituídos de qualquer escrúpulo.
Quando a riqueza pública é repartida de tal modo que
Apenas um pequeno grupo de pessoas a aproveita,
Enquanto a imensa maioria vive na miséria,
Uma revolução é inevitável, e uma revolução que seria
feita,
Com toda a razão, em nome da justiça.
O destino dos homens está em suas próprias mãos.
O destino das cidades entre as mãos de seus habitantes.
Em 1970 será Marabá uma cidade humanizada?
Ou uma cidade corrupta e geradora de miséria?
Isso depende de seus habitantes...”*
(H-D. BARRUEL DE LAGENEST. **MARABÁ,
CIDADE DO DIAMANTE E DA CASTANHA.** São
[Paulo: Editora ANHAMBÍ S.A., 1958.]¹

¹ **Jean-Pierre Barruel de Lagenest** (1918-2015), dominicano Francês, vem ao Brasil em 1946. Formado em filosofia, teologia, sociologia e psicanálise, leciona no Serviço Social da PUC/SP. Em 1958, publica seu trabalho de pesquisa: “Marabá, cidade do diamante e da Castanha”. Ele é convidado pelo Instituto Joaquim Nabuco para uma pesquisa/inquérito sobre a prostituição em Recife em 1966-1967. Por seu trabalho, cria a Pastoral da mulher marginalizada e se torna assessor da ONU para os casos de exploração sexual e tráfico de mulheres no mundo.

AGRADECIMENTO

PARA QUEM?

“A CÁIRA ”

Mas a Cáira? Por que a Cáira? Quem é essa Cáira?

É verdade! Eu poderia dedicar essas memórias para minha valiosa esposa, a SOCORRO que tanto me apoia, para meus 4 filhos, meus 5 netos ou, ainda, para a minha querida falecida LUZA que tanto me ensinou. Todos que me fizeram marido, pai, avô e me fizeram brasileiro.

Eu deveria oferecer essas linhas para meus pais, para meus irmãos, minhas irmãs que me fizeram homem cidadão.

Porque não me lembrar, logo, de todos meus amigos de luta desses quarenta anos de Brasil e de Marabá, em particular, os amigos de labuta na CPT, na FATA e na COPSERVIÇOS, nos STR, no LASAT¹ e na Universidade.

Porque não homenagear meus 34 amigos assassinados nessa luta pela reforma agrária, do Zé Piau, o primeiro da lista, até Zé Claudio e Maria, passando pelo Gabriel Pimenta e Paulo Fonteles, Arnaldo e Irmã Adelaide, de Eldorado, Padre Josimo, o Gringo, João Canuto e Expedito Ribeiro de Xinguara/Rio Maria, Benezinho, de Tomé Açu e o Vergílio de Moju... vamos parar a lista aqui! Porque não citar aqui os “dinossauros” do Movimento Sindical na Região que participaram das primeiras chapas combativas dos STR: Maria de Jesus, do STR de Jacundá, Antônio Chico, do STR de Marabá, Vicente ou Joazinho, de Itupiranga, Antônio Gomes, de Nova Ipixuna, a dona Ana, de Marabá, o Jurandir, a Cledineuza, a Morena e o Nelito, de São Domingos, o Barbudinho, de São João ou ainda o Gatão, do Conselho Nacional do Seringueiro (CNS) ou o Ademir Martins de Marabá... de novo, vamos parar a lista aqui.

Porque não lembrar ainda dos sindicalistas que foram referências do Movimento e faleceram nesse ano passado 2015, Regino, de Eldorado, Manoel Monteiro, de Itupiranga e Almir, de São João.

Justamente Almir! Almir Ferreira Barros, meu velho amigo das primeiras batalhas quando cheguei na Palestina e meu professor do Movimento Sindical, desde então, primeiro presidente da chapa combativa de São João do Araguaia, primeiro

1 Laboratório Sócio Agrônômico do Araguaia Tocantins.

presidente fundador da FATA, primeiro vice-presidente da chapa da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da FETAGRI, primeiro presidente fundador da COOCAT. Acabou de falecer alguns dias antes desse último Natal de 2015.

Logo, Cáira, no meio de todos esses figurões! Quem és tu? Há um ano atrás, eu nem te conhecia e te encontrei como aluna do curso de Geografia da Universidade, na Secretaria da FETAGRI e tua colega, Miriam, me apresentou:

“... é filha do Almir!... sabia?”

Levei um susto. Eu não sabia, não. Aliás, nem sabia que o Almir tinha filho, menos ainda filha! Fui cobrar ao Almir esse segredo:

- Almir! Por que tu nunca me falaste que tu tinhas uma filha?
- Mas eu também não sabia! Me esconderam! Até faz pouco tempo!

Na última conversa que tive com Almir antes de viajar para Belém para se tratar, ele me afirmou que, na volta, ele ia encaminhar o reconhecimento da Cáira como filha. Não sei ainda se ele teve tempo, mas era o profundo e sincero desejo dele.

Quando, na mesma conversa, eu perguntei para ele o que ele tinha feito de mais bonito na vida:

- Ter resolvido a questão dos posseiros e dos índios do Mãe Maria!

Eu sabia que ele ia me responder isso, pois fiquei envolvido com ele na mesma questão e se me perguntasse eu ia responder a mesma coisa!

Nessa mesma conversa, eu perguntei para ele:

- “E o mais feio?”
- “Me ter separado da família! E, por isso, de não saber da Cáira!”

No mesmo dia, no meio da conversa, ele me disse ainda:

- “Mano, nossos jovens precisam saber por onde a gente passou e o que foi a nossa briga pela terra! Pouca gente sabe dessa história nossa! Tu tens que escrever a saga dos posseiros do Araguaia! Isso precisa ser dito, precisa ser conhecido; tem que ir no preto-branco.”

Cáira! Que tu sejas filha ou não do Almir, sabe lá, não importa! Tu és jovem, filha do campo, filha de assentados, estudante, envolvida no novo movimento sindical. Tu representas toda essa juventude da “roça”, por isso, esses relatos de vida e de vidas são para ti e para todos aqueles que tu representas.

Essas vivências escritas vão para vocês, os jovens do campesinato do sul e sudeste paraense. São para vocês todos, filhos e filhas de migrantes sem-terra de todos os cantos do Brasil que vieram para cá cheios de sonhos. São para vocês, novos paraenses, novos Josué, Gedeão, novas Judith, Ester, da caminhada dos povos dos campos, das florestas e das águas, da nossa agricultura familiar.

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO I	11
	APRESENTAÇÃO II	12
	PREFÁCIO	14
1.	“HOJE É FARDA CONTRA FARDA!”	18
1.1.	A AGROVILA DO CURIÓ	19
1.2.	“...TEJE PRESO!”	22
1.3.	“OPOMIL”	26
1.3.1.	OP/OMI/L	27
1.4.	COMO CHEGUEI NO BRASIL?	27
1.5.	AS CEB’S: PRIMAVERA DA CIDADANIA	31
1.6.	“SÃO TODOS MENTIROsos E SUBVERSIVOS”: MLPA ..	33
1.7.	“MUITO PRAZER DO NOSSO REENCONTRO!”	38
1.7.1.	Dom Alano e Curió.	38
1.8.	A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, UM SERVIÇO DE IGREJA	40
1.8.1.	O MEB	40
1.8.2.	A CPT de Marabá	41
1.9.	CEB E STR: CEB, INCUBADORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS	43
1.9.1.	Nascimento do campesinato	43
1.9.2.	A Necessidade obriga: uma Mística	43
1.9.3.	Organização interna forte obriga: as comunidades eclesiais de base	46
1.9.4.	Uma forte organização formal e política obriga: os STRs ..	48
1.10.	FÁBULAS FABULOSAS	50
1.10.1.	Os peixinhos e os tubarões	51
1.10.2.	O rei das árvores (juízes: 9.8)	52
1.10.3.	A taboca e a castanheira	53
1.10.4.	A raposa e o urubu	53
1.10.5.	A onça e a anta	54

1.10.6.	A onça e o veado	54
1.10.7.	A raposa e as bananas	54
1.10.8.	As cutias e a onça	55
1.10.9.	As formigas	55
2.	“NA LEI OU NA MARRA, NÓS VAMOS GANHAR!”	56
2.1.	O MASSACRE DA UBÁ	57
2.2.	O MASSACRE DA PRINCESA	65
2.3.	ÁGUA FRIA E PEDRA FURADA: ENSAIO ANTES DO MASSACRE DA CURVA DO S	70
2.3.1.	Primeiro acampamento dentro do GETAT	70
2.3.2.	Irmã Adelaide	70
2.3.3.	Arnaldo	72
2.3.4.	O primeiro “OCUPAMENTO” no GETAT	73
2.3.5.	Após Pedra Furada e Água Fria	80
2.4.	“TERRA DE ÍNDIOS É TERRA DE ÍNDIOS” TERRITÓRIO INDÍGENA “MÃE MARIA” E O PA ARARAS	82
2.4.1.	A fonte do problema	84
2.4.2.	Uma situação confusa	85
2.4.3.	Divisões	85
2.4.4.	Uma luz	87
2.4.5.	O desfecho	89
2.5.	RECOMEÇO	92
	REFERÊNCIAS	95
	SOBRE A AUTOR	96
	NOTAS	97

APRESENTAÇÃO I

A CAMINHADA DE MANU

O relato de Manu sobre suas vivências no Pará, acompanhando as atividades de disputa pela terra com muitos casos de violências e mortes nos conflitos agrários é um depoimento denso, detalhando fatos e sentimentos dos atores envolvidos. Chama a si a responsabilidade de narrar tudo o que viu, ouviu, viveu como sujeito de muitas dessas atividades e registrou em documentos, fotografias e na memória que flui nesse texto como um depoimento despojado de auto censura, mas pela gravidade do que narra, assume o caráter de denúncia importantíssima para a história da Amazônia.

Como religioso e ativista da Comissão Pastoral da Terra, depois como assessor dos movimentos populares da região Sudeste do Pará, Emmanuel Wambergue é um sobrevivente do ambiente hostil que eliminou centenas de atores que se punham contra o latifúndio. Se ele foi poupado da eliminação física pelos algozes latifundiários, ou resistiu à malária, gripes, erisipelas, depois de tanto sofrimento partilhado com os oprimidos do Sudeste do Pará nas intermináveis e muitas vezes infrutíferas negociações, se chorou tantos amigos mortos e atingidos pela tragédia da desigualdade social, Manu se tornou um profeta em sua missão de anunciar sua crença em um mundo fraterno.

Findo a leitura desse texto com uma sensação de que ele me abriu os olhos e o coração, a mim que convivi com ele, durante três anos e meio, um pouco do que ele conta, conhecendo cada um dos personagens que ele descreve, mas de maneira insuficiente no tempo e na densidade que vem nessa “Caminhada”.

Tenho certeza de quem ler a “Caminhada” vai ter revelações que lhe mudarão a visão, a compreensão do mundo, a vida.

Gutemberg Dinis Guerra

Outubro de 2022

APRESENTAÇÃO II

POR QUÊ?

Um pouco antes do Natal, Almir faleceu, meu amigão, nosso amigão e companheiro dos STR², da FETAGRI³, da FATA⁴, do CAT⁵, da COCAT⁶, da Palestina, do Araguaia...

Antes de ele viajar para Belém para se tratar, conversei longamente com ele e no meio da conversa ele me disse: “Mano, nossos jovens precisam saber por onde a gente passou e o que foi a nossa briga pela terra! Pouca gente sabe dessa história nossa! Tu tens que escrever a saga dos posseiros do Araguaia! Isso precisa ser dito, precisa ser conhecido, tem que ir no preto-branco!”

Para que esperar? Acho que, no momento, não vou escrever um livro como de vez em quando prometo! Não vou me preocupar em organizar uma publicação! Talvez, no fim, nós vamos produzir um livro! Não vou verificar rigorosamente a escrita! Com certeza vou citar nomes trocados, vou errar datas, esquecer fatos, omitir detalhes, quem ler, se souber, então, corrige!

Queria fazer assim, escrevo um fato vivido, faço uma reflexão, digo um sonho, rascunho alguma coisa, sei lá. Escrevo um capítulo, junto um artigo, um documento esclarecedor; não vou me preocupar em articular os fatos de forma cronológica. Mando essas linhas para vocês, meus amigos. Podem mandar para seus amigos e se acharem oportuno, divulguem! Todos podem contribuir corrigindo os fatos, acrescentando um dado, uma foto, um documento. Qualquer um pode fazer sua reflexão, lembrar um evento. Enfim, vamos montar uma rede da memória? Vamos articular nosso sonho coletivo registrando a história que fizemos! Eu tenho orgulho, eu tenho ciúme da história que eu vivi, que nós vivemos!

Minha memória é um produto de uma história coletiva. Só tive sorte de estar no lugar certo a hora certa. O que eu tinha de fazer era colocar meus pés nesse trabalho de 12 anos na CPT⁷, 12 anos na FATA⁸, e 12 anos na COPSERVIÇOS⁹! Essa memória não me pertence. Não é minha, é nossa!

2 Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

3 Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará e Amapá.

4 Fundação Agrária do Araguaia Tocantins.

5 Centro Agroambiental do Tocantins.

6 Cooperativa Camponesa do Araguaia Tocantins.

7 Comissão Pastoral da Terra.

8 Fundação Agrária do Tocantins Araguaia.

9 Cooperativa de Prestação de Serviços.

Não sou muito craque em informática. Sou do tempo da máquina de escrever. Deem sugestões da forma que nós vamos nos relacionar. Tem que ser acessível a todos, sem gastos, fácil de respostas. A FATA poderia centralizar uma “biblioteca” de dados recebidos. A Unifesspa¹⁰, via alguns alunos, alguns bolsistas poderiam resgatar um índice de dados já escritos sobre essa história juntando os trabalhos finalizados de doutorados, mestrados, TCC¹¹, vídeos e artigos existentes, escanear os documentos guardados na CPT, escondidos nos arquivos dos STR, esquecidos nas pastas guardadas nas gavetas dos “Dinossauros do Movimento”. Tá viajando, Mano! Não, estou sonhando e sempre falo: um sonho individual realizado é apenas um desejo alcançado; um sonho coletivo realizado faz a história.

Confirme se recebeu essa mensagem e se quiser continuar receber esses escritos meus. Com certeza vou esquecer alguns amigos nessa lista; quem perceber isso pode encaminhar para o esquecido. Fique bem à vontade.

“Vambora” meter a cara!

PREFÁCIO

“O que vale na vida não é o ponto de partida e sim a caminhada. Caminhando e semeando, no fim, terá o que colher”

Cora Coralina.

O poema acima leva-nos a refletir sobre a construção/desconstrução da história que homens e mulheres têm concretizado em tempos e em espaços diversos e plurais. Em específico, no período ditatorial (1964-1985) e na Amazônia, que é um território marcado por violências contra a sociedade e a natureza, mas também por resistências de camponeses e de povos tradicionais e originários, que se opõem às ações estatais e empresariais desenvolvimentistas destruidoras, autoritárias e desumanas.

Este e-book “A Caminhada”, de Emmanuel Wamberg, o Mano, revela a trajetória social do autor desde sua origem em um território colonizador, a França, até a fase adulta, atravessando o Atlântico em direção a uma região ocupada por sujeitos diversificados (camponeses, extrativistas, pescadores, indígenas, latifundiários, militares, agentes do Estado, religiosos e militantes políticos), com os quais aprendeu novos sentidos e novos significados da terra, das águas, da floresta e do território nos trópicos. Aprendendo/ensinando/compartilhando, construiu uma vida amazônica.

Conheci o Mano nesse intenso processo. A primeira vez que o encontrei foi na casa do Jean Hébette, no ano de 1996. Sempre comunicativo, eu o ouvia contar fatos e citar muitas pessoas de Marabá e região – eram muitos fatos e muitos lugares, narrados em diálogos longos, leves e precisos ao amigo da travessa Mercedes, número 7. Era fantástico assistir às risadas, às perguntas e às respostas entre eles! Apenas no final dos anos de 1990, na Fundação do Araguaia-Tocantins (FATA) em Marabá, da qual foi dirigente e conselheiro, fui entender aquelas narrativas e conhecer muitos sujeitos referidos. Pelos caminhos entre os prédios cercados de belas árvores na FATA, impressionava-me que todos o chamavam e ele sempre lhes concedia atenção com delicadeza e com seriedade.

Depois, na direção da Cooperativa de Prestação de Serviços (Copserviços), ele me ajudou em pesquisas. Ensinou-me sobre a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATES), sobre os Projetos de Assentamentos (PAs) e muito sobre as lutas camponesas na região, mesmo quando tive o prazer de “orientá-lo” na especialização na UFPa, no curso de Agronomia. Compartilhar seus

conhecimentos é marcante na relação que o Mano estabelece com o outro. A universidade tem muito a aprender com ele!

Até hoje, impressiona-me a memória social e política do Mano sobre essa Amazônia brasileira que se tornou sua casa. No sudeste paraense, sua percepção das mudanças aceleradas foi possível devido às interações de amizade, de afeto e de solidariedade estabelecidas em suas andanças nos confins das áreas ocupadas por aqueles sedentos por terra/vida – os camponeses, os indígenas, os pescadores, os pobres, as mulheres, as crianças, os excluídos...; muitos deles recalcitrantes e, por isso, violentamente eliminados, sem nem mesmo terem tido tempo de se reproduzirem numa terra, como podemos verificar neste livro. Com sua família biológica do “velho mundo”, ele compartilhava algumas vivências doloridas e outras alegres: elas eram elos de aproximação e caminhos de denúncias.

“A Caminhada” não se trata, portanto, de uma obra autobiográfica, no sentido restrito e coeso, mas sim de uma análise contextualizada de acontecimentos, nem sempre vivenciados diretamente pelo autor, mas deveras percebidos e, profundamente, sentidos por ele, seja em tempos imediatos aos fatos ocorridos ou distantes, como na escrita dessa obra. Em sua totalidade, foram eventos que ocorreram no período da ditadura militar e que dizem respeito à trajetória social de vida do Mano, construída no encontro com atores diferentes e diversos, como os camponeses, como os militantes e como as lideranças de movimentos sociais; como os intelectuais orgânicos, como os padres, como as freiras, como os líderes sindicais e como os representantes do Estado. São memórias! São importantes fontes de pesquisa sobre a história social e política do Sul/Sudeste paraense, apresentando uma leitura profunda de uma realidade perversa e, ao mesmo tempo, plena de vivências. Elas nos proporcionam investigar e compreender uma dimensão não oficial, porém reveladora, da nossa história pública violenta, que tendências conservadoras defendem e tentam, no momento atual, restabelecê-la.

Essas memórias contestam a história oficial e o enquadramento dela no contexto regional, anulando os sujeitos que, com suas culturas e seus pertencimentos, nessa região se reproduziam. Assim, o autor, em (contra)posição, mostra que essas memórias são políticas, que afirmam as relações de poder e de classes sociais, os conflitos, as violências (com chacinas) e a diversidade de atores envolvidos com suas estratégias. É nesse âmbito que Wamberg destaca a frase: “a justiça tarda e não vem” (p. 65, 69, 81 e 82), aludindo ao fato de que a justiça é, também, política, é disputa e tem sobre ela o interesse de classes. Aos camponeses, essa justiça se

reproduz numa violência contra seus corpos e seus territórios, expropriando-os. A impunidade se mantém naturalizada, quando deveria ser opróbria.

Nesse e-book, Mano apresenta memórias de fatos vivenciados em enfrentamentos com entidades em luta pela terra e em defesa de direitos civis, em movimentos de organizações pastorais e políticas contra o Estado repressor e suas instituições militares, contra os latifundiários e suas empresas de violência. De maneira clara e instigante, os fatos são narrados sem uma preocupação com a ordem cronológica de seus acontecimentos, o que em nenhum momento prejudica a compreensão da narrativa do autor, que revela ações de sujeitos do campo e da cidade, do local e do estrangeiro, de militantes e de soldados, de militares e de padres, de sindicatos, da igreja e do Estado sobre as violências, mas também sobre as resistências camponesas no Sudeste paraense, a partir dos anos de 1960. Ele conta as estratégias para sair do enquadramento repressor, assim, demonstra o que acima descrevi sobre os sentidos e os significados das lutas, da natureza e dos sonhos!

Retrata, Mano, um território em permanente conflito entre camponeses e povos tradicionais e o latifúndio, que disputa, a fogo e a sangue, cada palmo de terra de que diz ser dono. São narrativas que desvelam as articulações sociopolíticas do poder ditatorial com suas opressões violentas, a partir das quais ficam evidentes suas experiências desumanas. Por outro lado, proporciona uma leitura de que nem sempre os caminhos da esperança se estreitam. Eles são largos e longos quando se precisa ou se quer acreditar na mudança, como demonstram algumas narrativas de lideranças, cujo caminho só é um: o da autonomia, da liberdade, da transformação.

Esse e-book promove muitas luzes nessa perspectiva, posto que o exercício democrático é um direito da sociedade e a memória, longe de ser linear ou estática no tempo e no espaço, assume um lugar central na luta pela persistência desse direito, pois ela revela à sociedade os conflitos, as lutas, as alternativas que fazem uma sociedade ser participativa, do contrário ela estará taciturna e fadada à manutenção de valores desumanos.

Essa obra é o primeiro produto de uma linha editorial da Série Biografias e Memórias, criada no âmbito do projeto Procad/AM intitulado “Estado e Políticas Sociais na Amazônia: diálogos críticos sobre apropriação de territórios e recursos naturais, mobilidades humanas e desestruturação de sistemas de conhecimento” e desenvolvido em associação com os seguintes programas de pós-graduação:

Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia (PDTSA/Unifesspa), Sociedade e Fronteiras (PPGSOF/UFRR) e Políticas Sociais (PPGPS/UENF). O

Procad/AM tem como objetivo analisar as políticas desenvolvimentistas praticadas pelo Estado em escala nacional e regional e seus impactos ambientais, culturais e sociais nos territórios e nas territorialidades dos sujeitos a elas concernidas. Via de regra, essas políticas resultam em um violento processo de desterritorialização, bem como em uma violação de direitos, impondo a necessidade de alargamento do universo conceitual da temática. Destarte, as balizas epistemológicas desse projeto associado repercutirão sobre o Estado, os conflitos socioambientais, as mobilidades humanas, os territórios, a educação, entre outros.

Na sua (contra)posição o autor desvela fatos, problemáticas e proposições que subsidiam a construção de alternativas aos processos de exclusão, de desigualdades, de violências e de conflitos gerados, inclusive, por políticas que, frequentemente, deslegitimam os *modus operandi* dos sujeitos excluídos narrados na obra.

Esse e-book é um regalo grandioso, profundo e valioso. Com sagacidade, Mano “recupera” eventos na forma como poderiam ter ocorrido; reelabora o passado no presente, articula discursos e elabora novos sentidos e novos significados sobre as lutas, sobre as resistências e os desafios camponeses, num permanente movimento dialético. Assim, o que escreve Mano é sobre isso, pois tudo está em movimento e em transformação – aspectos que me levaram a citar aqui a seguinte frase: “Desperto um belo dia no mundo e me atribuo um único direito: exigir do outro um comportamento humano. Um único dever: o de nunca, através de minhas opções, renegar minha liberdade” (Frantz Fanon). Sim, liberdade com bons afetos, compartilhando/colhendo/semear sonhos, pois outro mundo é possível.

Edma Silva Moreira

Marabá, Inverno Amazônico de 2023.

CAPÍTULO I

1.

“HOJE É FARDA CONTRA FARDA!”

“Hoje é farda contra farda!” são as palavras que Dom Alano me fala quando passa bem perto de mim. Ele está vestido de uma batina toda roxa cheia de botãozinhos roxos também. Nunca eu tinha visto ele fardado de bispo desse jeito.

Eu estou na Biblioteca do quartel, do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, no km 8 da Transamazônica, em março de 1977. Fui chamado como “testemunha” no processo do Padre Maboni, no caso da “Guerra dos Perdidos” ocorrida no fim de outubro de 1976.

Estou sendo investigado junto com as irmãs Dorothy e Rebeca, os padres Humberto e Roberto, nós todos, os “gringos” da Pastoral de Marabá. As principais perguntas do Tenente Coronel Hernani giram em torno do tema: “Vocês, da Igreja Progressista, estão conseguindo fazer o que a Guerrilha do Araguaia não conseguiu fazer! Estão fazendo do Araguaia o novo Mar Vermelho e o povo diz que, desse lado, é a Terra Prometida.” Ele me mostra o depoimento do Maboni onde esse afirma que sou um religioso comunista e subversivo... Ainda ele abre um caderno de cantos da nossa Igreja e pergunta se essa música não é subversiva: “Nossa alegria é saber que um dia, todo esse povo se libertará pois Jesus é o Senhor do mundo, nossa esperança realizará!”

Lembro-me muito bem das perguntas do Hernani, mas não me lembro muito bem das minhas respostas. Só sei que dei muitos argumentos “bíblicos, teológicos e eclesiais”, nenhum “ideológico”. Na hora da saída, ele me pergunta se eu conhecia o endereço do Ademir e da Luza do Movimento de Educação de Base (MEB). Falo que eu sabia, mas que eles estavam a trabalho nas escolas, na Transamazônica e que só voltavam daqui uns cinco dias. Mentira minha. Eles estavam em Marabá. Oh, sorte! O Hernani me diz que tinha apenas dois dias para fechar o inquérito desse processo, portanto, não teria tempo para chamar eles! Só sei que saí de lá aliviado e alegre junto com Dom Alano, fardado de roxo.

Esse episódio retrata muito bem a relação entre a Igreja e os militares nos anos 75-80 e qual era a posição de grande parte da Igreja Católica no Brasil, principalmente nessa região do Araguaia-Tocantins, Sul do Maranhão, norte do Goiás e Sul do Pará, região genericamente chamada de Bico de Papagaio. Acho interessante relatar alguns fatos que vivi para entender essa situação e,

principalmente, para afirmar a incrível resistência e teimosia do povo em vencer desafios. Esses homens, essas mulheres reagiram alimentando-se da sua própria crença, justificando sua ideologia na sua própria “mística”, construindo suas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e fazendo espertas alianças com apoio da Igreja Progressista. É necessário relatar alguns fatos para entender a importância da presença da Igreja, para compreender que esses espaços e lugares ofertados pela Igreja foram capitais para o nascimento do campesinato do sul e sudeste do Pará, para sua luta pela conquista da terra.

A judicialização dos movimentos populares criminalizando seus militantes, a partir de delação pela força, sob tortura ou com promessa de liberdade, é a prática de todas as ditaduras... Hoje, modernizou-se na forma de delação premiada.

1.1. A AGROVILA DO CURIÓ

Logo que cheguei na Palestina, dia 24 de dezembro de 1975, o padre Humberto me diz que ele sofria de erisipela com infecção avançada nas pernas. Tinha ordem do médico de se tratar e de parar, por um tempo, de andar a pé ou a cavalo. Já marcou uma ida a São Paulo para janeiro. Ele fez para mim um mapa de toda região da Palestina, Brejo Grande, Santa Rita, São Raimundo, Itamirim,

Porto da Balsa e as vicinais da Transamazônica. Em cada uma dessas localidades, me indicou nomes dos animadores da CEB. Era só eu visitar essas comunidades que os animadores estavam avisados e já me esperavam. E o Padre foi se tratar.

Na mesma semana, recebi a visita do Manoel Jaó, da Santa Rita, e do Tônico, do Brejo, para me convidar a umas reuniões que eles chamavam de rezas. O assunto da “reza” era o mesmo: o Curió queria que o povo de todas as localidades da região fosse se mudar para a Agrovila do Km 100. O motivo era claro, em janeiro de 1975, tinha acabado oficialmente a Guerrilha do Araguaia por simples eliminação de todos os poucos 70/75 integrantes. Curió foi o comandante do aniquilamento da Guerrilha utilizando a força uns “mateiros” do povo da região como guias do Exército. Terminou a Guerrilha, precisava controlar esse povo que tinha tido contatos com “o povo da mata” como eram chamados os guerrilheiros. Precisava prevenir qualquer nova “infestação” e, por isso, era necessário concentrar os “possíveis contaminados” no mesmo local, velha prática de deslocamento de população para total controle, ou seja, campo

de concentração utilizado desde os faraós, os reis de Babilônia ou ainda Hitler, Stálin e, claro, o Curió, especialista da ideologia da Segurança Nacional que ele estudou na Escola Militar do Panamá.

E mais ainda, as vicinais da Transamazônica tinham acabado de ser construídas e seus lotes demarcados numa extensão de 7,5 quilômetros de cada lado da Transamazônica. Os mapas produzidos em Brasília não “sabiam” que tinha povoados e posseiros. Na demarcação dos lotes e das vicinais da colonização, todos se acharam dentro da colonização e não eram considerados colonos, pois não deveriam estar aí!

Lembro-me como fosse ontem. Era minha primeira reunião com o povo. Minha primeira vez! Mal falava português e estava preocupado, queria chegar a tempo! 21 km a pé até Santa Rita. Cheguei na casa do Manoel Jaó com minha mochila, minha rede e muita disposição. Com o Manoel, vou visitar algumas pessoas do povoado e também irmãos e irmãs dele. Ele me leva a quatro famílias que foram expulsas das suas terras de Campestre, do outro lado do Araguaia. Pistoleiros chegaram a mando de um grileiro e queimaram todas as casas, inclusive a capelinha. Só escapou o cruzeiro. O Manoel me comenta também a preocupação do povo com essa história do Curió que quer concentrar o povo na Agrovila. O Curió fez reunião com o povo, prometeu mundos e fundos, lote urbano e casa para todos, lotes na colonização, escolas, posto de saúde, rodoviária, beira da Transamazônica com fim do isolamento. Somando, dizia ele, situação bem melhor do que aquela que estavam vivendo.

Na hora da reunião, o Manoel me chama: “Vamos pra reza!”. A capelinha de parede de barro e teto de palha de babaçu está lotada de gente. Dá para perceber na luz das velas e das lamparinas os movimentos do povo entre as bancadas de pau de açaí. Está cheio de homens e mulheres, crianças e jovens. Alguns cachorros acham refúgio debaixo do altar. Muita zoada, muitas conversas! O Manoel me apresenta os dirigentes da Igreja, a dona Constância, rezadeira, o marido dela com apelido de Sapateiro, representante do prefeito, a Raimundinha, a professora junto com sua colega Joana mais velha, o professor Messias e o motorista Carlos que faz linha com sua C10 Marabá/Santa Rita. Quase todos os presentes vêm me conhecer, o novo agente da pastoral, e me cumprimentam com um caloroso abraço. O Diassis, meu amigo Diassis, ex-presidente da FETAGRI do Pará, estava presente. Me confessou ele, há pouco tempo, que ele tinha ido lá, junto com a molecada, para ver o tamanho do meu nariz, ele tinha, então, nove anos! (nariz! Que nariz?)

A reza começa por um Pai nosso, uma Ave Maria e um canto. O Manoel me apresenta à comunidade. Salva de palmas! Boas-vindas! Agradeço e me coloco à disposição. O Manoel pede para Raimundinha professora ler um trecho do evangelho. É o canto no primeiro capítulo de Lucas onde Maria agradece a Deus por derrubar os poderosos e deixar os ricos de mãos vazias, por levantar os fracos e oferecer farturas aos famintos. O Manoel faz um breve relato da grave situação conhecida de todos diante dos propósitos do Curió. Todos sabem do poder do homem e vem a pergunta: “o que fazer?”. Um a um os presentes, dez, quinze, homens, mulheres se levantam e falam com muita revolta, escandalizados pelo fato. Eu fico impressionado pela fala de cada um. É confirmado que os outros povoados vizinhos também são ameaçados. Já faz mais ou menos uma meia hora que rodam as falas de muitos quando, de repente no meio da fala do Messias, a Dona Constância corta a frase e começa com voz muito alta, uma “Ave Maria” e o povo todo vai atrás da dezena do rosário e continua as ladainhas. Fico surpreso; não entendo nada; que reza estranha é essa? Não tem lógica! Como que se corta a palavra de alguém desse jeito e os presentes, de fala tão revoltada, estão todos rezando e rezando... Mais estranheza ainda quando, depois de uns cinco, dez minutos, de repente, a Dona Constância para de rezar o terço e o Messias continua a fala dele no ponto onde foi parado pela “Ave Maria” da rezadeira. Muito encucado, logo após a reza/reunião, procuro a Dona Constância e pergunto o porquê desse terço no meio da fala do Messias. Ela me olha com a cara mais limpa: “Mas o senhor não viu nada? O meu filho estava na entrada da Igreja. A gente tinha visto que o Geraldão, [agente] secreto do Curió, estava aqui, na vila, com certeza ele sabia da sua vinda! Quando ele viu o movimento na Igreja, ele veio curiar. Quando ele chegou, meu filho me avisou. Mandei rezar um terço! Ele ficou, olhou, viu que não tinha nada demais. Abusado, ele foi embora e a gente continuou nossa conversa!” Imagine meu espanto, sem dor, sem grito, na manhã, tinham botado para fora o Geraldão que, até hoje, deve acreditar que, nessa capela, naquele dia, rezavam terço.

Sim! E aí? Como ficou a questão da Agrovila do Curió? Nessa mesma reunião, teve muitas propostas, se chegar os tratores, deveria derrubar as duas pontes ou cortar a estrada com árvores, fazer uma trincheira na entrada do povoado, queimar os tratores, se sentar na entrada e impedir as máquinas passarem... Muitas falas! Têm muitas palavras que não entendo e muito menos ainda a solução final aprovada, sair todo mundo em procissão e entregar a Santa, Santa Rita,

ao prefeito da Agrovila, o Pernambuco, que era funcionário do INCRA²⁸. Uma delegação foi escolhida para deixar o recado da entrega da Santa na Agrovila. De novo, diante meu espanto, a Dona Constância me explica: “Vai sair todo mundo mesmo. Não vai sobrar ninguém aqui, nem os bichos! O que o Curió vai fazer com esse povo todo? Vão matar tudo!”

Na reunião do Brejo Grande foi decidido pintar a Igreja e plantar um enorme cruzeiro. Quando perguntei ao Tônico porque estavam arrumando objetos que iam ser derrubados, a resposta foi categórica: “Já viu um motorista de trator derrubar uma igreja ou um cruzeiro?” Na Palestina, começaram a construir casas no novo bairro e o alicerce de uma nova igreja.

Podem ir ao km 97 da Transamazônica entre a entrada de Brejo Grande e Palestina, do lado esquerdo, no entroncamento da vicinal de Santa Rita. Lá se encontrava um imenso descampado com ruas traçadas, um conjunto de vários barracões de quartos como moradias provisórias dos colonos selecionados, galpão da COBAL²⁹ abarrotado de produtos e ferramentas para vender, garagens para carros do INCRA e o caminhão e ambulância “dos colonos”, escritório do INCRA, armazém de estocagem da CIBRAZEM³⁰. Hoje, o mato tomou conta da área toda e sobram alguns esqueletos daqueles barracões. Palestina e Brejo Grande são municípios e nenhum morador saiu dos povoados citados, mas ao contrário ganharam uma nova população.

Pifou o Projeto do Curió! Eu sei que não é só a entrega da Santa ou a fixação do cruzeiro que ia impedir o plano do Curió, mas que mobilizou o povo, mobilizou e isso o Curió sabia. Acho que ele se vingou criando uma colonização particular na OP3. Todos os guias fracos e fortes “ganharam” um lote de 100ha. Ninguém podia sair de lá! Quando fui visitar o Agenor que morava lá com sua família, na volta fui preso, mas isso é uma outra história que eu conto depois.

1.2. “...TEJE PRESO!”

O Leandro, o soldado Leandro, está acompanhado por outro colega fardado. Estou na porta da casa do Tônico e da Tônica, no Brejo Grande. Estou com uma foice na mão. Nós tínhamos combinado de ir à roça.

28 Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

29 Companhia Brasileira de Alimentos

30 Companhia Brasileira de Armazenamento

“Teje preso! Vamos na delegacia! Recebi ordem de lhe prender para averiguação!” Me diz o Leandro.

O Tônico sai e diz para o Leandro que não vou preso, que estou aqui à serviço e que sou o novo agente de pastoral e que trabalho com o Padre Roberto e o Padre Humberto. O Tônico fala grosso com o soldado, exige ver a ordem de prender. Diz que vai comunicar isso a Dom Estevão, bispo de Marabá. O clima esquenta. Acabo dizendo para o Tônico que vou acompanhar os dois soldados e ver o porquê da prisão. O Tônico vai comigo na delegacia. É de manhã cedo, a rua cheia de gente nas portas, olhando. Me lembro muito bem, estou andando enquadrado pelos dois soldados que mal chegam na altura dos meus ombros e o Tônico, na calma, falando duro com o Leandro.

Chegando à delegacia, que é a sala de entrada da casa do Leandro, todo mundo se senta na bancada de açaí. Logo, faço a pergunta: “Por que estou preso?” O motivo é simples, segundo o Leandro: “O senhor passou aqui frente à delegacia faz três dias atrás com mochila nas costas, de chinelas; foi na OP3 na casa do Agenor. Essa área é uma área de segurança nacional. Não pode andar desse jeito!” Respondo que não vi nenhuma placa avisando da área de segurança, nem cerca, nem quartel, nem militar. Só vi gente e casa. “Justamente, é área dos guias do Exército é área de segurança nacional. Só pode andar aí com ordem do Major Cúrio. Tenho que te levar para Marabá pro Capitão Cleto!...”

Na reunião dos animadores de comunidades de setembro, o Agenor tinha feito um pedido de ajuda para sua comunidade, por causa do fim da guerrilha, o povo da OP3 não tinha semente de arroz para plantar. As comunidades da Transamazônica tinham fatura de arroz e decidiram emprestar 20 sacos para o plantio. Agenor que tinha um jipe fez o transporte e distribuiu as sementes antes das chuvas. Em janeiro, na minha primeira participação em uma reunião de animadores, o Agenor não veio. Fui, portanto, encarregado de ir lá e fazer um relatório na próxima reunião, verificando se a semente tinha prestado e se o povo tinha mesmo plantado o arroz. No dia da viagem combinado com o Tônico, animador do Brejo Grande, cheguei à casa dele e o dia seguinte peguei minha mochila e segui viagem: “É simples, me falou Tônico, acho um pouco longe. É no próximo bananal!” De fato, a casa do Agenor é o próximo bananal, um pouco longe! Chego lá as 3 horas da tarde, mais ou menos trinta quilômetros! Me lembro muito bem que na estrada eu alcancei uma mulher carregando uma criança. Eu peguei a sacola dela em cima da minha mochila, numa hora, no meio da conversa, ela me disse que não sabia se tinha um céu, mas que sabia que existia um inferno, era aqui na OP3! Depois da fazenda Consolação, do Manu Ferreira, chegamos.

Fico conhecendo a grande família do Agenor. Ele sabia da minha vinda por um recado do Tônico. Ele me conta como veio do Maranhão. No ano atrasado, um guerrilheiro se entregou a ele, estava tremendo de malária. Alguém do Curio levou para a Bacaba. Ele me conta a história do empréstimo do arroz e, o dia seguinte, nós vamos visitar alguns vizinhos e suas roças, plantio maravilhoso e promissor. À noite, o Agenor me explica a diferença entre os guias fortes e os guias fracos, os fortes são os que serviram de mateiros ao Exército porque queriam mesmo. Os fracos serviram obrigados. Todos foram obrigados a morar na colonização da OP3, desde o ano passado, recebendo um lote de 100 há, não podiam vender, nem ir embora. O Agenor me explica que estava aqui antes do Curio e que conheceu ele como comprador de terra. No dia seguinte, voltei para o Brejo Grande, na casa do Tônico, onde logo na manhã seguinte, o soldado Leandro me “prende”.

Continuando “nossa conversa” na delegacia do Brejo Grande, é exigido que eu vá até Marabá, no Quartel da Polícia Militar, dar satisfação ao Capitão Cleto. Despeço-me do Tônico e acompanho o Leandro e outro soldado até Marabá. É uma C10 Chevrolet da linha Brejo/Marabá/Brejo que nos leva. Chegamos na Praça São Felix de Marabá e a gente entra no quartel da PM, naquela casa quadrada que tem até hoje no canto da praça na beira do Rio Tocantins. O Leandro manda me sentar numa sala e sai. Pouco tempo depois, ele me diz que o Capitão Cleto vai me ouvir e que ele ia tratar de um negócio, ele me deixa aí. Eu espero um bom tempo, me lembro que um soldado me ofereceu um “bandeco” de almoço. Depois de um bom tempo, o Cleto manda me chamar. Ele está junto com outros graduados. Me fazem um monte de perguntas, entre outras, se eu tinha vindo para cá fugindo da França, se tinha passado por Cuba. Eu repito que sou agente de pastoral, que recebo ordem de trabalho do Bispo e que faço parte da equipe de Pastoral de São Domingos/Palestina com os padres e freiras. Nunca tinha ido em Cuba, que tinha estudado no seminário, que tinha vindo para cá a convite do Bispo, que tinha visto permanente e que meu passaporte estava na Palestina, mostro minha carteira de identidade de estrangeiro, permanente. Depois de muitas perguntas, o Cleto me libera. Falo com ele que vou na casa do Bispo que por sinal era a duas quadras, onde hoje tem a Cúria e a CPT. O Leandro ainda não chegou. No caminho, encontro a irmã Zoé que está entrando na casa dela e conto toda minha história. Ela me informa que o bispo não está em casa, só tem o padre Lúcio. Nem termino a minha conversa, o carro de linha no qual tinha viajado de manhã para e o motorista me convida a voltar com ele

para o Brejo Grande. Não tendo nada que fazer em Marabá, volto com ele no Brejo Grande pois provavelmente não tinha mais outra condução para eu voltar. Também não tinha nada melhor para dissipar qualquer dúvida para o povo do Brejo do que voltar logo no lugar de onde eu vinha: quem não deve não teme! O padre Roberto que tinha apanhado em junho 72, me tinha dito que não tem nada melhor para espantar o medo do que voltar e andar onde levou o susto. Chego então na casa do Tônico já quase de noite, conto a história toda para ele que me convida para uma reza de noite na igreja, no dia dos Candelabros. O Tônico me apresenta a comunidade, eu falo da minha história e do “mal-entendido” com a PM. A reza continua e, de repente, o Leandro chega, furioso, me diz que eu deveria ter esperado ele. O Tônico lembra aos soldados que ninguém pode andar armado numa igreja. Eu saio no portão com eles, explicou que o Capitão Cleto me tinha liberado, que o carro de linha passava naquela hora e eu aproveitei. Tenho certeza que ele achava que fazia pouco da cara dele pois ele me diz que era caso de desacato à autoridade, eu digo a ele que não era minha intenção e que eu pedia desculpa. Os dois soldados saíram de lá muito brabos.

À noite, o Tônico me conta a história do Brejo Grande, ao redor de nós, umas crianças brincam. Um das delas são a Maria Raimunda e o Cesar, quem diria, são hoje lideranças do MST.

De manhã cedo, me preparo para voltar para minha casa na Palestina quando chega de novo um soldado me dizendo que o Leandro está me chamando na delegacia. Chegando aí, o Leandro me afirma que tem ordem para eu ir, de novo, para Marabá. Logo pergunto, mas que ordem? No Brejo não tem nem telefone, nem rádio. Ele diz que a ordem veio de Araguatins, pelo pessoal da balsa! Não tem jeito, tenho que ir a Marabá! O Leandro me diz que vou com os dois soldados bem novinhos subordinados a ele. Nós vamos até a beira da Transamazônica esperar o ônibus passar. Chega o ônibus. Os soldados me mandam subir no ônibus. Um dos soldados tem um bujão de gás para trocar em Marabá. O motorista do ônibus diz que não pode levar um bujão de gás no ônibus. É proibido! O soldado explica que está vazio. O motorista insiste que não pode. Eu, sentado bem na frente do ônibus, assisto a conversa. Os dois soldados estão do lado de fora confabulando. O motorista pergunta se eles vão ou não vão. Ele engata a marcha e se manda. Eu, dentro do ônibus andando e os soldadinhos, do lado de fora, paradinhos. Incrível, mas é verdade. No lugar de Marabá, fui até São Domingos contar a aventura para o Roberto e as irmãs. De morrer de rir! Faço conhecimento da irmã Lina, dominicana colega da Odete e da Claudia. Ela acaba de chegar para engrossar a

equipe pastoral. Como o padre Humberto foi se tratar e que eu moro sozinho, a equipe acha perigoso eu continuar desse jeito. É combinado que a Irmã Lina vai morar comigo na Palestina.

Várias vezes encontrei o Leandro. Nunca falamos sobre esse assunto. Acho que essa história de ir de novo para Marabá foi puro capricho dele. Ele tinha ficado muito mordido de eu ter voltado ao Brejo sem ele.

Ainda encontrei o Capitão Cleto, na Fazenda Capaz, em julho de 1976, em Rondon do Pará. Teve um conflito que resultou na morte do americano Davis, no ferimento dos filhos Davis e na prisão dos posseiros. Também no mês de outubro do mesmo ano, aconteceu o conflito dos Perdidos em São Geraldo em que morreu um soldado, teve prisão de posseiros, do padre Maboni e do Hilário.

Diante dessa situação, as “autoridades” que culpavam a Igreja dessa situação verificaram a situação de estadia de alguns estrangeiros, o padre Fontenelles de Rondon, italiano, foi sumariamente expulso. Na mesma onda, fui intimado com meu passaporte pelo Capitão Cleto. O Roberto, a Lina e a Odete me acompanharam. Todos nós acreditando que eu ia ser expulso também. Nunca vi uma viagem silenciosa e tão fúnebre como aquela. Com certeza, o Cleto ficou decepcionado, eu estava com o visto permanente. Despachou a gente com sorriso amarelo e nós fomos fazer a festa. Logo depois, nós soubemos que o Padre Fontenelles estava com o visto turístico vencido. Há pouco tempo antes da sua aposentadoria, o Cleto foi comandante da PM do Pará.

1.3. “OPOMIL”

OPOMIL é uma palavra criada pelo padre Roberto. Representa a equipe da Pastoral do Centro de Evangelização de São Domingos/Palestina. Centro de Evangelização, outra palavra criada pelo Roberto, é a Igreja em construção, emcaminhada. Está em oposição a paróquia com sua administração, seus edifícios.

O Centro de Evangelização é virado para fora, para o Reino. Seu símbolo é acaminhada. A paróquia olha para seus negócios, seu umbigo, seu símbolo é suasacristia. OPOMIL é o nome da equipe de pastoral que trabalha na região da Palestina São Domingos.

1.3.1. OP/OMI/L

OP - Ordem Pregadora ou mais conhecida como ordem religiosa do(a)s Dominicano(a)s criada por São Domingos, no Sul da França, no século XIII. Na Amazônia, quase todas as atividades pastorais das Prelazias eram confiadas às ordens religiosas originalmente estrangeiras. A região do Araguaia com Conceição e Porto nacional foi confiada aos dominicanos franceses que chamaram suas “colegas” freiras dominicanas para o trabalho pastoral dedicado principalmente para a educação. Até 1976, Marabá fazia parte da prelazia de Conceição do Araguaia. O primeiro bispo da prelazia de Marabá foi Dom Alano que era padre dominicano de Conceição do Araguaia. As dominicanas já estavam em Marabá como donas e professoras do colégio Santa Teresinha.

OMI - Ordem religiosa Oblatos de Maria Imaculada, criada na França no século XIX, por Dom de Mazenod, bispo de Marselha, no sul da França. Dedicados a trabalhar em áreas “esquecidas”. Foram chamados nas áreas abandonadas no campo da França, depois da Revolução Francesa. Espalhados na Europa toda, a partir de 1850, assumiram áreas remotas pelo mundo como Ceilão, África do Sul e Canadá.

L – Leigos. Faziam parte da equipe vários leigos que eram agentes de pastoral contratados a tempo integral para um serviço na educação no MEB ou na CPT ou, ainda, no CIMI³¹. Essas instituições eram e, ainda hoje, são mantidas a partir de projetos apoiados por igrejas “irmãs” da Europa.

1.4. COMO CHEGUEI NO BRASIL?

Pelo que eu sei, uma turma de Oblatos veio para o trabalho pastoral na periferia de Belém, na Marambaia, no início dos anos 60. O padre Humberto veio do Paraguai para assumir a pastoral na beira da Transamazônica, aberta em 1969. Diante do tamanho da empreitada, ele chamou o Padre Roberto e como os dois queriam alguém da área rural me chamaram para acompanhar os colonos recém chegados à Transamazônica.

31 Conselho Indigenista Missionário

Eu sou o filho mais velho de 8 irmãos. Filho, neto, bisneto, tataraneto de agricultor. Nasci no Norte da França, no departamento “AISNE”. Essa região da França, tanto na guerra de 1870, como na 1ª e 2ª Guerras mundiais, foi a primeira invadida e a última desocupada. Quer dizer que, a cada geração, foi terra arrasada. Nasci no finzinho da 2ª Guerra Mundial cujo armistício terminou oficialmente quando tinha 3 meses de nascido. Apesar de prematuro de setemeses não fui ao hospital, pois esse, vizinho de uma grande estação de trem, tinha sido bombardeado. Já em idade escolar, me lembro muito bem das cidades ainda em ruínas, das carcaças queimadas dos carros de guerra e dos aviões abatidos, dos racionamentos da gasolina e de certos produtos de primeira necessidade. Até hoje, todas as “comunas” (municípios) têm seus monumentos aos mortos com as listas intermináveis dos que tombaram nos combates. Cada 11 de novembro e 8 de maio são feriados nacionais para relembra-rem o fim dessas tragédias que foram a 1ª e 2ª Guerras mundiais.

A questão da guerra marcou muito nossa juventude! Meus avós tinham servido o exército na 1ª Guerra mundial. Meu pai, soldado na 2ª Guerra, foi preso na Alemanha vários anos. Tios avós e tios tinham morrido em combate. Meus tios mais novos foram mandados nas guerras de descolonização no Vietnã e na Argélia. Eram difíceis rodas de conversas em reunião de família sem referências a violência da guerra. No meio rural, falava-se da fome que tinham vivido os habitantes das grandes cidades e da responsabilidade do campo em produzir alimentos para nunca mais ter fome, nem guerra. A proposta da “Revolução verde” com o plano Marshall colou perfeitamente com os anseios do campo, produzir para acabar com a fome, produto da guerra.

Nós fomos criados como a geração do não à guerra. Na escola, em casa, nós éramos formados (para não dizer formatados) para recusar a guerra. Nos primeiros momentos da Comunidade Europeia, dez anos depois do fim da guerra, os governos francês e alemão organizavam acampamentos de férias e trocas de estudantes. Na minha juventude, fui várias vezes na Alemanha e, em troca, nós recebíamos jovens alemães nas nossas roças e nossas “comunas”. Todas as cidades da França tinham e, até hoje tem, uma cidade gêmea/irmã na Alemanha.

Nunca fomos chamados para esquecer a guerra, mas sim para lembrar da sua violência e sua estupidez para ela nunca mais acontecer. Criou-se uma geração de objetores de consciência, dos “contra a guerra”. Essa situação culminou com a rebeldia do fim dos anos “60”, “Não faça a guerra, faça amor!”

Para poder estudar o segundo grau morando na área rural só tinha um jeito, estudar na cidade, num internato, no qual fui com 12 anos, junto com meu irmão de 10 anos. Nas férias, com meus irmãos e irmãs, a gente assumia muitos serviços

de campo, dirigir trator, pastorear ovelhas, cuidar das vacas, cumprir o dia a dia. Como filho mais velho, muitas vezes acompanhei meu pai nas reuniões do sindicato dos arrendatários cujo secretário, cargo máximo, ele exercia. Meu pai foi também vereador da pequena cidade, foi candidato sem partido, com o título apenas de agricultor. É bom dizer que, até hoje na França, vereador de cidade de até 100.000 habitantes, não recebe nenhuma remuneração ou vantagem.

No colégio, como no campo, a gente tinha muitas oportunidades de se envolver em trabalho humanitário e até político, junto aos grupos da juventude da Ação Católica com sua metodologia do “ver, julgar, agir”. Mesmo não indo em casa todos os fins de semana, o internato oferecia muitas atividades para fora do colégio nesses grupos de jovens, no atletismo e no esporte de equipe.

Nas férias, além de ajudar nossos pais nos trabalhos da roça, meus irmãos e eu montamos uma casa dos jovens onde se encontravam jovens da roça e da cidade, pois nossa pequena cidade de 2000 habitantes ficava a 100km e muitos “parisienses” tinham aí casa de férias, muitas festas, conversas, convites e trabalhos juntos.

Quando fiz 18 anos, querendo fazer alguma coisa na vida, após o vestibular, entrei no seminário com todo apoio da minha família. Era no ano da abertura do Concílio Vaticano II, também o fim da guerra da Argélia e na época dos padres operários. Logo, entendi que meu rumo não era de ser padre. Concluí meu bacharelado em Filosofia na “Catho” de Paris e fui fazer meu serviço militar obrigatório nos Caçadores Alpinos onde até hoje tenho amigos nessas montanhas e neves dos Alpes. Entrei na congregação dos OMI³² para ser “irmão leigo” e trabalhar no campo. Além dos meus estudos de filosofia, de bíblia, de teologia, me formei técnico consertador em máquina agrícola e fui trabalhar numa equipe de pastoral onde todos os membros trabalhavam e tinham, também, uma tarefa pastoral. Nos fins de semana, eu voltava na minha equipe pastoral num trabalho com os jovens através de esportes de equipe, principalmente como segunda linha da minha equipe de rúgbi. Assim, trabalhei 5 anos como peão, chamado lá de “operário agrícola”, junto com vários pequenos agricultores cuja atividade principal era gado leiteiro. Como as atividades agrícolas eram muito mecanizadas, eles formaram uma CUMA³³. Foi assim que recebi o convite para trabalhar na Transamazônica.

O padre Humberto veio de férias na França em 1973. Foi me visitar em Ambazac, no Limousin, onde trabalhava. Ele me explicou tudo sobre a situação

32 Oblatos de Maria Imaculada.

33 Cooperativa de Utilização de Material Agrícola em Comum.

na região, a Transamazônica, a Guerrilha do Araguaia, os migrantes, a igreja, a violência da repressão. Nos combinamos em encaminhar logo o meu pedido do visto. Ele me aconselhou em tentar logo o visto permanente, pois o turístico era muito arriscado. Ele deixou uma carta de emprego para mim, assinada pelo arcebispo de Belém, Dom Alberto Ramos, conhecido como “superconservador”. Meus futuros colegas sabiam muito bem que uma carta assinada pelo bispo “progressista”, de Marabá, podia me “complicar” para receber meu visto.

Encaminhei logo a papelada na Embaixada do Brasil, em Paris. Não demorou, fui chamado pelo embaixador brasileiro nos “Champs Elysées”. Depois dele verificar meus títulos, tive uma longa “conversa” na qual eu fui convidado a não me envolver com a política, de ser um religioso prudente e sério. Recebi meu visto permanente e no dia 25 de julho de 1975, viajei para o Brasil até Belém, encontrei meus colegas na Marambaia, perto do Entroncamento onde tinha uma enorme castanheira. Eles tinham feito minha inscrição para uma escola de língua e aculturação montada pela igreja católica no bairro Santa Teresa, no Rio. Foram agosto, setembro e outubro, meses maravilhosos de minha descoberta do Brasil. Sua língua, sua cultura, suas enormes contradições, sua ditadura militar. Eu estava, por acaso em São Paulo, na Igreja da Sé, na missa de enterro do jornalista Vladimir Herzog. A praça cheia e um discurso contra a tortura do Cardeal Evaristo Arns. Estava no ar a primavera do fim da ditadura. Voltei até Marabá passando pela costa do Brasil parando em Vitória, Salvador, Recife, João Pessoa, Fortaleza, São Luís, Belém. Levei quase um mês, tomei noção do “tamanho” do Brasil. Cheguei em Marabá no dia 20 dezembro. Passei dois dias em São Domingos para conhecer minha nova equipe de trabalho, Padre Roberto, irmã Odete e com o padre Humberto fui até Palestina. Conheci minha nova casa de taipa e telhas de barro, fiquei conhecendo muita gente, pois fui a novidade da região nesse Natal “75” nas missas do galo na Palestina, Brejo Grande e Porto da Balsa.

Todos os meses nossa equipe pastoral tinha uma reunião de um, dois dias para planejar as visitas nas comunidades. Fiquei responsável por acompanhar as comunidades da Transamazônica da Fortaleza até o Araguaia, Palestina, Brejo Grande, Itimirim, Santa Rita, São Raimundo, Porto da Balsa, Santa Izabel, assim como todas as novas vicinais da colonização da Fortaleza ao Araguaia.

1.5.

AS CEB'S: PRIMAVERA DA CIDADANIA

Quando cheguei à Transamazônica, a equipe de pastoral já tinha iniciado a organização das CEB's. Essa forma de organizar a prática da pastoral nasceu do Movimento da Teologia da Libertação cuja mística foi consolidada na Conferência dos Bispos da América Latina, em Medellín, no ano 1968, reflexo direto das decisões do Concílio Vaticano II, realizado no início da década de "60". A principal orientação foi a escolha de atuar preferencialmente nas classes empobrecidas. As CEB's foram o jeito latino americano de realizar essa ação preferencial organizando o povo das periferias e dos campos a partir das reuniões do culto, de estudo da Bíblia para agir sobre seu meio de vida para melhorar a qualidade de vida com ações de solidariedade ou de conquista dos direitos.

Todas as localidades tinham seu espaço para o culto, que, em muitos lugares servia de sala de reunião e de escola. Cada CEB era "dirigida" por uma equipe de animadores eleitos pela comunidade. Esses animadores eram convidados pelo menos uma vez por trimestre para estudos da Bíblia, planejamento de atividades nas comunidades e também visitas da equipe pastoral para reunião, curso, palestra ou ainda marcar missas, batizados, casamentos. Muitas dessas visitas, quando envolviam vários agentes de pastoral, implicavam um diagnóstico da comunidade com levantamento de dados sociais, econômicos, levantamento de problemas e escolha de ações para superar essa situação. Essa prática da CEB foi uma escola de aprendizagem da democracia, das tomadas de decisão coletiva, de ações de conquista de direitos. Foi também uma forja para formar os futuros dirigentes das várias organizações que nasceram das necessidades coletivas do campesinato, sindicatos, associações, cooperativas, fóruns, conselhos, partidos...

Uma vez por ano, o Bispo e o conselho pastoral da diocese, convocavam uma assembleia do Povo de Deus onde eram avaliados os avanços conquistados interna e externamente e planejar as prioridades de trabalho para o ano seguinte. Os participantes eram os agentes de pastoral e os animadores de CEB e em todas essas assembleias eram escolhidas prioridades de trabalho que sempre tinham relação com as lutas do povo, terra, meio ambiente, custo de vida, minorias, saúde, educação. As CEB's foram, no Brasil inteiro, o instrumento da primavera das lutas pela terra, da conquista dos direitos, da democratização, da qualidade de vida, da preservação dos recursos naturais, do envolvimento nas políticas públicas, pelo fim da ditadura, pela realização de uma constituinte e das diretas já.

Os agentes de pastoral, padres, freiras e leigos eram permanentes da Igreja Católica e eram disponíveis para tarefas a tempo integral. Os padres passavam pela formação do seminário durante mais ou menos 4/5 anos e os religiosos/as passavam pelo noviciado. Os leigos tinham tarefas nas ONG³⁴ da Igreja, em Marabá, mais particularmente no MEB, na CPT, no CIMI. A formação e capacitação dos Agentes de Pastoral se faziam de várias formas, retiros anuais, cursos sobre a realidade brasileira, fé e política, estudos sobre a fé ou a bíblia. Cada mês tinha um evento oficial que permitia o encontro entre os agentes da Pastoral, o que facilitava o relacionamento entre eles e a circulação da informação como os conflitos agrários e as perseguições, os eventos de cada equipe, as novidades da Igreja e da Teologia da Libertação. Cada prelazia ou diocese tinha seu Centro de Pastoral onde podiam conviver mais de 100 pessoas. Muitas vezes, os dormitórios eram com armadores de rede para reduzir os custos de hospedagem e permitir a rotatividade dos participantes. Esses centros tinham atividades semanais entre assembleias, cursos, conselhos pastorais, reuniões de grupos e outras atividades. Entende-se muito bem hoje porque a Igreja Católica, através das CEB'S foi uma mina para fornecer militantes para as direções combativas dos sindicatos, associações de bairros, Movimentos Sociais e até quadro para partidos da esquerda, em suma, para a sociedade civil organizada quando diminuiu as forças da ditadura militar no fim dos anos 70, início dos anos 80.

A convivência dos membros da equipe pastoral era muito forte. Em São Domingos, tinha a casa das freiras e a casa dos padres. Para as reuniões de equipe de pastoral ou de animadores de comunidades, se juntavam os agentes de pastorais do Centro de Evangelização de São Domingos/Palestina. Eram momentos especiais de reflexão, de planejamento e de confraternização, espaços necessários para o trabalho e de solidariedade principalmente nos momentos difíceis como a tortura do Roberto e da Maria das Graças, as diversas ameaças, perseguições e processos. Quando fiquei sozinho na Palestina, depois da saída do Humberto para se cuidar, a Irmã Lina veio morar comigo após de eu ter sido duas vezes levado pela polícia de Brejo Grande por andar na OP 3, na época chamada de área de segurança nacional. Eu fiquei muito impressionado por essa mulher que tinha a idade da minha mãe. Ela tinha passado toda sua vida de freira em Goiânia, no famoso colégio São José, como professora, mas escolheu trabalhar na Pastoral em condição e conforto bem diferente. A Guida também que tinha sido conselheira em Roma, a Magda, filha de uma família

34 Organização Não Governamental.

de fazendeiros de Goiás, a Claudía, da família Pinheiro de Marabá, a Odete e várias outras. Muitas delas assumiram a supervisão das escolas rurais da nossa região, indo visitar a pé, escola por escola, com toda dedicação e qualidade. Trabalhei também com a turma do MEB onde conheci Ademir Martins, que foi vereador, secretário de administração na prefeitura de Marabá e presidente do Partido dos Trabalhadores no mesmo município. A Luza que foi minha primeira esposa, faleceu alguns anos antes da sua colega Beta, primeira esposa do Ademir Martins. A Tetê que foi depois prefeita, deputada estadual e Secretária de Estado. O Zé Milesi, prefeito de Itupiranga. A Denise Spiller, irmã da Leticia, a nossa atriz. Não posso esquecer de lembrar dos animadores de comunidade, homens e mulheres como Almir, João Rodriguez e seu José Dias, dona Ana, Manoel Monteiro, Maria de Jesus, João do Cupu, seu Tônico, seu José e dona Mariana, Cledineuza, Morena, Jurandir, Chicão, todos futuros diretores dos sindicatos combativos. Vou parar aqui, pois a lista seria longa e com certeza faltariam alguns desses militantes padres, freiras e leigos, agentes de pastorais ou animadores de comunidades que tiveram papel importante na nossa história regional.

A OPOMIL FOI O ESPAÇO E O LUGAR ONDE FUI FORJADO CIDADÃO BRASILEIRO.

1.6.

“SÃO TODOS MENTIROÇOS E SUBVERSIVOS”: MLPA

Estou na sala de um delegado da Polícia Federal de Belém. Ele está furioso! Ele pega um dossiê de documentos e joga o pacote com força na sua mesa berrando: “São todos mentirosos e subversivos!” Na hora que o dossiê bate na mesa, ele se abre e espalha todas as páginas no chão da sala, cobrindo os pés da minha advogada que eu vou chamar Rosa. Boquiaberto, o “homem” fica olhando a situação dos papéis cobrindo o chão. Para não estourar de rir, baixo a cabeça e leio meu depoimento, assino e vou embora com a Rosa. Na sala de espera estão nos esperando Dom José de Cameté, bispo acompanhante da CPT Norte II, Dom Alano, meu bispo de Marabá, Mário, secretário da CPT Nacional, a pastora Marga Roth da Igreja Luterana e alguns amigos de escritório da CPT, Iza Cunha, Pepé, Mady.

Estou respondendo a um processo porque foram apreendidas nas dependências da CPT regional mais de trezentas camisetas com dizeres:

“Nossa Senhora de Nazaré, liberte nossos presos do Araguaia!”

Essas camisas foram confeccionadas na véspera do Círio de Nazaré para manifestar, durante a procissão, repúdio às prisões de posseiros e padres de São Geraldo. Essas camisas foram “presas” nas dependências da CPT e como coordenador da CPT Norte II, o delegado da PF que preside o inquérito das camisas, me intimou e me fez muitas perguntas sobre o MLPA³⁵. As primeiras perguntas foram a respeito da minha relação com os padres que também eram franceses. De fato, eu conhecia muito pouco eles, pois eram de uma outra diocese e de uma outra CPT. Nos encontrávamos quando eles vinham em Marabá. Ele tinha convicção de que eu era muito próximo dos padres. Ele me perguntou também quem eram os chefes do MLPA, como esse funcionava e quem financiou as camisetas. Expliquei que, de fato, tinha uma reunião no galpão do IPAR³⁶, ao lado da CPT, todas as segundas-feiras e que na hora era montada uma coordenação que assumia a discussão dos assuntos do dia, portanto, não tinha direção. Ele me disse que não era verdade, pois ele tinha sido seminarista em Recife e que sabia que na Igreja sempre tem na cabeça um Bispo, um padre, uma freira. Perguntei a ele quando tinha cursado o seminário e ele me falou em 60-61. Afirmei que entendia, mas que ele tinha feito seu estudo antes do Vaticano II, portanto, não podia saber que a hierarquia da Igreja tinha mudado e deixado lugar também para os leigos e que era o caso do MLPA. Também afirmei que o financiamento era feito a partir de coletas organizadas durante a reunião. Eu disse também que meu chefe era Dom José e Dom Alano e que estavam me esperando na sala abaixo e que podia chamá-los. Aí que ele chamou todos de mentirosos e de subversivos, espalhando a pasta do processo por toda parte da sala. Foi a primeira e única vez que ouvi falar desse processo, mas nunca recebemos nossas camisetas de volta!

No início de 1981, fui eleito coordenador da CPT regional Norte II e, em agosto do mesmo ano, depois de um conflito na área do Cajueiro no Município de São Geraldo do Araguaia, foram presos 13 posseiros e os 2 padres, Aristide e Chico, da paróquia, acusados de crime contra a segurança nacional. Esse fato provocou imediata reação popular ecumênica pela criação do MLPA. Esse movimento juntou logo no início da década de 80 quase todas as forças e tendências políticas ansiosas de democracia e participação popular no Estado do Pará com repercussão nacional e internacional. Foi o símbolo de uma nova era. O MLPA foi um dos últimos e mais criativos movimentos ecumênicos articulados pela Igreja Católica junto com algumas igrejas evangélicas como

35 Movimento pela Libertação dos Presos do Araguaia.

36 Instituto de Pastoral Regional.

a Igreja Luterana, Metodista, Batista. Não vou contar a história detalhada da formação do MLPA, pois basta ler a excelente dissertação do Antonio Carlos Teles da Silva: “As origens do movimento ecumênico na Amazônia Paraense”. Apenas vou relatar alguns fatos ou trechos da nossa história do MLPA onde fui envolvido diretamente.

Após uma semana da prisão deles na sede do GETAT³⁷ em São Geraldo, os 13 posseiros foram mandados para Belém, ao presídio São José e os 2 padres na sede da PF³⁸. Teve uma reunião na CPT para articular os “contra” as prisões. Daí a criação MLPA que passou a ter suas reuniões todas as segundas-feiras, à noite. Cada vez que eu estava em Belém ia nessas reuniões. Logo nas primeiras reuniões, estava claro que não era um movimento apenas da Igreja Católica, pois veio compor a mesa de coordenação pastores da igreja luterana, metodista, anglicana, as comunidades eclesiais de base participavam assim como representantes de partidos políticos. Estávamos no ano das primeiras eleições após quase 20 anos de ditadura. Muitos “MLPA” nasceram nas grandes cidades e até fora do Brasil com trocas de correio e cartas de apoio do mundo inteiro.

A força do MLPA não veio apenas para a libertação dos presos do Araguaia, mas também catalisou os sopros e ventanias nascidos num momento extremamente criativo de uma primavera democrática no Brasil.

Lembro-me da força do MLPA, em São Geraldo, para dar apoio às famílias perseguidas dos presos, reforçar a equipe pastoral que tinha ficado depenada, marcar presença e força à Oneide, mulher de Gringo, caluniada por panfletos do Curió que organizou uma falsa missa na capela de São Geraldo. A presença regular de Dom Alano, bispo de Marabá e de Dom Patrik, bispo de Conceição foi relevante assim como a equipe da CPT, coordenada pelo já padre Ricardo Rezende.

Os atos e manifestos do MLPA, em Belém, eram praticamente permanentes e muito criativos, vigílias com rezas, missas, cultos ecumênicos, passeatas e atos públicos na frente da PF onde tinha uma escadaria imensa de um posto do INSS³⁹. As visitas aos padres e posseiros foram organizadas pelo MLPA de uma maneira que o tempo de visitas era completamente lotado inclusive avisando com antecedência a presença de autoridades para muitas delas serem entrevistadas pela mídia, não faltou apoio nacional e internacional. Esse MLPA irritava o Curió e seus militares e o Senador Jarbas Passarinho e seus congêneres políticos.

37 Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins.

38 Polícia Federal.

39 Instituto Nacional do Seguro Social.

Em outubro, véspera do Círio de Nazaré, os padres foram mandados para Brasília, o Círio de Nazaré ia juntar mais de 1 milhão de pessoas, o que criava preocupação pois as “autoridades” de Belém temiam qualquer movimentação. De fato, apareceram muitas faixas e palavras de ordem. O MLPA tinha organizado a confecção de camisetas “Nossa Senhora de Nazaré, liberta nossos presos do Araguaia”. O fato foi denunciado, o que provocou uma invasão da polícia federal que carregou todas as nossas camisetas. Foi essa perseguição que provocou aquele meu processo como subversivo.

Um ano depois, já após o processo dos padres, inventaram mais “uma” durante o Círio. Para poder entrar na procissão com faixas sem ser impedidos pela Polícia, juntaram uma turma de mulheres grávidas, de verdade, que queriam “pagar” a promessa da gravidez levando uma cruz durante todo o trajeto. Essa cruz, bastante grande, era feita de compensado e armação leve. Quando o cortejo das pagadoras de promessas juntas com seus maridos chegou, na saída da Praça da República para entrar na avenida Nazaré, do oco da cruz tiraram várias faixas com dizeres do MLPA. Um grupo de policiais veio de Nazaré na contra mão da procissão. Custou para chegar até os manifestantes e quando começaram a arrancar as faixas das grávidas e dos seus “maridos” a população que não sabia o que estava acontecendo começou a gritar: “Estão batendo em buchudas!” Muitos peregrinos revoltados ajudaram as grávidas a fugir da polícia. Ninguém foi preso dessa vez. Pela Iza Cunha soube que todas as “buchudas” tiveram um feliz parto.

Várias vezes fui visitar os padres tanto quando eles estavam na PF, quanto no quartel. Eles me contaram que fizeram muitas perguntas a meu respeito e o Aristides, sempre brincalhão, fumando seu “pau ronca”, me informou que no dizer dos “homens” o próximo preso seria eu.

Duas ou três vezes, o nosso advogado da CPT, Egídio Salles, e seu colega Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado da CNBB, foram em Marabá ouvir testemunhas da defesa ou da acusação do caso. Na primeira vinda deles, foram muito mal recebidos na sede da PF e até intimidados por policiais passando perto deles, esfregando o coldre do revólver nas suas costas. No lugar de se hospedar no hotel, acharam mais prudente armar redes na minha casa, dividindo um bom papo no sabor de uma caipirinha e de um tucunaré assado.

Mas, demorava a situação de presos dos padres e dos posseiros, porém aumentava a repercussão do caso, o MLPA passou a ser símbolo da luta contra a ditadura militar. A linha dura da ditadura queria a expulsão pura e simples dos padres, mas a forte pressão da CNBB, dos organismos internacionais

e dos movimentos sociais fez com que o Vice Presidente Aureliano Chaves, em exercício, negociou com Dom Luciano, secretário da CNBB, a abertura do processo para o dia 21 de junho 1982.

No amanhecer do dia 21, cheguei em Belém com minha esposa, Luza, e alguns militantes de Marabá, indo para o ponto de encontro que era a Praça da República e a Igreja da Trindade. Encontramos o centro da cidade em clima de guerra, a Praça da República completamente tomada pelos militares com cachorros e brucutus, helicópteros zoando no ar. Não conseguimos chegar perto da Trindade, a igreja, lotada de gente, estava sediada pela tropa, sem água, sem luz, sem acesso a banheiros e telefone cortado. Fomos achar refúgio na Igreja da Mercês, como previsto pelo comando do MLPA. Nós passamos o dia, cantando, rezando, fazendo e escutando discursos e, principalmente, recebendo notícias do andamento do processo através de flashes produzidos pela turma da comunicação do MLPA, a partir de jornalistas que tinham credenciais para entrar e sair da sala do tribunal. Fomos também avisados de não responder às provocações dos órgãos de repressão como não usar a violência, nem andar manifestando isolados na rua e avisar imediatamente o comando do MLPA de cada igreja, em caso de prisão ou sequestro. Podia se esperar qualquer coisa da paranoia dos militares que imaginavam o MLPA uma reminiscência da Guerrilha do Araguaia e até mesmo da revolta dos Cabanos. Estava claro para todos que o julgamento era uma farsa. No fim das contas era para condenar a ação das Igrejas chamadas de progressistas ou até mesmo vermelhas e condenar, de quebra, toda e qualquer tentativa de redemocratização no país. No dia 22, depois de ter passado a noite toda em vigília na Mercês onde veio se juntar o pessoal liberado da Trindade, nós recebemos a notícia esperada sem surpresa, cada padre foi condenado a 15 anos de cadeia e os posseiros a 8 anos por crime contra a segurança nacional. Todos nós recebemos uma tarja preta por entender que era a ação das Igrejas que era condenada, portanto, condenados também todos nós! Esse dia do julgamento só reforçou ainda mais o MLPA e suas ações mesmo depois dos padres serem transferidos para Brasília, campanha de abaixo assinados pela Libertação dos presos do Araguaia, cartas mandadas para os presos e para os juízes do caso, intensa circulação de informações e manifestações de apoio.

Mais de um ano depois, os advogados dos presos conseguiram uma redução da pena quando, no mesmo tempo, foi abrandada a Lei de Segurança Nacional. A redução da pena podia permitir a soltura deles porque já tinha mais de dois anos e meio de cadeia.

Véspera do Natal de 1983, estávamos na inauguração da nova igreja do Cristo Libertador, de São Geraldo, na parte alta da cidade que não tinha sido arrasada nas enchentes de 1980, quando chegou a notícia da soltura dos presos! Um grito de vitória ecoou nas beiras do Araguaia e a festa rolou a noite toda! Acabava o MLPA, mas já partimos para outros movimentos como a conquista do MSTR, Movimento contra o custo de Vida, Movimento das diretas já, Movimento da Nova Constituinte, Movimento dos Sem-Terra, toda essa criativa dinâmica da primavera da sociedade civil do início dos anos de 1980.

Com a chegada do papa polonês João Paulo II em 1978, aos poucos, a teologia da libertação foi calada e seus teólogos como Leonardo Boff, Gustavo Gutierrez e Juan Segundo proibidos de lecionar. Também, o MLPA foi um dos últimos atos das Igrejas progressistas como movimentos libertadores com a democratização do país, se os militares voltaram pro quartel, os padres voltaram para a sacristia.

1.7.

“MUITO PRAZER DO NOSSO REENCONTRO!”

Curió desce do carro do exército junto com o General, se dirige imediatamente para Dom Alano e, estendendo a mão, fala: “Muito prazer pelo nosso reencontro!”. Dom Alano, com cara muito feia, não aperta a mão dele e convida o General para entrar no escritório dele. Não entendo nada! Dom Alano tinha me falado que não conhecia o Curió e esse fala de reencontro! Estou do lado de dentro da mureta do Bispado. Saio de fininho e vou para a cozinha.

1.7.1.

Dom Alano e Curió

Dom Alano tinha encontrado o comandante da Brigada Militar. Tinha comentado que não conhecia o Curió e desejava conhecê-lo, mas na presença do General. Como eu conhecia o Curió Dom Alano me tinha pedido para estar junto a ele para confirmar a identidade do homem.

Estamos à véspera das eleições de 82. O Curió, desde maio de 1980, tomava conta do garimpo da Serra Pelada que tinha estourado em dezembro 1979. A fama

do Curió se espalhou quando, entre outubro de 1973 e janeiro de 1975, ele acabou com a Guerrilha do Araguaia aniquilando seus combatentes até hoje desaparecidos. Para possibilitar essa derrota ele utilizou uns guias, chamados de mateiros, gentes do povo, expertos em andar na mata e caçar, para orientar pequenos grupos do Exército à paisana e apanhar vivos qualquer um combatente da guerrilha. Precisava de informações sobre a guerrilha de qualquer forma.

Depois de muito pouco tempo o Curió foi embora com o General. Eu perguntei para Dom Alano o que tinha acontecido. Dom Alano me diz: “Esse que é o Curió. Foi o investigador que me interrogou junto com Dom Estevão na época da prisão do Padre Maboni e da Guerra dos Perdidos”. Durante esse interrogatório o Curió tinha afirmado que, como bispo, Dom Alano devia cuidar da ideologia de seu clero, senão o fizesse, era ele o Curió que tinha o dever de verificar o correio. Dom Alano me disse também que ele agiu como agente da inquisição a respeito da nossa teologia. Por cúmulo de abuso, o Curió pediu para ter a autorização de ser padrinho de batismo de meninos da OP3. Por isso e por muitas outras coisas que todo mundo sabe, Dom Alano acabou dizendo para ele que era pessoa não grata na casa dele.

No fim dos anos 70, eu tinha deixado no aeroporto de Marabá o nosso jornalista Luis Makluf. Ele era marido da nossa bibliotecária da CPT Regional, Mady e jornalista no jornal RESISTÊNCIA da SDDH⁴⁰. O Mak me contou depois que o Curió se aproximou e falou: “Me acho muito mais socialista do que vocês e ainda tenho muito mais meios do que vocês para conduzir o que é bom para o povo. Se eu quisesse, teria a minha disposição até carro de guerra se precisasse”. Ele se dizia tão forte que afirmava que uma mentira dele valia mais do que dez verdades nossas. Certa vez, numa dessas falas que ele tinha feito na Palestina e que meu vizinho de casa me reportou, o Curió falou de mim e afirmou que eu era muito perigoso, pois tinha muitas armas de baixo da minha cama para dar aos ladrões de terra. O velho seu Zé, meu vizinho, comentou: “Mas como? Na casa do Mano não tem camas, só tem redes!”

A voz dele é melosa! Ele tem um olhar meio vesgo como cobra e um discurso convincente do tipo hipnotizador. É um curió que sabe cantar o canto das sereias. Pode envolver multidão como na Serra Pelada. Na época da sua candidatura para deputado federal nas eleições de 1982, tive oportunidade de escutar aquela fala dele. Certa vez eu estava com alguns agentes de pastoral tomando café da manhã no Bispado quando de repente ele apareceu, se instalou na mesa e começou um

40 Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos.

discurso de conciliação e de convite a restabelecer a paz, nos convidando até para um comício dele. Eu me surpreendi a escutar e até beber a fala dele. Imagine! Logo eu... Ainda bem que o Padre Roberto lembrou a ele que não era pessoa grata na casa do bispo! Foi a última vez que vi de perto o homem! Ainda bem!

Em 2005, meu colega de trabalho, Genivaldo, coordenador da equipe local da COPSERVIÇOS, em São Geraldo, me convidou para visitar o Museu da Guerrilha do Araguaia. Tinha, de fato, uma mala tipo quadrado de compensado com um revólver e uma lanterna enferrujada, o resto dos objetos que enchem um barracão de mais ou menos 20m x 10m era composto de esqueletos de animais silvestres, de pedras, fósseis e até de cobras conservadas em formol. Logo, apresentou-se um rapaz de uns trinta e cinco anos, como dono e diretor do Museu. Além de contar a história de cada objeto do acervo que ele apresentava insistentemente como obra dele mesmo, ele começou a contar um pouco da Guerrilha. Vendo meu interesse e minhas perguntas e sabendo do meu trabalho na região desde 1975, ele acabou me mostrando alguns recortes de jornal sobre o caso da “Guerra dos perdidos” com a prisão do padre Maboni. Pouco tempo depois, eu soube de que o MP e a PF estouraram um aparelho de informação clandestino dentro de Nova Marabá. Quando a casa caiu, o dono do Museu da Guerrilha sumiu. Ele se chamava Eduardo Lemos Porto, era baiano com formação de técnico pela CEPLAC e era informante desse grupo clandestino. Recentemente recebi cópias dos arquivos do Museu juntados pela Comissão da Verdade. Reconheci os recortes de jornal que o Porto me tinha apresentado, fazia uns quinze anos atrás.

1.8.

A COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, UM SERVIÇO DE IGREJA.

1.8.1.

O MEB

Em maio de 1976, uma turma de agentes de pastoral de Marabá foi chamada para participar de uma reunião fundadora da CPT Regional Norte II. Lembro pelo menos de Ademir Martins, Irmã Dorothy, sua colega Rebeca, Padre Humberto, da Luza. Nesse encontro na casa São Gaspar, da prelazia do XINGU, fiquei conhecendo Ivo Poletto, Ranulfo Peloso, Geraldo Pastana, a pastora Marga Rooth,

Mateus Oterloo, Dom Alano, os “Cunha” Iza e Humberto, e muitos outros agentes de pastorais dessas Prelazias Paraenses. Foi decidido fundar a CPT regional Norte II/Pará-Amapá como filial da CPT Nacional que tinha sido criada, um ano antes em Goiânia. Dom Alano, que ia ser bispo de Marabá em agosto do mesmo ano, foi escolhido como bispo acompanhador da CPT, Ranulfo nosso coordenador regional, Iza Cunha nossa secretária. Já no caminho da volta, decidimos criar nossa CPT de Marabá com a sábia proposta do Ademir, de estruturar a entidade junto com o MEB que tinha seu escritório montado e, principalmente, servidores a fim de atuar nos propósitos da CPT. O MEB estava bem estruturado com 5 anos de existência. Estava já equipado de um grande escritório contando com máquina de escrever, mimeógrafo a álcool e estêncil, armários, arquivo, resma de papel, um carro Pick Up Ford 4x4. O MEB tinha muitos contatos nas áreas rurais e um excelente relacionamento com as equipes pastoral do interior. Além disso, a equipe destacou o Ademir por responder pela CPT diocesana. A ele se juntou mais um membro da equipe, o Orlando Solino que insistiu para o MEB adquirir um barco a motor para atender as comunidades ribeirinhas do Itacaiúnas e dos seus afluentes.

Com a sua chegada no bispado de Marabá, Dom Alano instituiu as Assembleias do Povo de Deus. Uma vez por ano, os representantes e animadores de comunidade junto com os agentes de pastoral eram convidados a avaliar os trabalhos do ano precedente e planejar as ações do ano seguinte. Dom Alano, em acordo com o Conselho da Pastoral que reunia todos os agentes de pastoral, umas duas ou três vezes ao ano, no Conselho Pastoral, indicou o MEB para organizar esse grande evento anual. O pessoal do MEB com suas capacitações ofertadas pelo MEB nacional tinha todas as condições de organizar a discussão nos grupos de trabalho assim como o debate nas plenárias. Em quase todos os encontros dos animadores de comunidade nas equipes pastorais tinha presença de um membro do MEB para ajudar principalmente na análise da realidade brasileira nos cursos de fé e política. O MEB foi a incubadora de todo nascimento dos movimentos populares em Marabá.

1.8.2. A CPT de Marabá

Em 1979, com a ampliação dos conflitos de terra, Dom Alano fez a proposta de estruturar a CPT diocesana com um projeto que podia sustentar um coordenador

permanente, um advogado, um escritório e um carro, assim como alguns apoios para encontros de posseiros em conflito. Assim, a equipe de Marabá podia pagar a passagem do advogado Paulo Fonteles que era advogado “itinerante” da CPT Regional Norte II. Em 1980, Gabriel Pimenta, um conhecido militante de Juiz de fora cuja família era amiga de Dom Alano, veio assumir a cargo de advogado residente da CPT. Em 1981, Ademir estava voltado para um trabalho mais político partidário e envolvido na construção do PMDB e na sua candidatura a vereador em 1982 e por isso se desligou do MEB, sendo “demitido” por Dom Alano. Eu fui apontado para assumir a Coordenação da CPT diocesana. No mesmo ano, em março, fui eleito coordenador da CPT Regional Norte II, mas continuando meu trabalho em Marabá e ficando à disposição da CPT regional Norte II, apenas a última semana de cada mês. A capacidade e a competência da secretária Iza Cunha e do advogado Paulo Fonteles não implicava minha permanência em Belém.

Com o meu casamento no mesmo ano com a Luza, que era coordenadora do MEB, vim morar em Marabá. Meu casamento religioso com efeito civil celebrado por Dom Alano foi festejado no recente construído Centro de Pastoral “chácara do Bispo” com “direito” a um freezer cheio de cerveja ofertado por Dom Alano e um churrasco daqueles organizados pelos gaúchos, Padre Guido e Zé Milesi, meu colega da CPT que, um ano depois, ganharia as eleições à Prefeitura de Itupiranga.

Quando tinha reunião da CPT, na prática quase todos os agentes de pastoral das áreas rurais, padres, freiras e leigos, participavam. Quando assumi a coordenação da CPT de Marabá veio também Paulo Pinheiro que conhecia como advogado estagiário na CPT Regional II. Gabriel Pimenta tinha assumido a advocacia do recém criado Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marabá. Nossos primeiros advogados e alguns outros profissionais da CPT eram oriundos dos políticos que tinham saído da clandestinidade depois da Anistia em 1979. Esses companheiros foram muito preciosos colocando suas competências e conhecimentos a serviço da CPT e nos ajudaram muito para entender a realidade brasileira.

No mesmo ano que criamos a CPT regional Norte II, o Conselho Regional propôs anualmente uma capacitação/encontro chamada de “fé e política”. Durante dez dias essa capacitação oferecia estudos da Bíblia, a partir da escola bíblica de Jerusalém e da teologia da libertação e ainda leitura crítica da realidade brasileira sobre a Economia, a Sociologia, a História e a Política. Esses espaços contribuíram muito para dar firmeza nos nossos trabalhos, qualificação na formação das lideranças do povo, segurança nas nossas vidas e solidariedades muito fortes entre nós.

No segundo ano do meu mandato na coordenação da CPT regional, a partir de um rodizio estabelecido entre as CPTs do Maranhão, do Araguaia-Tocantins e Pará-Amapá tive a felicidade de participar do Conselho da CPT Nacional. Tive a oportunidade de conviver com grandes figuras da CPT brasileira como Dom Moacyr, Dom Pedro Casaldáliga, Dom Tomás e ainda Ivo Poletto, Pedro Tierra, Daniel Reich, João Pedro Stédille que representava as CPT do Sul. Em 1985, a CPT nacional junto com a PUC do Goiás montou um curso no qual participei junto com minha Luza. Foi no Centro de treinamento de Goiás Velho ao lado da casa de Dom Tomás. Nós passamos um mês privilegiado e de excelente qualidade com Professores do gabarito de José de Souza Martins para Sociologia, João Pedro Stédille para Economia, Zander Navarro para História, Miguel Pressburger para Direito, Carlos Brandão para religiosidade popular, Barros para bíblia....

Desde sua criação a CPT produz um relatório anual das suas atividades e dados sobre a violência no campo. É só acessar ao site da CPT nacional (<https://www.cptnacional.org.br/>).

1.9.

CEB E STR: CEB, INCUBADORA DE MOVIMENTOS SOCIAIS

1.9.1.

Nascimento do campesinato⁴¹

A fase de instalação do campesinato na região do Sudeste do Pará se fez na forma de uma ocupação/imposição, de uma apropriação. Esse campesinato não é desejado, nem previsto, nem planejado. Ele consegue se impor a partir da força da sua organização. Essa força é motivada e mobilizada pela sua mística, pela sua organização natural interna e pela sua organização formal/política dos STR.

1.9.2.

A Necessidade obriga: uma Mística

A necessidade obriga as famílias dos agricultores a depender umas das outras, a contar com o apoio de uma com a outra. O isolamento, as distâncias, o acesso

41 Texto escrito e revisado para a ENFOC em 20/04/2013.

aos centros urbanos, a falta total de infraestrutura, o abandono e desinteresse das autoridades obrigam os novos chegantes na nossa região a se organizar contando apenas com eles mesmos. As primeiras migrações importantes aconteceram no início da década de 1970. Praticamente largados no meio do mato e abandonados pelos Programas Oficiais, os recém-chegados vão procurar e achar apoio na Igreja Católica que, nessa década, se oferece com uma renovação teórica completa pela Teologia da Libertação e com uma renovação prática pela implantação das CEB's.

A teologia da Libertação nasceu no contexto terceiro-mundista da América Latina, no meio de cristãos que se escandalizam diante dos regimes de exceção e de opressão nos quais estão vivendo seus povos. A partir de um compromisso e engajamento libertador inspirado na própria fé cristã, esses experimentam uma práxis (reflexão/ação) concreta nas suas Igrejas e nas suas sociedades, diferente da teologia tradicional. Trata-se não somente de refletir sobre os campos teóricos, dogmáticos como a temática de Deus, da graça, do pecado, da Igreja ou da pessoa de Jesus Cristo, mas de reconstituir e de fazer emergir temas considerados profanos como a economia, a política, a ideologia. Passa, então, a uma atividade, uma ação que amplia o horizonte teológico. Ele se torna histórico, contextual, aderente a situações concretas onde a fé se exerce como práxis. O reino de Deus é aqui e agora: o céu tem que ser construído na terra. Apesar de contextual, relativa ao tempo e o espaço, a Teologia da Libertação pretende à universalidade por oferecer uma proposta, para não dizer uma esperança, aos excluídos.

A década de 1960 viu nascer a concepção e a gestação da práxis e da ideia da Libertação. Após os documentos aprovados no Concílio Vaticano II (1962-1965) a base dessa linha da teologia se situa nos documentos da Conferência Episcopal da América Latina de Medellín em 1968. Esse período é marcado em toda a América Latina por uma predominância de ditaduras militares, em todos os países da América do Sul e a formação da Ideologia da Segurança Nacional cujas consequências vão atingir muitos quadros da Igreja Católica. Muitos padres e profetas são presos, torturados e até executados. Impunha-se então para a Igreja elaborar uma teologia de maneira diferente, de reconsiderar o conteúdo da revelação e da tradição e de reordenar a práxis pastoral.

Nesse contexto de cativo, a teologia da Libertação se tinha articulado nos meios universitários e em grupos mais alertas e conscientizados por várias ideologias promotoras da mudança social. Ela encontra um novo espaço. Ela se encarna no nível popular em meios secularmente oprimidos pelos mais fortes e mais ricos. Daí, o nascimento das comunidades eclesiais de base, grupos de

bairro, operários, camponeses, jovens, mulheres, negros. É experimentada uma libertação humilde, mas efetiva e que pretende mudar atitudes, comportamentos, práxis da vida, relações de solidariedade e enfim articular um projeto de sociedade e também estabelecer uma nova forma de ser instituição Igreja.

A leitura da Bíblia é fato marcante das comunidades de base. Os estudos bíblicos permitem colocar os textos no seu contexto histórico, o que evita interpretações puramente aleatórias, subjetivas ou até mesmo apenas moralistas. A leitura dos eventos bíblicos de forma não individual, mas coletiva faz reviver a história e a caminhada do povo de Deus onde as camadas populares de hoje se reconhecem. O respeito à Lei, fortemente ancorada no pensamento camponês é consideravelmente criticado quando esse descobre uma lei muito mais antiga que as leis vigentes aplicadas ao redor deles e isso pode chegar a provocar uma atitude de desobediência cívica.

A mística popular e camponesa se reconhece perfeitamente na história de um Moisés que liberta um povo da opressão do Faraó, de um Josué que distribui as terras, de um Gedeão no seu papel de justiceiro dos pobres, de uma Judite que seduz Holofernes para cortar a cabeça dele, de uma Ester que seduz o rei de Babilônia para controlá-lo ou de um profeta que clame contra as injustiças provocadas pelas autoridades e os poderosos. As palavras do Cristo e a vida das primeiras comunidades cristãs relatadas nos Atos dos Apóstolos recebem um eco muito forte nas comunidades de base. Também, diante da repressão da Ditadura Militar, o livro do Apocalipse, escrito na época das perseguições romanas se torna o livro dos códigos para se comunicar entre as comunidades. Lembro-me de ter recebido um bilhete que dizia: “O anjo de Marabá te manda dizer que está tudo verde na beira do mar: a Besta Fera te espera”. É muito fácil entender quando se conhece o código apocalíptico: Anjo = bispo, verde = a cor do cavaleiro da morte = soldado, Besta Fera = imperador romano = chefe da repressão, mar = água profunda. Esse bilhete queria então dizer: “O bispo de Marabá manda te dizer: não vá na beira do Rio (Porto da Balsa) o Curió te espera”. Outro exemplo: um senhor me diz que descobriu de quem é o número da besta fera: 666 “É o capitalismo! Pega as notas do dinheiro (Cruzeiro) que representa ele e soma: Cr\$ 500+100+50+10+5+1= “666 é o número do capeta, do capetalismo!”

1.9.3.

Organização interna forte obriga: as comunidades eclesiais de base

A criação das comunidades eclesiais de base, no início da década de 1970 vai permitir emergir organizações mais duráveis e sólidas. Antes de tudo, vai favorecer a criação de um tecido social que se encontra numa situação de extrema fragilidade diante da migração desordenada provocada pela abertura das estradas e diante das organizações da sociedade civil, praticamente inexistentes ou completamente controladas pela ditadura militar.

A “reza” se torna um momento importante da semana! É o único espaço e lugar onde as pessoas podem se encontrar. Se tiver reza, tem também troca de ideia, discussão sobre os problemas da comunidade que ficam maiores ainda se tiver isolamento físico e político. A solidariedade deve atuar e funcionar sob o risco do grupo não ter nenhuma condição de se manter no local. Várias formas de organizações, chamadas de informais, aparecem e se estabelecem. O adjunto é o apoio dado principalmente em caso de problema de saúde.

Juntam-se os vizinhos para fazer o transporte do doente ou ferido que só tem condição de se deslocar de rede. São os vizinhos que vem cuidar da casa ou executar um trabalho de roça se os donos estão impedidos em caso de doença ou de viagem. Com a implantação das CEB's, esse costume é muito valorizado, pois na “reza” circula muito bem as informações sobre a situação de cada família para todos e é um momento muito fácil de se repartir as tarefas já que quase toda a comunidade está presente. Todas as formas de ajuda mútua são estimuladas. Os agentes da Pastoral atuam como facilitadores dessas ações. A necessidade e a criatividade são tais que vão brotar caixinhas de saúde, troca organizada de semente, diárias trocadas e outras iniciativas para solucionar os problemas que não podem ser adiados e que têm que ser enfrentados. Algumas “matulas” estão funcionando - trata-se de organizar grupo de 12 famílias - cada uma cria uma vaca e uma vez por mês é sacrificado um gado. É salgada e secada a carne que é dividida entre os “sócios” da matula. O dia da matula é sempre um dia de festa e de churrasco entre os sócios.

O mutirão é o trabalho em comum. Trata-se de realizar juntos as tarefas mais penosas na roça de um ou de outro: a derruba, as capinas, as colheitas, etc... Com a organização das CEB's esse hábito é muito valorizado. Tudo resta para ser feito: não tem escola, posto de saúde, nenhuma infraestrutura existe. É comum programar mutirões durante as rezas para abrir uma estrada, consertar

uma ponte, construir uma capela que muitas vezes servirá também de escola ou de sala de reunião. Esses mutirões são considerados como o termômetro medidor da coesão social da comunidade e entre os membros do povoado.

As CEB's com seus fortes momentos na reza/reunião e com suas práticas de ajudas mútuas, favorecem a coesão entre vizinhos. Além disso, elas permitem às pessoas de tomar decisões e de democratizá-las nas suas execuções. É feita, para muitos e pela primeira vez, uma experiência de democracia e de tomadas de decisões coletivas.

Enquanto as rezas/reuniões e as ações tratam de questões internas às comunidades não tem nenhum problema com as autoridades. Os animadores das comunidades, eleitos pelos comunitários (num período sem nenhuma eleição no Brasil), participam regularmente dos encontros com animadores de outras comunidades tanto no nível municipal como regional. Esses momentos ricos de intercâmbios, de avaliação de experiência e, sobretudo, de formação/informação oferecidos pelos agentes pastorais fazem nascer, entre as pessoas e as comunidades, relacionamentos que até então eram desconhecidos. Vão permitir fazer emergir redes de relacionamentos que, diante das complexidades dos problemas, irão se transformar em organizações cada vez mais formais e sólidas. Além das reuniões locais com os agentes da pastoral, os animadores participam das Assembleias do povo de Deus no nível da Diocese de Marabá onde são definidas as diretrizes e avaliados os resultados da Pastoral.

As soluções de solidariedade são necessárias para reduzir as dificuldades imediatamente provocadas no cotidiano das instalações. Essas soluções elaboradas, construídas, criam ligações entre as pessoas e, sobretudo forjam um modo democrático de decidir e de agir. Cria-se o costume de procurar solucionar os problemas apenas no local de vida, nas próprias comunidades. “Beber a água do poço que a gente cavou” se torna a consciência de todos. Enquanto as decisões e as ações tratam das questões de solidariedade, as comunidades são aceitas pelas autoridades estabelecidas, porém quando passam a ter ações de reivindicações, elas começam a ser consideradas perigosas por parte das autoridades. É evidente que as ações de solidariedade não chegam a dar uma resposta a todos os problemas encontrados. Uma escola, uma estrada ou um posto de saúde, por exemplo, não dependem apenas da boa vontade das pessoas. Com isso, a responsabilidade dos serviços públicos começa a ser solicitada e cobrada. A lista das reivindicações é extensa. As comissões de representantes apresentam suas pautas frente aos prefeitos ou responsáveis dos diversos setores

públicos envolvidos. Eles consideram esses encaminhamentos como subversivos. Os animadores de comunidades são tachados de “comunistas”. Alguns são perseguidos e até presos, interrogados ou mesmo apanham. As redes entre as comunidades fazem circular as informações, essas injustiças são denunciadas e muitos bispos divulgam os fatos ao grande público.

Essa situação vai se acirrar quando, a partir do fim dos anos 1970, surgem os conflitos agrários. Na Igreja Católica, é criada, em 1975, a CPT. Diante dos abusos dos conflitos agrários, a grande maioria das dioceses do Brasil implanta sua CPT local que vem suprir os vazios da sociedade civil desmantelada pela intervenção dos militares. A CPT vai ter, até hoje, um papel importante pelo apoio que dará àqueles que terão um compromisso com os conflitos de terra. Os animadores das comunidades de base acham na CPT o lugar e o espaço onde recebem segurança assim como informações e formações na altura das suas difíceis e perigosas responsabilidades.

1.9.4.

Uma forte organização formal e política obriga: os STRs

A partir de 1980, diante do tamanho dos conflitos agrários, aparece uma nova questão: aquela dos sindicatos de trabalhadores rurais. Desde 1930, sob o governo de Getúlio Vargas, todo setor da produção (patrões e trabalhadores) deve se organizar em sindicatos, respeitando, todavia o princípio da unicidade sindical que autoriza apenas um sindicato por categoria profissional por município. É evidente que essas leis são feitas para o Estado controlar, para não dizer abafar qualquer iniciativa de organização paralela dos trabalhadores. Os STR, na região de Marabá, não existiam antes de 1970. Sob influência do Estado através do INCRA são fundados dois STR: em São João do Araguaia, no dia 14/09/74, e em Itupiranga, no dia 17/08/79.

As estruturas sindicais na época são tão inoperantes e tão submissas ao Estado (de exceção) que são praticamente desconhecidas do povo. As primeiras reflexões, nas comunidades eclesiais de base, sobre os STR aparecem quando surgem os grandes conflitos de terra no início da década dos anos 1980. Acompanhando a corrente combativa instalada no Brasil, o movimento nascente segue a tendência “oposição sindical”. Não se trata de ter uma posição antissindical, mas de levantar um novo sindicalismo cuja a estrutura deve se libertar do controle

e da submissão ao Estado. Alguns agricultores, animadores de comunidade participam das primeiras ENTOES⁴². Essa linha de ação mantida pela CPT e as comunidades de base não são um posicionamento contra o sindicato, mas contra a sua constituição e sua estrutura que permitia submissão, controle e intervenção do Ministério do Trabalho que precisava transformá-la.

As primeiras tentativas de contato com os dois sindicatos já estabelecidos só podiam se saldar em fracasso pois esses não tinham sido fundadas para defender os interesses dos trabalhadores. Ao contrário, as direções dos anos 1970 não somente não davam nenhum apoio aos novos conflitos, mas divulgavam o nome dos “subversivos que ousavam colocar em questão a ordem estabelecida”.

Fica então entendido entre a CPT e os animadores das comunidades de que não se tem nada a esperar daquelas direções sindicais “pelegas”. Sindicato era considerado coisa do Governo! Portanto, se acha mais conveniente ignorá-los e não gastar as energias nascentes e ainda muito frágeis dos primeiros movimentos contestatórios camponeses. Era preciso entender a situação daquele momento. A força da ditadura e a fragilidade da sociedade civil só permitiam essa visão estreita marcada por uma posição imediatista de prudência e cautela. Ainda era difícil perceber e entender o tamanho dos conflitos de terra e era perseguida antes de tudo a segurança das pessoas e das vidas. Isso implicava um isolamento próximo à clandestinidade que era acentuada pela falta de circulação de informação, necessária ao movimento camponês em nascimento.

Essa posição de não participação nos STR vai rapidamente evoluir. Fica entendido e claro que as organizações internas, informais do movimento para a defesa da terra e da vida não serão suficientes para dar força à Reforma Agrária. Essa deve ser dirigida e conduzida por uma organização suficientemente sólida e durável para poder negociar os conflitos. Só os STR são reconhecidos oficialmente para se sentar nas mesas de negociação com os órgãos do Estado. Portanto, é entendido que precisava-se partir para conquistar esses STR com a compreensão que, se mudar as direções sindicais, mudarão os STR e darão aos camponeses o instrumento que lhes pertence e que necessita.

Precisa quase cinco anos para mudar as direções “pelegas” e essa operação é tão difícil e perigosa quanto a luta pela terra. Os animadores das comunidades eclesiais de base, com ajuda dos agentes de pastoral e de alguns formadores políticos saídos da clandestinidade a partir da lei de anistia em 1979, montam umas estratégias novas que vão se traduzir por uma guerra de posição que demanda vários anos antes de

42 Encontros de Trabalhadores em Oposição à Estrutura Sindical.

produzir os resultados esperados. Ricos do seu número de seus participantes e das suas organizações comunitárias, experimentados pelo sucesso das primeiras conquistas fundiárias, fortemente apoiados por suas alianças com a Igreja e alguns intelectuais, os camponeses tomam as direções de todos os STR da região de Marabá. Depois de várias tentativas sem sucesso por falta de experiência nas eleições de 1982-84, a virada acontece em 1985-86 em todas as direções dos STR.

São as listas combativas (Chapas “2”) que têm sucesso. Esse novo sindicalismo se torna representante e porta-voz do movimento camponês: o MSTR⁴³. Logo, aproveitando também da democratização do Brasil e da desmilitarização do GETAT, esse Movimento saberá mostrar sua força e sua habilidade. Na famosa reunião no GETAT, em maio de 1988, ele negocia a regularização de 300.000 ha de áreas ocupadas por posseiros, o combate ao trabalho escravo e à pistolagem. Estavam lá os primeiros presidentes das direções combativas Almir Ferreira Barros, de São João do Araguaia, Manoel Monteiro, de Itupiranga, Maria de Jesus, de Jacundá e Antônio Chico, de Marabá. No seu discurso, Almir pede um minuto de silêncio para “nossos mortos” pela luta pela terra. Eu vi baixar a cabeça Jader Barbalho, ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrária do governo Sarney, os governadores do Pará, Hélio Gueiros, do Maranhão, Cafezeiro e de Goiás, Santillo e dos presidentes da CONTAG e do CNA, representantes do Ministérios do Trabalho e do Judiciário assim como muitos figurões da política local.

Só os números falam por si mesmo quando se trata do resultado da luta pela terra. Em 1980, a agricultura familiar ocupa apenas 1% das terras do Sul/Sudeste do Pará. Dez anos depois ela já ocupa 28%. E vinte anos depois ela ocupa 42%. Em 2011, só os 505 assentamentos da área do INCRA-SR 27 ocupam quase 5 milhões de ha com mais de 70.000 famílias. Juntando as áreas tituladas ou ocupadas, a Agricultura familiar conta hoje nessa mesma área com mais de 100.000 famílias, ou seja, meio milhão de pessoas, um quarto da população do Sul e Sudeste Paraense.

1.10. FÁBULAS FABULOSAS

Não sou nenhum Esopo, nem Jean de La Fontaine, mas anotei aqui algumas histórias de bichos que várias vezes contei. Seus significados sempre foram muito bem entendidos.

43 Movimento Sindical das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais.

1.10.1.

Os peixinhos e os tubarões

Um cardume de peixinhos vivia feliz no rio.
Toda semana tinha reza, bingo e festa na comunidade.
Certa noite apareceram lá dois peixes forasteiros.
Foram muito bem recebidos pelos peixinhos.
A festa foi bem divertida e bem animada.
De madrugada todos voltaram para casa.
Todavia, ao amanhecer apareceram dois peixinhos mortos.
Tinham sido matados e estavam todo comidos.
Não foi descoberto o que tinha acontecido.
A semana seguinte, um dia depois da festa aconteceu o mesmo fato.
E assim durante um mês.

O conselho dos peixinhos se reuniu para tratar desse fato.
Alguns perceberam que o caso das mortes dos peixinhos
Estava acontecendo desde o aparecimento dos dois peixes forasteiros.
Alguns notaram que os forasteiros estavam cada vez mais formosos.
Foram designados quatro peixinhos para vigiar os forasteiros.

Durante várias semanas, a vigilância foi acirrada
Mas não foi descoberto o mistério dos peixinhos mortos matados.
E a cada dia os peixes forasteiros estavam mais fortes.
Já estavam virando tubarões.
Até que, num raio de sol, os tubarões foram flagrados
Matando e comendo peixinhos.
Revoltados, os peixinhos quiseram prender os tubarões
Mas esses atacaram os peixinhos e comeram um bocado
Não adiantou mandar mais peixinhos contra os tubarões
Todos morriam e eram comidos.
A comunidade dos peixinhos estava desesperada.
E todos estavam com muito medo.
Certa noite, os peixinhos decidiram clamar a Deus
E fizeram uma reza com toda comunidade.
De manhã, ao se acordar, os peixinhos perceberam
Que tinham crescido os seus dentes.
Juntaram-se e, quando apareceram os tubarões, se defenderam.
Conseguiram mantê-los afastados bem longe da comunidade.
Depois de alguns tempos, perceberam

Que os tubarões estavam mais fracos e mais magros
Até ficar do tamanho dos peixinhos
Tinham descoberto o grande segredo:
Os tubarões eram tubarões porque comiam peixes.
Foi comunicado esse segredo para todas as comunidades
Foi proibido peixes comer peixes.

Fizeram uma novena de agradecimento a Deus
O nono dia, quando os peixinhos se acordaram
Perceberam que tinham caído todos os dentes.

A paz voltou a reinar no rio dos peixinhos.
A partir daquele dia o mundo inteiro soube que
Impedidos de comer peixes,
Os tubarões não podem existir.

TUBARÃO é APENAS PEIXE que COME PEIXE.

1.10.2.

O rei das árvores (juizes: 9.8)

Naquele tempo, as árvores viviam felizes nas suas matas
Mas estavam preocupadas;
Quando olhavam ao redor delas,
Elas percebiam que todos tinham um rei e elas, não.
Os pássaros tinham seu rei, os animais o seu e os homens tinham seu chefe.
Decidiram, portanto, para fazer como todo mundo, de se dar um rei.
No dia marcado foi convocada a Assembleia das árvores para eleger seu rei.
Procuraram-se candidatos a começar pelas árvores mais famosas da floresta.
A castanheira foi apontada
Mas recusou dizendo que era muito ocupada em produzir sua castanha.
Foi apontado então o mogno que também não aceitou
Pois tinha que produzir sua madeira;
Foram buscar o babaçu que não tinha nenhum tempo
Pois tinha que produzir seu óleo para cozinhar
E suas folhas para cobrir os tetos.
Foram perguntadas a maçaranduba, a andiroba, o angelim
E muitos outros ainda;
Acabaram sendo perguntadas as árvores plantadas pelos homens:
Mangueira, limoeiro, laranjeira, até mesma a bananeira não foi esquecida.

Todos afirmaram que tinham excelentes motivos para não aceitar a realeza.
Então, o capa-bode, esse vulgar espinhoso se apresentou como candidato.
Não tendo outro candidato e felizes em encontrar uma solução,
As árvores elegeram nosso espinhoso e lhe deram posse.
No seu discurso, depois de ter agradecido pela boa escolha
Que tinham feito as árvores, elogiou seus próprios méritos e qualidades.
O capa-bode advertiu que todos a partir de hoje deviam obediência a ele
E que, se não acontecesse, ele podia as laçar nas suas espinhas
Ou até chamar o relâmpago do céu
Para o fogo celeste as queimarem, nem que seja junto com ele.

“Tenha muito cuidado na hora de escolher teus dirigentes”.

1.10.3.

A taboca e a castanheira

Certa vez, a castanheira estava ridicularizando a taboca.
A castanheira apontava seu tamanho, sua força e sua grandeza.
De repente, apareceu uma forte tempestade.
A taboca se curvou até o chão e ficou muito sacudida.
A castanheira enfrentou o vento, resistiu até ser derrubada.

“Não adianta tentar enfrentar um inimigo mais forte.”

“Mais vale deixar passar a força bruta e assim resistir e ficar de pé.”

1.10.4.

A raposa e o urubu

Um urubu conseguiu roubar um bonito pedaço de carne
E ficou no topo de um galho seco.
Uma raposa, morrendo de fome, viu esse movimento,
Cumprimentou e começou a elogiar o carniceiro
Por sua beleza, seu voo majestoso, suas penas maravilhosas.
Por fim, diz que queria escutar seu canto
Que devido sua beleza de corpo, devia ser encantador.
O urubu orgulhoso pelos elogios abriu o bico para cantar
A carne escapou, caiu no chão e foi abocanhada pela raposa.

Desconfie dos elogios exagerados: alguém tem interesses escondidos.

1.10.5.

A onça e a anta

Uma onça encontra uma anta na hora de beber.
Começa uma briga violenta para saber quem ia beber primeiro.
De repente param para recuperar o fôlego.
Reparam então que um bando de urubus está empoleirado por perto
Esperando para devorar o derrotado.
Aí mesmo parou a briga.

*É melhor resolver nossas brigas
E deixar de lado nossas desavenças:
Pois sempre alguns vão aproveitar
Dos nossos momentos de desunião*

1.10.6.

A onça e o veadinho

Certa vez, um veadinho estava bebendo água num brejo.
Uma onça apareceu para beber também.
Olhou para o veadinho, pensando no seu almoço
E procurou um motivo para brigar;
“Sai daí que tu estas sujando minha água”
“Eu estou abaixo da correnteza” falou o veado
“Mas foi no ano passado que tu sujaste minha água”
“Não pode ser, não tinha nascido” respondeu o veadinho
“Se não foi tu, foi um dos teus parentes”
Para finalizar a onça comeu o veadinho.

*Não brigue nem polemize com um mais forte.
Sempre inventará um motivo para te vencer.*

1.10.7.

A raposa e as bananas

Uma raposa, morrendo de fome, viu um cacho de bananas bem maduras.
Olhou as frutas, deu a volta ao redor da moita.
Não alcançava achou dificuldade e disse:
“Esse cacho é verde demais e bom para macaco”.

Não despreze o que tu não sabes alcançar.

1.10.8.

As cutias e a onça

Duas cutias viviam brigando pela mesma toca.
Certo dia, para dar o fim a essa situação,
Chamaram a onça como juiz para resolver o caso:
“Vem, vem que eu vou dar uma solução, agora”
Comeu as duas e o caso ficou encerrado.

*Pequenos! Não vão atrás dos grandes para resolver suas disputas:
Só vai sobrar para vocês e eles vão se dar bem com seus conflitos.*

1.10.9.

As formigas

Certa formiga andava só. Um bicho passava por lá: pisou nela.
Nem viu, nem sentiu, nem percebeu o que estava fazendo.
Mais na frente, esse bicho cruzou uma carreira de formigas;
Pulou por cima cuidando de não incomodar o caminho das formigas.
Sem perceber o bicho pisou em cima de um formigueiro:
Não ficou aí um instante. Correu bem longe e nunca mais passou por lá.

Os pequenos só conseguem o que querem se juntar-se para mostrar sua força!

Dieu decide de se Donner un fils
Il cherche une maman
Il lui faut un nom
Il prend les lettres de son verbe:
“AIMER”
Les met dans son grand chapeau
Le retourne sur la table
Les lettres tombent et forment:
“MARIE”

Deus decide se dar um filho
Ele procura uma mãe
Precisa de um nome
Ele pega as letras do seu verbo:
“AMAR”
As coloque no seu grande chapéu
Vira sobre a mesa
As letras caem e formam
“MARIA”

CAPÍTULO II

2.

“NA LEI OU NA MARRA, NÓS VAMOS GANHAR!”

Outubro de 1980. Estamos no nosso encontro anual da CPT regional Norte II no Laranjal, Centro de Pastoral da Diocese de Abaetetuba. A programação é de 10 dias. Tem três dias sobre realidade e conjuntura política brasileira. Um dos nossos palestrantes é Benedito Monteiro. Eu conhecia seus livros “A terceira margem”, “Verde vago mundo”. Eu sabia que tinha sido cassado como deputado estadual em 1964 e que tinha sido um político cassado por estar a favor da reforma agrária. Antes de iniciar a palestra, como de costume, cantamos alguns cantos entre outros:

Agora nós vamos pra luta
a terra que é nossa ocupar! a terra é pra
quem trabalha a história não falha
nós vamos ganhar

**Já chega de tanto sofrer
já chega de tanto esperar
a luta vai ser tão difícil
na lei ou na marra nós vamos ganhar**

Se a gente morrer nessa luta
o sangue será uma semente
justiça vamos conquistar! a história não falha
nós vamos ganhar

Quem gosta de nós somos nós
e aqueles que nos vêm ajudar
por isso confie em quem luta
a história não falha
nós vamos ganhar

Mal acaba a música, o Benedito Monteiro que já estava na nossa frente pergunta: “você sabem quem escreveu essa música?” Silêncio... “Pois fui eu!... Foi o canto da reforma agrária antes de 1964”. Estourou o aplauso da nossa plateia. “Bené Monteiro” será procurador geral da Secretaria de Justiça do Pará em 1982.

Nosso território do Araguaia-Tocantins é conhecido como o arco do fogo, do desmatamento, do saque das águas e dos minerais, é o arco dos assassinatos da terra, dos despejos, do trabalho escravo, do boi pirata, da impunidade, só para apontar os “arcos” mais citados. Desde 1975 vivo, vivemos no epicentro desse arco e não seria difícil descobrir alguns outros nefastos “arcos” mais abafados e escondidos nesse território tão cobijado. É justamente na curva desse arco que se arma a corda para disparar a flecha da esperança contra todos os prognósticos de mau augúrio que anunciam o fim do campesinato, para lançar a seta do projeto que vem desafiar todas as análises “politicamente” corretas da produção rural.

Longa foi a caminhada para chegar hoje à instalação de 514 assentamentos e mais de 100 pré-assentamentos. Juntando os acampados, os assentados e os pequenos agricultores com os títulos da terra, o campesinato do Sul/sudeste paraense conta com mais de 100.000 famílias, da ordem de 500.000 pessoas ocupando mais de 5 milhões de hectares. A luta pela conquista da terra foi e é ainda muito árdua. Custou e custa caro. Não vou falar das prisões ilegais, dos despejos, das casas queimadas, das colheitas destruídas; o triste número “oficial” de assassinatos no campo, no nosso território é de 466 registrados desde 1976 pela CPT. Várias vezes escutamos: “Ah! Se as castanheiras pudessem falar! Verdade: esse macabro total com certeza seria maior, mas como saber se até as castanheiras foram derrubadas. Não se trata aqui de fazer um relato rigoroso de toda violência contra o campesinato: basta somar os relatórios da CPT, os trabalhos de conclusão de cursos de muitos alunos e os trabalhos acadêmicos da UEPA, da Unifesspa e da UFPA ou do IFPA. Apenas quero trazer meu testemunho a partir de alguns casos que vivi para mostrar, ilustrar a teimosia e a criatividade do campesinato, a perversidade e a violência do latifúndio, a cumplicidade e a má fé das autoridades responsáveis.

“Na lei ou na marra, nós vamos ganhar” é uma expressão que ouvi inúmeras vezes nas falas dos posseiros. Portanto, será o nome da pasta onde pretendo juntar alguns dos principais “casos” de conflitos em que me envolvi diretamente. Essa pasta que eu abro hoje, nunca será fechada, pois até hoje continua a luta pela terra.

2.1.

O MASSACRE DA UBÁ

No dia 13 junho de 1985, os trabalhadores rurais João Evangelista Vilarina, Francisco Pereira, Januário Ferreira Lima, Luís Carlos Pereira de Sousa e

“Francisca” - na época grávida-, todos posseiros do Castanhal Ubá, são executados. Seus corpos são encontrados um dia depois. No dia 18 de junho, são assassinadas as testemunhas José Pereira da Silva, Valdemar Alves de Almeida e Nelson Ribeiro. A chacina é executada pelos pistoleiros do bando do “Sebastião da Teresona”. Sebastião Pereira Dias. O mandante é o dono do aforamento do castanhal. José Edmundo Ortiz Vergolino. Sebastião da Teresona é trucidado na cadeia no dia 14 junho de 1995. 21 anos após a chacina, Edmundo Vergolino é julgado no dia 11 dezembro 2006, condenado a 19 anos de prisão para cada uma das oito vítimas, totalizando 152 anos de reclusão... 13 anos após sua condenação, 35 anos após a chacina, José Edmundo Ortiz Vergolino é preso, no dia 24 janeiro de 2019, na idade de 81 anos e ganha a prisão domiciliar no dia 18 março 2020.

“...VÃO NA FRENTE JÁ QUE SAB’ONDE ESTÃO OS CORPOS!...”

O escrivão da polícia civil Valdo me dá um revólver na mão e me diz para mostrar o caminho e me diz: “Vão na frente já que sab’onde estão os corpos!”. Estou numa picada na entrada da vicinal do Km 35 junto com o Paulo, nosso advogado da CPT, o escrivão e dois investigadores. No meio do caminho dois corpos de homens e mais na frente o corpo de uma mulher, no pé de uma castanheira. Vou saber depois que são Januário Ferreira Lima, Francisca – à época, grávida – e Luís Carlos Pereira de Sousa

Na quinta-feira, 13 de junho de 1985, são assassinados na Ubá, na beira da Transamazônica, João Evangelista Vilarina e Francisco Pereira Alves. Os corpos são levados para São Domingos. Na sexta-feira, 14, são achados mais três corpos no lugar afastado. O Zé “pretinho”, animador da comunidade, avisa a CPT do macabro achado devido voos de urubus. No sábado, Paulo da CPT, Raimundinho e o Ademir do CEPASP²⁸ conseguem levar o médico legista até o local. Raimundinho tira umas fotos. O médico legista avisa que a polícia tem que vir no local do crime. É o procedimento para abrir o inquérito. No domingo, de noite, chego de ônibus de uma reunião da CPT em Goiânia. Segunda de manhã, com o Paulo, vou à delegacia com as fotos. O delegado Electo Reis assume o plantão. Relatamos os fatos e aí começa uma fala kafkaniana cujo conteúdo me lembro até hoje:

- Vocês têm certeza do ocorrido?
- Mas Doutor, o médico legista foi lá e aqui estão as fotos! (Silêncio)
- Vai ser complicado, nosso carro está quebrado.

28 Centro de Educação, Pesquisa, Assessoria Sindical e Popular.

- Podemos ir com o carro da CPT... (Silêncio)
- Nossa máquina de escrever está no conserto.
- Temos uma na CPT, posso levar... (Silêncio)
- Não tem papel!
- A gente pode levar uma resma... (Silêncio)
- Mas não tem investigador!

Olho o Paulo com cara de pergunta “e agora?” quando escuto nas minhas costas: - “Mas eu vou, sou escrivão”. Se olhar matasse, pelo jeito que Electo Reis olhou pro escrivão Valdo, acho que esse teria caído morto fulminado no ato. O Valdo afirma, então, o que todo mundo já sabia: “Informados que o ocorrido foi serviço do Sebastião da Terezona, temos que ir lá com reforço e armado, pois é perigoso!” Ele pega uma metralhadora e diz que vamos com dois investigadores. Nós vamos na casa de um que acaba de acordar. Leva um revólver. O segundo investigador não estava em casa, mas o Valdo sabe onde encontrá-lo. Chegamos num cabaré. O Valdo vai chamá-lo, mas ele diz que só sai com sua arma. Voltamos na casa, ele aparece com uma doze de cano cortado. Acho que ele chamou de escopeta. No caminho para a Ubá, o investigador do revólver diz que não tem balas. Impressionante! O Paulo fala um “eu sabia” e puxa do bolso duas balas. Mais tarde ele me explica que o pai dele sabendo da nossa saída lhe entregou sua arma, por acaso do mesmo calibre: 9 mm. São quase meio dia. Nós almoçamos na ponte do Taurizinho.

Entrando no km 35, na vicinal da Consulta, a mais ou menos um quilômetro da Transamazônica, Paulo nos indica a picada onde tem os corpos. Aí que Valdo nos fala: “Vão na frente, já que sab onde estão os corpos”. Vou na frente. O Valdo me diz para pegar o revólver do Paulo. Falo que não tem bala, mas ele me diz que é só para “sugesta”! O ar está um fedor! Um horror! Os corpos estão aí bem na nossa frente, desde quinta-feira. O Valdo me pede para tirar mais fotos dos dois primeiros corpos. Um dos investigadores tinha levado um talco e passa a mão no rosto. Tem cara de zumbi! Com o Valdo vou até a armação de uma pequena cabana, tipo tenda, toda queimada. O Valdo avista uma boroça, abre e acha uma carteira profissional, meio queimada, mas dá para ver quem é o dono. A nosso lado, os dois investigadores tentam destravar a segurança da escopeta. Mexem na arma até que de repente disparam um tiro no meio dos dois. O policial diz então que a arma não vale nada, pois o gatilho é sensível demais. Ele levanta a arma, dá um tiro para o alto afirmando: Essa “doze” é perigosa demais. Imaginem que andei dirigindo com essa

escopeta armada atravessada no piso do carro com os canos na direção dos meus pés! Valdo, o escrivão, anota que os pistoleiros deixaram suas marcas: têm tiros em várias árvores inclusive algumas balas atravessaram os troncos. O Valdo define o calibre das balas e afirma que os criminosos querem deixar um recado para qualquer um saber do seu poder de fogo! Mais umas fotos do corpo da mulher que o médico legista afirmou grávida. O que fazer? Eu choro. Fotos do cenário, das balas e da barraquinha queimada e a nossa comitiva volta à vicinal onde deixamos a Toyota.

O Valdo me pergunta se eu sei onde fica a sede da Ubá. Indico que é quase na beira da Transamazônica a mais ou menos um quilômetro depois da entrada do km 35. Chegando perto da casa sede, o Valdo me dá aquela escopeta do investigador, de novo “para sugesta” e me diz para chutar a porta da casa e entrar enquanto ele e os investigadores dão a volta na mata atrás da casa para pegar qualquer um que tentar fugir.

Nessa altura, escuto o meu amigo Paulo comentando: “Se a CPT souber o que estamos fazendo agora, estamos demitidos no ato...” A porta estava apenas encostada e dentro da casa tem cascas de banana fresquinhas. Com o Paulo, saio pela porta do fundo e chamo os “homens”. Eles saíam da mata e dão uma olhada na casa, pegam alguns papéis e comentam o evidente: “Tinha gente, há pouco!” Na volta para o carro, eu comento com o Valdo: “A gente se sente muito bem protegido... Os investigadores têm armas que não prestam. Vocês botam a gente na frente... E olha lá que é o bando do Sebastião da Teresona. Tua arma funciona? – Sim, diz ele. Quer ver? Nessa altura dos fatos, respondo que sim. Ele aponta a metralhadora para a mata e aperta o gatilho: escuto um clic metálico e nada, ela arma de novo e clic. Nada. Já estamos chegando na Transamazônica. De vez em quando, escuto o clic da arma que o escrivão tenta fazer funcionar. Exatamente nessa hora, passa o ônibus da linha São Domingos - Marabá. O motorista, conhecido meu, dá uma parada e me cumprimenta quando nas minhas costas dispara uma rajada... Cara de espanto do nosso motorista. Já tem gente pulando do ônibus, e o Valdo falando: “Está vendo que funciona!” Depois da saída do ônibus, nós alcançamos nosso carro e pegamos o caminho da volta. Ô dia! No primeiro boteco a gente dá uma parada para tomar uma pinga.

No dia da perícia do médico legista Paulo e Raimundinho tinham marcado com o Zé Pretinho, para encontrar testemunhas na terça-feira, 18, e assim combinar o dia do depoimento com a polícia. Na terça-feira de manhã, recebo um telefonema do Almir: ele está na casa das Irmãs de São Domingos com o Padre Roberto: “Acabaram de matar o Zé Pretinho e um sobrinho, foi na casa dele, no 40, na

vila Ubá.” Imediatamente saímos de Marabá para São Domingos, eu e o Paulo. Pegamos o Padre Roberto e Almir e nós vamos no Km 40, na Vila Ubá, na casa do Zé Pretinho: desolação brutal! Dois corpos na sala: Zé Pretinho e Valdemar, o sobrinho dele e a dona Marina com uma escadinha de meninos. Ela relata o fato: veio o Sebastião da Teresona com vários homens e mal perguntaram pelo Zé Pretinho que já atiraram. Zé pretinho foi logo atingido e morreu dando um golpe de facão na mão de um dos pistoleiros. Valdemar foi perseguido e logo baleado, mas o irmão dele escapou. A família do Zé e do Valdemar já avisou que está chegando e que vem para levar os corpos para o Goiás, hoje Tocantins, Estado de origem deles. A dona Marina que tem toda família do pai dela aqui quer ficar na vila Ubá. Sabendo das nossas presenças, aparece um bocado de conhecidos. É marcada uma missa do 7º dia e já tem a proposta de celebrar uma missa do trigésimo dia na Ubá, no lugar onde foram achados os outros três corpos. Ainda fizemos uma lista de testemunhas que querem prestar depoimento. Combinamos de falar com as testemunhas no dia da missa do 7º dia e que íamos marcar um dia para a polícia vir na vila pegar os depoimentos.

Deixando o Padre Roberto e o Almir em São Domingos, fomos chamados à casa das irmãs. Lá, tem uma rodada de gente junto com o Jurandir. Tem boato de que os pistoleiros devem se esconder no castanhal da Tona e do Pau Preto. A caminho, passando aqui por São Domingos, eles devem queimar a casa das irmãs “com tudo dentro”. A Tona dos irmãos Chamier e o Pau Preto do Aziz Mutran são o esconderijo do bando da Terezona. Ainda, o castanhal Pastorisa é vizinho do Castanhal Ubá e é também da família Chamier. Os posseiros do Cuxiú e do Almescão vão passar o dia e a noite inteira revistando tudo que passa por São Domingos, ônibus, carros e caminhões sem nenhum incidente.

Voltando para Marabá, passamos pela delegacia para ver como a polícia ia encaminhar os procedimentos do inquérito. Ficamos surpresos de encontrar Oscar Miranda que denunciava que um vaqueiro da sua fazenda que estava na beira da Transamazônica esperando um transporte à procura de um remédio, tinha sido crivado de balas quando passou por lá o bando do Sebastião da Terezona. Ele se chamava Nelson Ribeiro, mesmo nome que o, então, Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário do Governo Sarney!

No dia 27 de junho de 1985, dois dias depois da missa do 7º dia, como combinado, levamos o escrivão Valdo e nossos mesmos investigadores e voltamos ao km 40 para ouvir e registrar o depoimento das testemunhas. A diretora da escola cede a sala dos professores para fazer o registro do acontecido. O Paulo, nosso

advogado, acompanha o depoimento de várias pessoas. Fico lendo fora. Percebo um movimento estranho de carros parados na Transamazônica que passa em frente à escola. Têm principalmente carros D20 Chevrolet, de carroceria, cheios de garimpeiros indo ou vindo da Serra Pelada. Vejo “nossos” investigadores parando os carros e verificando as documentações e, claro, aplicando “multas”, ou seja, recebendo propinas no lugar de aplicar multas. Me aproximo e falo que eu os trouxe para proteger as testemunhas e não para fiscalizar o trânsito. Eles vão à escola e ficam quietos. Nós voltamos para Marabá.

Um mês após, as comunidades cristãs de Marabá recebem o convite para a missa do trigésimo dia no lugar onde foram achados os três corpos. Vários caminhões vêm de São Domingos, de Marabá, de toda a Região. Um altar é montado com os galhos meio calcinados que sobrara da cabana dos posseiros. A missa é concelebrada com uma dezena de padres juntos com as viúvas e órfãos presentes. A segurança é, desde a véspera, cuidadosamente assegurada pelos posseiros da Consulta e, mais particularmente, da comunidade do Caracol, imediatamente vizinha da Ubá. Várias vezes fui na delegacia com nosso advogado para ver como se “arrastava” o processo que virou novela de inúmeros intermináveis capítulos.

Recentemente, encontrei Dona Marina que, enfim, recebeu uma pensão do Estado do Pará.

Quero terminar aqui o relato da minha memória, mas, para mostrar esse exemplo escandaloso e imoral de injustiça, queria acrescentar extrato da Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, Ano 5, Edição 9 Ago/Set. 2011:

“...Em 3 de setembro de 1985, a parcialidade e a falta de zelo do delegado encarregado da investigação do massacre ficaram tão explícitas que a Corregedoria da Polícia Civil determinou a vacatura do inquérito policial. O coronel da Polícia Militar Antonio Carlos da Silva Gomes foi indicado para presidir o inquérito. A justificativa foi a de que o crime precisava ser mais bem elucidado. Ainda durante a fase de investigação policial, Sebastião da Teresona foi recolhido preventivamente à prisão, assim como o fazendeiro Vergolino. Contra os dois, foi decretada a prisão preventiva em 4 de outubro de 1985. O advogado particular do fazendeiro e o defensor público do pistoleiro ingressaram com pedidos de revogação da medida, que, todavia, foram negados. Com o pedido negado, não tardou para Sebastião da Teresona evadir-se. Em 26 de março de 1986, a juíza Yvone Marinho solicitava providências no sentido de localizar e capturar o pistoleiro, o que ocorreu mais tarde. O tratamento diferenciado da Justiça dado ao mandante da chacina e ao pistoleiro Sebastião da Teresona merece ser destacado. Apenas como exemplo, Vergolino, por ocasião da sua prisão preventiva, foi recolhido ao quartel da Polícia Militar, em cela individual. Já o pistoleiro ficou preso em uma cela

exígua, reforçada com chapas de aço, sem ventilação e com proibição de tomar banho de sol. A defensora pública denunciou à Justiça as condições degradantes às quais o acusado estava submetido e requisitou providências em 5 de novembro de 1986...”

Acrescento aqui: no dia da prisão do Terezona, fui na delegacia e o escrivão, Valdo, me disse que dessa vez ele ia falar. Quando eu lhe digo que se souber de qualquer coisa de tortura, eu ia informar o advogado assim como a CPT nacional e a Anistia Internacional. Ele me pergunta se não quero saber se é ele o assassino do meu amigo. Respondo que até as pedras sabem que é ele e poderiam falar, mas é a polícia que deve provar o crime e não as testemunhas que faltam. Valdo me olha meio estupefato. A partir daquele dia, Valdo vai me informar de toda prisão ou ação de expulsão de posseiros que chegaria ao conhecimento dele.

Continuando: “...Em 29 de agosto de 1995, o Ministério Público requisitou a extinção de punibilidade em relação a Sebastião da Terezona, pois o pistoleiro havia sido assassinado na penitenciária Fernando Guilhon, em 14 de junho de 1995, onde cumpria pena por outro crime. Sebastião deixou cinco filhos órfãos, conforme o registro de óbito.”

“Olhem” quem eram as testemunhas do Sebastião da Teresona apontado para sua defesa: Aziz Mutran, Carlos Chamié, Almir Moraes, Miguel Gomes Brito, Manoel Capela, Ozório Pinheiro e Osvaldo Mutran, bela pena de criminosos que, no dizer do próprio pistoleiro, o abandonaram. Quem irá duvidar de que o assassinato do Sebastião no presídio não foi queima de arquivo?

Em janeiro de 1988, o Liberal publica uma entrevista do “Terezona” no presídio em que o pistoleiro se queixa do abandono: “Eu nunca matei ninguém, sou inocente. É uma injustiça. Se matei, alguém mandou e pagou. Empreitei para os Mutran, trabalhei para Aziz Mutran de carteira assinada. Por que ele não está preso? Porque tem dinheiro. Eles disseram que iam me ajudar e me largaram aqui dentro. Minha mulher morreu em dezembro, meus cinco filhos estão passando fome. Eu quero falar com o ministro da justiça ou alguém dele. Quero contar tudo que eu sei! Pode botar aí. Empreitei para o João Almeida, para o Vavá (Mutran) e para o Carlos Chamié. Eu disse tudo para a juíza Izilda Pastana (nora do Vavá Mutran), mas só eu estou pagando. Se alguém fez, alguém mandou e pagou...”

“A juíza Ezilda Pastana, da Comarca de Marabá/PA, em 22 de dezembro de 1987, permitiu que o Vergolino celebrasse as festas de final do ano com sua família, mas voltasse a se apresentar à Justiça em 4 de janeiro de 1988. Vergolino não voltou... Vergolino foi levado a júri popular apenas em 2006. O acusado foi julgado em 11 de dezembro de 2006 e condenado a 19 anos de prisão em relação a cada uma das oito vítimas assassinadas, totalizando 152 anos de reclusão. Em 27 de agosto de 2009, a defesa peticionou à Justiça, alegando a prescrição da pretensão punitiva do Estado. A

última movimentação do processo foi em 7 de outubro de 2009. Nessa data, o juiz se julgou incompetente para apreciar o pedido da defesa de Vergolino, encaminhando-o ao juízo da vara de execuções penais. Os pistoleiros Valdir Araújo e Raimundo Nonato de Souza permanecem foragidos. Note-se que o caso em tela foi levado às barras do sistema penal em período anterior à redemocratização do país e atravessou as décadas de 1990 e 2000...”

O artigo acima sendo de setembro 2009, eu termino agora os últimos “capítulos” da UBÁ, 35 anos após a chacina, José Edmundo Ortiz Vergolino vai para cadeia no dia 24 de janeiro de 2019 na idade de 81 anos e recebe prisão domiciliar no dia 18 de março 2020.

E acrescento um trecho do convite publicado no “Correio do Tocantins” do dia de 2012:

“...No dia 16 de agosto de 2012, no Assentamento Fazenda Ubá, em São João do Araguaia (PA), às 9 horas da manhã, o governo brasileiro realizará uma cerimônia pública de pedido de desculpas aos familiares das vítimas da chacina da Fazenda Ubá. No dia 13 de junho de 1985, os trabalhadores rurais João Evangelista Vilarina, Francisco Pereira Alves, Januário Ferreira Lima, Francisca – à época, grávida – e Luís Carlos Pereira de Sousa, ocupantes da Fazenda Ubá, foram friamente executados. No dia seguinte, seus corpos foram encontrados por outros acampados, na própria terra que ocupavam. Cinco dias depois, também foram executados José Pereira da Silva, Valdemar Alves de Almeida e Nelson Ribeiro.

Em 1999, a Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH), o Centro pela Justiça e o Direito Internacional (CEJIL), a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) denunciaram à Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) as violações dos direitos à vida e a garantia e proteção judiciais da Convenção Americana de Direitos Humanos. Dez anos depois de a denúncia ter sido realizada - e 25 anos após a chacina -, em março de 2010, um Acordo de Solução Amistosa foi firmado entre os familiares das vítimas e o Estado. O acordo obriga que o Estado brasileiro reconheça a responsabilidade internacional por ter violado direitos humanos e realize uma cerimônia pública pedindo formalmente desculpas aos familiares das vítimas da Chacina da Fazenda Ubá. Este acordo é uma vitória significativa para as famílias das vítimas e para a sociedade civil brasileira, pois obrigou que o Estado brasileiro reconhecesse como legítima a luta pela terra. E ainda que esta reparação, por óbvio, não diminua o sentimento de dor e perda das famílias das vítimas, ela representa um passo à frente na luta pela afirmação de direitos, e joga luz às fragilidades e falhas da Justiça brasileira.

Dessa forma, convidamos toda a sociedade civil a participar da cerimônia pública no hoje assentamento da Fazenda Ubá...”

Até hoje, fora o pedido de desculpa, não foi encaminhado nada a respeito do lote da dona Marina, nem da construção do centro comunitário do PA Ubá.

A JUSTIÇA TARDA E NÃO VEM

2.2.

O MASSACRE DA PRINCESA

Na chacina da Fazenda Princesa, ocorrida em 27 de setembro de 1985, cinco trabalhadores rurais tombam. São eles: Manoel Barbosa da Costa, José Barbosa da Costa, Ezequiel Pereira da Costa, José Pereira de Oliveira e Francisco Oliveira da Silva. Os autos revelam: as vítimas foram amarradas, torturadas, queimadas e, amarrados a pedras, os cadáveres foram jogados no rio Itacaiúnas. O pretenso dono da fazenda e autor da chacina é Marlon Pidde, garimpeiro que fez fortuna em Serra Pelada, tornando-se, posteriormente, fazendeiro na região.

O delegado, no dia 08 de outubro de 1985, pede a prisão preventiva de três indiciados: o fazendeiro Marlon Pidde, o gerente da fazenda José de Souza Gomes e de Lourival Santos Rocha. Com exceção do último, os demais haviam se evadido da região.

Em 06 de abril de 1992, finalmente, o Ministério Público requisitou à agência judicial a pronúncia dos acusados, isto é, pediu ao juiz que presidia o feito que os réus fossem julgados pelo Tribunal do Júri. Por motivos não justificados, a juíza da comarca de Marabá só pronunciou os quatro acusados em 20 de dezembro de 1995.

Mesmo tendo mais um mandado de restrição da liberdade decretado, Marlon continua completamente livre até que, tentando tirar seu passaporte em São Paulo, no ano de 2006, ele é preso pela polícia federal, mas fica em liberdade provisória até o julgamento.

Marlon Lopes Pidde e Lourival Santos da Rocha, ambos são condenados, em 2014, a 130 anos de reclusão e, em 13 de outubro de 2015, trinta anos após a chacina, a 1ª Câmara Criminal Isolada decretou a prisão preventiva de Marlon Lopes Pidde, mas ele tem o direito de permanecer solto até que todos os recursos da condenação sejam julgados. Marlon e a impunidade agradecem.

Um senhor de idade entra no escritório da CPT e denuncia o seguinte:

“Sou Luiz vaqueiro: meus filhos gêmeos entraram na Princesa. Desde a sexta-feira passada, eles não voltaram em casa. Têm noticiais que o Marlon prendeu eles e matou. Fui na polícia e, até hoje, não fizeram nada.”

O Luiz me conta toda a história dos filhos, da terra... Me lembro que pouco tempo atrás, depois de uma reunião no Brejo do Meio, na volta para Marabá, eu tinha dado carona a um homem que me diz se chamar Ezequiel e ter o apelido de “índio” e que tinha entrado junto com alguns outros numa sobra de terra, medida pelo GETAT. Quando falo o nome de “índio”, o Luiz me afirma que é companheiro dos seus filhos. No dizer dele, eles são uns dez. Como o Luiz me diz que mora aqui perto no Cabelo Seco e que lá tem a nora dele, acabo indo até lá, frente a antiga delegacia de polícia, na beira do Itacaiúnas, perto da casa na árvore. Bia, a nora confirma a história do sogro e acrescenta que um barqueiro teria visto um corpo boiando nos garranchos, nas beiras do rio, perto da Princesa. Ela confirma também a sobra de terra. Vem na casa também a outra nora do seu Luiz. Com seu Luiz e a Bia, vou para a delegacia onde, na ausência do delegado, falamos com o escrivão que já conhecia, o Valdo. Dou a sugestão de ele ligar para o Presidente do GETAT, Asdrúbal Bentes, para saber a respeito dessa sobra de terra. O Asdrúbal confirma que, na Princesa, uma vistoria do GETAT constatou uma sobra de terra de mais de 300 ha do lado da vila São João. Estamos ainda na delegacia quando aparece a outra nora do seu Luiz com dois homens: eles estão acabando de descer o rio e confirmam que frente à Princesa, tem corpos boiando descobertos porque têm urubus. O Valdo liga para o comandante da Polícia Militar e combina uma diligência com a PM acompanhada por seu Luis e um dos barqueiros. Acerto com o Valdo que Orlando Solino do MEB que conhece muito bem o rio e a região serviriam de guia junto com um representante do STR, Atanagildo de Deus Matos, o Gatão. A saída da diligência é marcada para o outro dia pela manhã cedo.

Na manhã seguinte, dia 5 de outubro, estou na CPT. Acabam de chegar jornalistas da revista “Status”. Eles saiam com a diligência da Polícia e os colegas Orlando e Gatão: eles vinham para cobrir o comício que vai acontecer naquele dia. Na edição de novembro, nº136, a “Status” publica 6 páginas de reportagem sobre o assunto.

Nesse mesmo dia é dia do primeiro comício do candidato do MDB para eleição à prefeitura de Marabá. É a primeira eleição direta para prefeito desde o golpe militar de 1964. Marabá era área de segurança nacional por ser cidade

da Transamazônica e “capital” da Guerrilha do Araguaia. Hamilton Bezerra e Adelina Braglia, apoiados pelo Governador, o deputado federal Ademir Andrade, o deputado estadual Paulo Fonteles são adversários do Vavá Mutran, apoiado pelo Curió. De tarde, sabendo que a comitiva do PMDB tinha chegado, vou até a sede do partido e logo encontro, no bar da Rosa, comendo uma pizza, Benedito Monteiro e Itair Silva. Coloco eles a parte da história da Princesa. Não acreditam que pode ainda acontecer! Em Marabá acontece, sim!

Um pouco antes do início do comício, já de noite, no pé do palanque, chega o oficial da diligência da Princesa e me disse que acharam os corpos, mas que precisa urnas que possam ser lacradas, pois os corpos estão em péssimo estado. Vejo o Asdrúbal do GETAT conversando com o governador Jader, quase ao nosso lado. Apresento o oficial aos dois. Asdrúbal autoriza a liberação das urnas. Combino para que as urnas sejam trazidas na catedral na mesma praça onde acontece o comício. Aviso o padre Gabriel. Durante o comício, a igreja é aberta. Vou avisar os parentes das vítimas que se dirigem para a Igreja. Exatamente no fim do comício chega a comitiva da diligência da polícia que se tornam o cortejo fúnebre. Muitos dos presentes no comício se dirigem para a igreja. Diante do cheiro forte e insuportável dos corpos é combinado com as famílias para não rezar uma missa que seria demorada. Todos estão escandalizados, tristes, revoltados. Alguns choros ecoam na catedral. Gatão e Orlando Solino fazem um relato desolador da descoberta do resgate dos corpos. O Gatão ficou no Jacumã da canoa que arrastou os corpos. Contam também os comentários ouvidos pelo Lourival e alguns moradores. Lembram também a entrega à polícia de peias cheias de sangue achadas em galhas de uma árvore. Alguns dos principais políticos que estavam no palanque passam pelo velório no maior silêncio: dizer o quê? O padre Gabriel faz uma leitura da bíblia e uma oração abençoando os corpos dos mártires do latifúndio. O seu Luiz agradece todos aqueles que permitiram o resgate dos corpos. É marcada a missa do 7º dia e vamos todos até o cemitério onde os corpos são enterrados. Era muito tarde da noite. Na missa do 7º dia, a catedral estava cheia. Uma missa é concelebrada com o bispo e uma dezena de padres. O nosso bispo tinha sugerido que, naquele dia, tivesse apenas um culto religioso católico na cidade de Marabá.

No fim de abril de 1986, A CPT regional e a SDDH-PA fazem a proposta de montar um “tribunal da terra” para julgar os culpados dos assassinatos do ano 1985: da Irmã Adelaide em abril, dos 8 posseiros da Ubá, mortos em junho, dos 5 posseiros da Princesa em setembro e do presidente do STR João Canuto, de

Xinguara em dezembro. Nesse tribunal os fatos são verdadeiros, as testemunhas autênticas. Tem representação de profissionais que são juiz, advogados de defesa e acusação, promotoria e júri popular dentro dos quais tinha Jair Meneguelli, primeiro presidente da CUT. Claro que nesse tribunal participam alguns familiares de cada vítima e toda a imprensa escrita e falada é convidada. Alguns jornalistas participam.

Durante o tribunal da Terra, o Padre Josimo relata um atentado à bala contra ele, mas foi protegido pelo seu carro. Será a última vez que vejo ele vivo: no dia 10 de maio de 1986, ele será assassinado em Imperatriz, quando ele chega no seu escritório da CPT. O acúmulo de assassinatos, a partir do ano 1985, ano da criação da UDR²⁹ é tão escandaloso que o Sr. Nelson Ribeiro, ministro do MIRAD³⁰, presente no enterro do Padre Josimo, antes de terminar o mês de maio, ele renuncia ao cargo.

O caso da Princesa denuncia claramente não só a brutalidade da violência do latifúndio, mas, também, de que lado está a “justiça” da região do Araguaia Tocantins. Como sempre, os posseiros/vítimas são vistos como perigosos, ladrões de terra e o latifundiário/criminoso, o coitado sem defesa, vítima de quadrilhas sem piedade. É normal que ele se defenda!

- Marlon Pidde, rapaz pobre do bairro Belo Horizonte, periferia de Marabá bamburra na Serra Pelada. Rico, pode fazer o que quiser. A lei é a sua vontade, esbanja dinheiro na compra de terras em Itupiranga e Marabá, em áreas que ele chama de fazendas “Califórnia”. Ele compra o castanhal Princesa que vai apelidar de Califórnia 3.
- Na medição do título de aforamento que Pidde pretende transformar em título definitivo, o órgão oficial GETAT constata uma sobra, de terra e uma dezena de pais de famílias começam a fazer roças nessa sobra na espera de ser assentados.
- Marlon Pidde se acha lesado na perda dessa sobra de terra e ele manda chamar os assentados para “negociar” seus lotes.
- No dia 27/09/1985, apenas 5 respondem ao chamado e vão até a sede do castanhal, mas são enganados. É uma armadilha! São amarrados com “peias” de prender animais, torturados, trucidados: os corpos são jogados no rio, amarrados a pedras.
- Tem pistoleiros para executar o serviço, mas, dessa vez, o mandante Pidde está presente e participa diretamente da execução.

29 União Democrática Ruralista.

30 Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

- Seu Luiz vaqueiro um dia depois do crime vai fazer denúncia do sumiço dos seus filhos. A polícia só inicia o inquérito quando nós da CPT de Marabá voltamos à delegacia com seu Luiz, as viúvas dos seus filhos e as testemunhas de corpos boiando no Itacaiúnas. Não é por acaso comentei, naquela hora, que eu ia encontrar o governador e sua comitiva no comício um dia depois!
- Marlon Pidde tinha a evidente certeza da sua impunidade: onde se vê um latifundiário punido por “defender a SUA terra”? Claro, após o crime, Marlon Pidde se evadiu da região de Marabá. Aliás, nem morava mais na cidade. Segunda a polícia, não se encontrava em canto nenhum. Todos sabiam da sua moradia em Goiânia. Sem nenhuma dificuldade, meus amigos da CPT de Goiânia, me mandaram o endereço da casa e do escritório do Marlon. Recebi deles, ainda, um folder de propaganda da sua empresa de locação de taxi aéreo com todas essas informações. Já que ninguém sabia do paradeiro do Marlon, nós da CPT de Marabá, fizemos um cartaz de “procura-se Marlon Pidde” com os endereços e telefones. Espalhamos esse cartaz em muitos lugares. Muito fomos perguntados: “mas como é, não tem nome e endereço?” Ainda, pedi licença e coloquei um desse cartaz no quadro de aviso na entrada da delegacia, ao lado dos outros procurados! Piada, não é! Pouco tempo depois esse cartaz sumiu da delegacia. O escrivão me justificou que a polícia do Pará tinha ido a Goiânia com uma precatória. Falaram com Marlon, mas, na hora da prisão pela polícia do Goiás, sumiu. Sério!
- Não vou aqui relatar a “rapidez” da justiça que vai levar exatos “trinta anos” para condenar o Marlon Pidde a 130 anos de prisão. Ele recorreu, está respondendo em liberdade, claro, até hoje. No caso do Marlon como todos os casos de assassinatos do campo pela reforma agrária.

A JUSTIÇA TARDA E NÃO VEM...

2.3.

ÁGUA FRIA E PEDRA FURADA: ENSAIO ANTES DO MASSACRE DA CURVA DO S

2.3.1.

Primeiro acampamento dentro do GETAT

“Fomos despejados pela polícia e os pistoleiros! Queimaram as casas e cortaram nossos pés de árvores... O Arnaldo ficou com as freiras e está todo mundo na Igreja de Eldorado”. Logo reconheço o Zé do Feijão e o Messias, posseiros da Água Fria e Pedra Furada, área de conflito da fazenda Rio Verde, em Eldorado.

No dia 10 de dezembro de 1986, estou numa reunião no auditório do GETAT, convocada pela Secretaria de Conflitos Agrárias do MIRAD do governo Sarney. Essa secretaria foi montada após o decreto do PNRA³¹, decretado em outubro de 1985. Tem presentes, fora alguns servidores do GETAT/INCRA, umas 30 pessoas, todas representantes de áreas de conflitos, todos sindicalistas. A reunião é interrompida. Após uma breve discussão, é decidida a continuação da reunião, mas Antonio Chico, presidente do STR de Marabá, José Benatti, o advogado recém chegado para assumir o escritório da SDDH e eu, devemos ir até Eldorado com o Zé do Feijão e Messias.

É bom lembrar aqui que Eldorado e Curionópolis são vilas ainda não desmembradas do Município de Marabá. Já faz mais de cinco anos que posseiros e famílias têm ocupado uma área de terra devoluta da Fazenda Alter Verde. O GETAT já tem feito a vistoria e o levantamento das famílias, mas o pretendo dono, Aloisio Vieira, tem entrado com reintegração de posse.

2.3.2.

Irmã Adelaide

A reintegração de posse tinha sido suspensa pela documentação precária e se aguardava a vistoria do GETAT, suspensa também, após um violento assassinato acontecido mais de um ano antes, ato de vingança do grileiro provocado pela resistência dos posseiros e do STR. No dia 14 de abril de 1985, Arnaldo

31 Plano Nacional de Reforma Agrária.

Delcídio Ferreira, delegado do STR de Marabá, está na rodoviária de Eldorado, conversando com a Irmã Adelaide Molinari. Em plena luz do dia, no domingo de Ramos e em lugar público, ele sofre um atentado. A bala do pistoleiro fere gravemente Arnaldo transpassando seu ombro e vai se alojar na jugular da irmã Adelaide. Ela cai no chão falecendo quase imediatamente. Arnaldo, levado ao Hospital do Carajás, supera seu ferimento. O corpo de Irmã Adelaide é velado na Igreja de Curionópolis num clima de muita comoção, que toma a noite do dia 14 e o dia 15 de abril de 1985. O sepultamento de Irmã Adelaide é realizado à noite, ao lado da Igreja Nossa Senhora das Graças, em Curionópolis. Um ano depois, inicia a Caminhada da Irmã Adelaide que vai da Igreja de Eldorado passando pela rodoviária do assassinato percorrendo, durante a noite, um trajeto de trinta quilômetros até o local da sepultura em Curionópolis: hinos, orações, leituras, memórias dos mártires da terra são realizadas durante o trajeto. Na chegada à sepultura da freira, esse evento pode juntar até 5000 pessoas. Até hoje a caminhada continua no primeiro sábado após a Páscoa.

Mais uma vez, se tratando de um assassinato relativo à luta pela terra, o judiciário vai ficar omissivo em todas as provas do processo. Porém, não foi muito difícil para mim, apurar alguns fatos e feitos. Alguns dias depois do assassinato da Irmã, uma conhecida minha vem me contar que foi vender seus produtos Avon para sua freguesia do Canela Fina, famosa zona do meretrício da Marabá Pioneira. Algumas meninas fizeram o comentário que um cliente tinha chegado lá domingo à noite, bebeu muito e chorava, desesperado, que ele era amaldiçoado porque tinha atirado numa pessoa errada e essa pessoa era freira. Não foi nada difícil para eu descobrir que, esse chorão, era um tal de Zé de Bomba. Comentando o caso com alguns dos meus amigos me revelam que ele era um ex-jogador de futebol bem conhecido, todos sabem o endereço dele perto do estádio Zinho Oliveira, em Marabá. Ganhei até fotos dele. Uma colega da diretoria da recente criada Associação dos trabalhadores da educação me confirma que, no fatídico domingo, ela voltava de uma reunião realizada com professores de Curionópolis que tinha terminado com a triste notícia da Irmã, colega de todos os presentes. Após a parada na rodoviária de Eldorado, já de noite, a caminho de Marabá, o ônibus tinha dado uma parada na ponte do Rio Cardoso. Subiu no ônibus e reconheceu logo o Zé de Bomba que por sinal se sentou ao lado dela. Perguntado por que ele estava ali, ele alegou problema de condução. Se calou, não disse mais uma palavra durante os últimos quase cem quilômetros. Estava nervoso e agitado. Desceu na rodoviária junto com ela.

Com essas informações todas, faço um relatório que pretendo entregar à polícia, mas vou conversar com meu bispo Dom Alano. Temos uma longa conversa. Relato o que eu sei. Dom Alano me relata que o delegado regional veio apresentar seus pêssames e conversou sobre o inquérito que, no dizer do policial, ia demorar muito. Na minha frente, ele liga para Nelson Ribeiro, o ministro do MIRAD. Eu sabia que o ministro era de Belém, tinha sido presidente do Banpará e era paroqueano de Dom Alano, quando bispo auxiliar em Belém. Os dois combinam de eu entregar essa documentação diretamente para o Ministro. Uns dias depois numa viagem até Brasília, entrego toda a documentação, as fotos, o relatório diretamente para o ministro, acreditando na rápida prisão do assassino culpado do duplo crime da morte da Irmã Adelaide e do atentado à vida do sindicalista Arnaldo.

Nunca mais Zé de Bomba é visto em Marabá. Vinte anos depois, o autor do duplo assassinato é preso no Estado do Rio de Janeiro. Ele é funcionário público, sem nenhuma troca de nome. Ele é julgado na comarca de Curionópolis. O júri decidiu por sua absolvição por falta de provas. Nunca o judiciário procurou as testemunhas: perguntei para eles. Um ano depois do assassinato da Adelaide, quinze dias depois do assassinato do Padre Josimo, o ministro Nelson Ribeiro pede demissão do cargo.

A Avenida onde as freiras, colegas de Adelaide moram era denominada “Av. Major Curió”, o triste famoso exterminador da Guerrilha de Araguaia. Em 2009, troca de nome para “Avenida Adelaide Molinari”.

2.3.3. Arnaldo

Várias vezes fui convidado para reunião na delegacia de Eldorado. Certa vez, na época das ocupações da Boca do Cardoso, da fazenda São Francisco, da Bamerindus, eu estou voltando de Parauapebas com Manoel Monteiro e Almir Ferreira Barros, presidentes dos STRs de Itupiranga e São João, respectivamente. Aproveitamos para fazer uma visita a Arnaldo. Estamos conversando na porta da casa do Arnaldo quando um Policial Federal uniformizado chega de carro e, sem descer, pede para conferir nossas identidades. Para minha surpresa, ele pega minha carteira de identidade, dizendo para eu buscá-la na sede da PF. Reclamo, todos reclamam. Ele arranca o carro na direção de Marabá. “Estão procurando os “cabeças” das invasões,

afirma Arnaldo”. Chegando a Marabá, eu conto minha história a nossa advogada da SDDH. Ela afirma que não se pode prender identidade e me disse literalmente que vai buscá-la agora. Ela leva minha carteira de motorista, meia hora depois volta com o documento: “Viu, foi fácil, não pode!” Agradeço porque estava preocupado com as passagens compradas para a França para Ulda, Luza e eu. Essa carteira é comprovante de meu visto permanente. Um dia depois chego no trabalho na FATA onde tem uma reunião do Conselho Diretor. Estava presente um representante do LASAT. Era o Raul Navegante, coordenador do NAEA³² da UFPA³³. Ele é advogado e afirma também que não pode. “Vou representar contra esse servidor”. No mesmo dia, antes de voltar para Belém, ele vai à Polícia Federal protocolar a petição. A partir daquele dia, cada vez que eu fui, de cinco em cinco anos, renovar minha carteira de identidade, fui atendido por aquele mesmo servidor. Na última vez que faço a renovação, como não se pagam certas taxas federais após 70 anos, recebo minha carteira com validade indefinida. Agradei e comentei que eu achava que eu o conhecia. Meio ríspidamente, ele me respondeu: “Eu que sei que conheço muito bem o senhor!” Um conhecido meu da PF comenta que, muitas vezes, o serviço administrativo é um castigo para um agente federal, pois ele não tem mais missão externa, fica na rotina da administração e, principalmente, não recebe mais diárias e outras vantagens quando tem serviços externos e dificulta as promoções.” Será por isso que o dito cujo me conhecia muito bem?

2.3.4.

O primeiro “OCUPAMENTO” no GETAT

Os posseiros do Araguaia/Tocantins e suas lideranças, nas décadas de 1970/1980 achavam muito estranha a prática do acampamento como instrumento de pressão para a conquista da terra. No sul do país, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MST, utiliza a forma do acampamento na encruzilhada do Natalino, como ferramenta de conquista da reforma agrária. À beira das estradas próximas a uma terra sujeita à reforma agrária, monta-se um acampamento com as famílias que pretendem um lote de terra. A pressão midiática e a organização interna dos acampados favorecem a negociação com os órgãos governamentais. Dos encontros, oferecidos na

32 Núcleo de Altos Estudos Amazônicos.

33 Universidade Federal do Pará.

oportunidade de eventos como os da CUT³⁴, da CPT ou CONTAG³⁵, ouvi relatos de calorosos debates entre o Sul e o Norte a respeito do acampamento. A grande questão, para o pessoal do Norte, era como ficava a segurança se tivesse mulheres e crianças, num lugar público, aberto, conhecido, desprotegido, ao alcance de qualquer ataque de pistoleiros ou da polícia? “Aqui, no Pará, matariam todos! Ocupação se faz na boca da vintel!” Um novo termo é inventado no vocabulário dos posseiros, “ocupamento”, uma fusão entre ocupação e acampamento. “Aqui no Pará a conquista da terra se tiver um acampamento tem que ser, dentro da ocupação, no “centro” da mata. A conquista da terra se faz de dentro para fora e não de fora para dentro”.

Aos poucos, no início dos anos 1980, muda a conjuntura do campo com a abertura democrática no Brasil: 1- nas eleições de 1982, os governadores e deputados formam uma maioria do PMDB “progressista”; 2- o governador do Pará, Jader Barbalho, se apresenta na nossa região como o pacificador do Sul do Pará; 3- em 1985, é decretado o PNRA; na época do despejo da Água Fria, o MIRAD é dirigido pelo Dante de Oliveira, deputado federal, autor da emenda constitucional que levantou em 1984 o movimento das “diretas já”; 4- o GETAT já não é mais dirigido por militares, mas por civis que planejam a extinção do Órgão e a volta do Incra, o que vai acontecer um ano depois do primeiro acampamento no GETAT; 5- no fim do ano 1985, depois de mais de 20 anos de área de segurança nacional, tem eleições para a prefeitura de Marabá e ganham Hamilton Bezerra e Adelina Braglia, candidatas do PMDB, com apoio do Governador Jader Barbalho. 6- Na época do acampamento, talvez a maior mudança: todos os STR dirigidos, até então, por pelegos ou interventores militares tem suas diretorias eleitas, composta de combativos militantes da luta pela terra.

Saindo da reunião do INCRA, o presidente do STR Antonio Chico, o Advogado Benatti, Zé do Feijão, Moises e eu, da CPT chegamos então na Igreja de Eldorado. Juntos com a irmã Lurdes, da equipe da Adelaide e Arnaldo, encontramos um quadro de desolação: têm umas cinquenta famílias, com seus poucos pertences espalhados pelo chão. Devia ter mais de cinquenta crianças, algumas dormindo nos bancos da Igreja. A irmã e o Arnaldo ajudados por alguns despejados, já fizeram um levantamento dos nomes por famílias, do patrimônio de cada uma, destruído ou abandonado na terra e também das produções e plantações deixadas para traz. Tem sessenta e quatro levantamentos. Sentados no chão, nós escutamos os relatos da violência do despejo. Vem a pergunta: E

34 Central Única dos Trabalhadores.

35 Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.

agora, fazer o quê? Ficar na igreja, pode, mas por quanto tempo? E a comida? Alguns posseiros diante da situação precária e perigosa já estão pensando em sair de Eldorado, outras famílias já voltaram para traz... A grande maioria quer lutar e não quer abandonar o acampamento na igreja. Nosso advogado Benatti que acaba de chegar em Marabá se compromete em procurar e analisar o processo e recorrer, mas isso demora! Qual é a solução do problema? O povo aqui no Eldorado e o STR, a SDDH, a CPT brigando a cem quilômetros, lá em Marabá. E a comunicação? Como decidir os encaminhamentos? Antonio Chico relembra da dificuldade para se comunicar com o acampamento, acontecido uns anos atrás na Igrejinha da vila, após o despejo do Pau Seco.

Diante da firmeza das famílias em continuar a luta, das condições da conjuntura política, lanço a ideia de analisar a possibilidade de um acampamento dentro do GETAT. É arriscado. Arnaldo e a direção dos posseiros topam a ideia. Arnaldo diz que dá um jeito no transporte. Os sindicalistas acham que o melhor lugar do acampamento seria numa área dentro do GETAT onde a associação dos servidores faz seus eventos. Têm espaços cobertos de palhas, têm mesas e bancadas fincadas no chão. Têm água e banheiros. Já teve festas com churrasco, afirma Antonio Chico. Combinamos um plano alternativo: em caso de problema, vai todo mundo dentro do centro de formação da Diocese na “Chácara do Bispo” a uns 200m, nos fundos do GETAT. A chegada da “comitiva” está marcada para chegar no GETAT de “surpresa”, no próximo sábado, dia 13, de tardinha.

No Sábado, à tarde, o Arnaldo avisa que eles estão de saída para Marabá. Caminhoneiros se ofereceram para fazer o transporte de graça. Alguns diretores do STR vão ao GETAT para receber a “comitiva”. A chegada num Sábado de tardinha acontece despercebida. Quando vou à noite com o Benatti, o acampamento já estava instalado, algumas redes esticadas, cozinha funcionando... O Arnaldo me disse que, em Eldorado montaram uma comissão de comando/negociação. Faz parte dessa comissão de sete pessoas: Arnaldo, Zé do feijão, Manelão, Regino, a professora Cândida e duas mulheres, Helena e Sonia. Essa comissão para outras tarefas articulou uma equipe de segurança (vigia, controle de entrada e saída), uma equipe de animação (canto, cultura, oração, escola), uma de saúde (limpeza, higiene, remédios) e uma da alimentação (comida, água, cozinha, abastecimento). O pessoal da alimentação montou uma dispensa com os parques mantimentos salvos do despejo e uma coleta feita entre os moradores de Eldorado. O STR de Marabá providenciou um pouco de leite, café, açúcar e alguns outros produtos de urgentes necessidades. Só tem reserva talvez por

um dia. Nas missas do domingo, o pessoal das CEB's da cidade, com apoio da camionete rural do MEB consegue doações inclusive alguns colchonetes e cobertas. Os STR de Itupiranga, Jacundá e São João estão coletando produtos da roça e prometem apoio logo na segunda-feira. No domingo, o comando do acampamento junto com o Antonio Chico conseguem um contato com Ronaldo Barata, o presidente do GETAT. Ele marca uma reunião para o dia 15, no auditório do GETAT, às 14 horas. Ele deve chegar pelo voo de Belém de 11h.

Segunda-feira, o auditório do GETAT está lotado. A comissão de segurança organizou a entrada de duas pessoas por família. Além dos acampados despejados estão presentes alguns diretores do STR de Marabá e representantes dos STR de Jacundá, Itupiranga e São João. Vejo o Benatti conversando com Chamon e Ademir, os dois vereadores do PMDB. A meu lado se sentam minha esposa Luza e JaIde, as duas diretoras da recém fundada Associação dos trabalhadores da educação pública.

Quando entra Ronaldo Barata com alguns servidores do GETAT se faz o maior silêncio. Ele sobe no palco e quando se senta à mesa, Antonio Chico pede a palavra, explica o motivo da reunião e do acampamento. Ele cede a palavra para o Arnaldo que faz um relato do despejo, falam também alguns acampados. Ronaldo Barata toma a palavra e diz já ter analisado o processo e afirma que os acampados podem recorrer, mas tem que sair todos do GETAT, pois são invasores do patrimônio público. Ele afirma, ainda, que o despejo aconteceu porque o advogado da CPT tinha deixado o processo “deserto”. Quem entende de qual deserto se trata? Me viro para o Benatti na cadeira atrás de mim. Ele me diz: “Pelo jeito, parece que alguma taxa do processo não foi paga? É sacanagem!”. Levanto o braço para me inscrever para falar, o Benatti também. Quando Barata conclui, um procurador do GETAT repete o que a gente sabe e se faz até ameaçador caso não tiver a imediata saída do acampamento. Estou sendo chamado no microfone. Subo no palco junto com o Benatti. Vejo uma fila de pessoas se formando ao lado do palco para falar. Na minha fala, relembro a história do conflito da área, o assassinato da Adelaide e o ferimento gravíssimo do Arnaldo, os quatro anos de posse na área, o processo que vem se arrastando. Cito que as famílias tinham acabado de plantar a quarta roça, a instalação da escola funcionava há dois anos. Quanto a dizer que o despejo aconteceu por causa da CPT, afirmo que é agir de muito má fé. Reitero a ineficiência do GETAT em querer resolver a questão apesar de se tratar de uma área de terra devoluta e acuso o GETAT de conivência com o pretense dono, mostrando que a lista dos

posseiros citados na reintegração de posse, corresponde rigorosamente à lista do levantamento dos vistoriados produzida pelo GETAT- Alguém do GETAT repassou os dados da vistoria para a defesa do pretense dono e mandante do crime da rodoviária do Eldorado. Cito inclusive os erros de ortografia de alguns nomes e os apelidos presentes nos dois documentos. Nesse momento, bem na minha frente, vejo um dos posseiros se segurando e levanta a sua mão inchada, teve os dedos da mão arrebatados. Um soldado tinha colocado pedaços de vergalhão entre os dedos e apertou para ele confessar onde estavam escondidas pretensas armas dos posseiros. Ele tem a dor marcada no seu rosto. Já cansado desses dias penosos, estressado e indignado pela situação, desabo em choro tratando de merda a proposta irresponsável do GETAT. Largo o microfone e vou me sentar entre Luza e Jaide que seguram minhas mãos. Silêncio total e pesado. O Ronaldo Barata tenta tomar a palavra. Imediatamente Benatti pega o microfone e assim sucessivamente os Vereadores Chamon, Ademir, alguns sindicalistas e posseiros. As falas são pesadas. Ouço ainda a fala emocionada e forte de algumas mulheres.

Após mais de meia hora de intervenções e propostas, a assembleia termina com o acordo seguinte: reunião imediata do presidente do GETAT com o comando do acampamento, dois diretores do STR, Benatti e os dois vereadores. É marcada uma assembleia no acampamento às 7 h da noite para discutir o resultado dessa reunião. Estou convidado para participar da reunião com Barata, mas declino do convite. Vou tentar dormir um pouco.

De noite, chego ao acampamento com a minha esposa. Chegam os dois vereadores com o Hamilton Bezerra, o recente prefeito eleito um ano antes. Juntos, damos uma volta no acampamento. Hamilton nota a evidente precariedade das instalações, a professora informa a presença de 64 crianças de menos de 12 anos e duas grávidas. Hamilton conversa também com o pessoal da cozinha. Vejo ele conversar com os dois vereadores. Já está na hora da assembleia. Arnaldo toma a palavra dizendo que foi um dia difícil, mas apesar da assembleia no auditório, a reunião do comando com o Barata foi produtiva. O acampamento fica por enquanto. Diante da denúncia feita pelo Benatti e dos relatos da violência da polícia no despejo será iniciado, no outro dia de manhã, um levantamento de todas as violências físicas praticadas pela polícia, assim como, os prejuízos perpetrados contra o patrimônio de cada uma família. Também será feito o levantamento das produções e benfeitorias deixadas para trás. Os coordenadores das equipes de segurança, animação, saúde e alimentação fazem seus relatórios

e preocupações. Nesse momento, o prefeito Hamilton pede para falar e declara que acaba de acertar com os dois vereadores para declarar o acampamento “calamidade pública”. Vai direto na prefeitura para chamar o pessoal da defesa civil. A equipe de animação preparou uma oração e as crianças da escola cantam a música “nossa alegria é saber que um dia, todo esse povo se libertará”.

No outro dia com o Benatti, munidos de papel, caneta e máquina de escrever, vou encontrar o comando para organizar o levantamento dos dados do acampamento. Já têm duas funcionárias do GETAT para contribuir com os trabalhos. Estamos terminando a planilha dos dados quando enxergamos, na entrada, vários caminhões do exército chegando na nossa direção. Silêncio total! Todos de pé no acampamento, encostos na cerca, susto! Descem dos caminhões, soldados de bermuda camiseta, alívio! Nada ameaçador! Papéis na mão um oficial chega com um civil de colete laranja: “Sou da defesa civil; vamos montar umas barracas” Depois de uma breve reunião com o comando e um aviso no microfone, na estupefação de todos, umas duas horas depois, são instalados uma cozinha de campanha, uma enfermaria, uma escola e duas barracas equipadas de beliches. O doutor Brasil da secretaria de saúde avisa que todo dia de manhã um médico virá ao acampamento. Umas cestas básicas são deixadas na dispensa da cozinha.

Na mesma tarde, chega ao acampamento, João Roberto Ripper com uma colega de trabalho e vão ficar uns dias conosco tirando fotos reveladoras dos eventos do acampamento. Ele e sua colega se hospedam em casa, pois eles pretendem, cada dia, revelar as fotos, preparar artigos e mandar por fax para alguns jornais.

O outro dia, o Benatti revela a falha do processo e junta os dados do levantamento da violência policial. O relatório produz dados tão escandalosos que, numa reunião a tarde, se toma uma decisão surpreendente: organizar uma vistoria in loco da situação. Ronaldo Barata, presidente do GETAT, Hamilton Bezerra, o prefeito de Marabá, Antonio Carlos Gomes, comandante da PM, Antonio Chico presidente do STR, José Benatti, nosso advogado, Manelão e Zé do Feijão, posseiros da área e João Ripper, nosso repórter formam a comissão de vistoria. Está marcada a saída do GETAT para o outro dia.

Na volta dessa viagem, os posseiros e o João Ripper que chegam primeiro ao acampamento, contam que a visita foi tão escabrosa que o resto da comitiva foi diretamente falar com o juiz. Casas e paióis queimados, roças destruídas, árvores frutíferas derrubadas, e até bloqueio do comboio por pistoleiros foi visto nessa investigação. Chegam Benatti e Antonio Chico dizendo que o juiz pode rever

sua posição na condição que tenha uma entrada de uma contestação. Benatti vai preparar a contestação do despejo. Descobre-se que não cabe a alegação do “deserto” nesse processo. João Ripper vai revelar as fotos que serão juntadas a contestação. Aparece uma luz no fim do túnel. A alegria se ambienta no acampamento, os sorrisos são mais frequentes. Na avaliação, à noite, eu relembro que a posição do pessoal da vistoria e a força do nosso advogado não dariam nada se não fosse a presença de todos nesse acampamento. Claro, não duvido da competência do nosso advogado nem do escândalo provocado pela vistoria nas roças, mas a pressão de acampamento é a força nossa: essa vai influenciar a decisão do juiz. Só falta esperar. O palco é ocupado por um concurso de cantos das crianças.

No dia 24 de dezembro, pela manhã, Benatti recebe a decisão do Juiz. Despejo anulado e retorno de todos à área, com transportes, mantimentos para dois meses e lonas para cobrir os tetos das casas queimadas. Sendo véspera de Natal, não é possível organizar toda essa logística em um dia. O GETAT e a Prefeitura pedem dois a três dias para encaminhar as providências.

Na mesma noite, Dom Altamira, bispo de Marabá, cancela seus compromissos de noite de Natal e vai rezar a missa do galo no acampamento. Não precisa dizer que essa missa foi uma festa de ação de graça e tanto.

Dois dias depois com os ônibus lotados e o caminhão do GETAT repleto de mantimentos, o acampamento é desmontado.

Chegando a Eldorado, o comando sabe que os ônibus não tem condição nesse período de chuva de entrar até a área, principalmente, na passagem da ponte da Água Fria. É decidido que na primeira viagem só vão os homens e os casais sem crianças. Precisa verificar a situação das casas, os consertos necessários nas casas e, principalmente, a segurança da área. A polícia e o oficial de justiça voltaram para Marabá por isso acha-se bom fazer a distribuição dos mantimentos logo. Enquanto tem a distribuição dos mantimentos corre a notícia que o pistoleiro Valdir está na vila. Pipocam tiros de espingardas. O Valdir caía dentro da sua D20 com revólver na mão. Alvorço geral na vila. As famílias vão se refugiar na casa dos seus conhecidos e os homens e alguns casais seguem em caminhonetes leves até a área com alguns mantimentos e as lonas. Arnaldo fica na vila, pois teima represálias contra as famílias e me liga. Repasso o acontecido para o Ronaldo Barata. Ele já sabe do ocorrido pelo comandante da PM que foi avisado pelo delegado de polícia de Eldorado e um destacamento da PM se dirige para Eldorado, mas não consegue nenhuma informação. Ninguém viu, ninguém

sabe. A polícia não vai até a área alegando o péssimo estado da estrada. Corre o boato de que a ponte da Água Fria foi derrubada “pelas enchentes!” Tenho quase todos os dias notícias da área pelo Arnaldo. A ordem é ficar todo mundo quieto. Se a polícia entrar na área é para se esconder na mata. Com certeza, os policiais não ficariam uma noite por lá! Alguns que ficaram na vila de Eldorado são chamados para depoimento na delegacia. Todo mundo ouviu os tiros, mas ninguém sabe de onde foi...

2.3.5.

Após Pedra Furada e Água Fria

Como previsto, no dia 17 de janeiro, chegam meus pais para conhecer o que vivemos. Minha mãe, de oito filhos, sempre foi na frente do seu tempo na defesa das mulheres e dos seus direitos e meu pai, velho sindicalista e membro de várias cooperativas querem saber tudo da nossa vida. Não paramos um minuto durante uns quinze dias juntos. Conto para eles a história do acampamento e a situação da Água Fria. Meu pai faz o pedido de que ele precisa ir ver essa situação. Eu sabia que ia chegar esse pedido! Consigo falar com Arnaldo que combina com os posseiros uma ida nossa na área. No dia 26, três posseiros nos acompanham. Na cerca da fazenda, mais cinco nos aguardam. Na ponte da Água Fria nós continuamos de pés. Os posseiros nos levam na área que foi devastada pela polícia. Meu pai tira fotos de todos os lados para mostrar isso aos companheiros do sindicato da França. Na volta, até o carro uma dezena de posseiros nos acompanha. Eles levaram os presentes que meu pai ganhou. Ele mesmo faz questão de carregar um cacho de bananas dizendo que está aposentado, mas não aleijado e que não lhe falta camisa, já que aquela que ele veste ficou toda manchada. Dois posseiros e uma mulher com uma criança, aparentemente com malária, terminam a viagem conosco. Meu pai fez um diário detalhado da viagem deles no Brasil. O dia 26 de janeiro, dia da visita à Água Fria, ocupa três páginas e tem mais de uma dezena de fotos tanto dos posseiros como dos restos das casas queimadas. Minha mãe me contou que quando chegaram de volta na França, a mala tinha sumido. Meu pai reclamou demais na empresa, ligou várias vezes até a mala chegar na sua casa com as ditas fotos queridas. Até hoje estão guardados no seu quarto os cartazes montados por meu pai para ilustrar as “exposições” organizadas após a viagem brasileira. Minha irmã Charlotte no

último Natal digitou o diário do meu pai, escaneou as fotos e ofereceu para cada um dos seus irmãos/irmãs” a extraordinária viagem de Jean e Irene ao Brasil”. Em dezembro 1991, Eldorado se torna município. Na criação do STR, Arnaldo é eleito presidente do sindicato e continua firme no seu trabalho de defesa da reforma agrária: em 1 de maio de 1993, ele é assassinado. Apesar das denúncias e das manifestações não se tem conhecimento de nenhuma conclusão a respeito dos mandantes desse crime.

A JUSTIÇA TARDA E NÃO VEM!

No dia 17 de abril 1996, esse município, na curva do “S”, será o palco do massacre, pela Polícia Militar, de 19 camponeses sem terra que manifestavam a favor da reforma agrária. Hoje, 72% da área do município, é ocupada por assentamentos. Pagou o preço, mas Eldorado é o município de maior percentagem da relação área de assentamentos versus área total municipal.

A partir da experiência de Água Fria e Pedra Furada no fim do ano 1986, o acampamento até agora rejeitado e até teimado por falta de segurança, vai se tornar uma ferramenta estratégica muito forte para o MST. Várias vezes escutei: “antigamente a gente ganhava a terra “na boca da vinte”, mas no dia de hoje, é “de baixo da lona preta”. Os movimentos do campo têm duas formas de utilização: Na cidade, como forma de pressão nos órgãos públicos.

Até a criação da FETAGRI regional Sudeste, vários grupos despejados vão utilizar o acampamento dentro do GETAT ou do INCRA como meio de pressionar o retorno às suas roças. Foi o caso dos posseiros do Mãe Maria, de julho a dezembro de 1987, e do Embaubal em junho de 1988. Na chegada do MST também vários acampamentos de despejados terminaram no INCRA. A partir da criação da FETAGRI regional Sudeste do Pará, em 1995, uma dezena de acampamentos aconteceram para reivindicar estabelecimento de políticas públicas para a Agricultura Familiar e suas implantações no Sudeste. Decretos de assentamentos, aberturas das linhas de crédito do PRONAF³⁶, orçamento para abertura e manutenção das estradas, instalação do Programa Luz para todos, ampliações da ATER/ATES³⁷. Mais de 40 reivindicações da Agricultura Familiar vão virar Programas de políticas públicas. A partir de 1996, todos os acampamentos

36 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

37 Assistência Técnica e Extensão Rural.

de implantações de Programa serão convocados ao INCRA de Marabá, pela FETAGRI, MST³⁸ e FETRAF³⁹. O comando do acampamento e comissão de negociação sempre é composta pelos vários Movimentos. Não tenho notícia de que aconteceu em outros lugares do Brasil esse tipo de acampamento em órgãos públicos com direções compostas. Vários desses acampamentos chegam a contar com mais de 10.000 participantes que ocupam também INSS, Banco do Brasil ou da Amazônia. Nos casos de impasse nas negociações chegam a provocar a parada do trânsito em Marabá ou mesmo o bloqueio da ferrovia da Vale do Rio Doce.

O governo golpista do Temer extinguiu o MDA e o Governo Bolsonaro desmontou e restringiu o INCRA a tal ponto que as organizações do campesinato se perguntam: “Ocupar o INCRA para que? Não tem nada para negociar: vive às moscas!”

No campo, como forma de organização e de sobrevivência no período pré-assentamento. Enquanto não sai o decreto do assentamento, a área é chamada de acampamento. Com instalação de vilas na beira de uma estrada ou com construção de casas nas roças, a sustentabilidade da luta implica a produção de alimentos, portanto é necessária e imprescindível a implantação de roças. Se no início os acampados produzem roças comunitárias, ao passar do tempo, eles começam a fazer um corte de lotes individuais e implantam suas roças.

Hoje, a área de abrangência do INCRA SR 27 conta com 514 PA´s somando em torno de 80.000 famílias em 5 milhões de ha. Na mesma área, a CPT aponta mais de 200 acampamentos totalizando na ordem de 30.000 famílias, em 3 milhões de hectares. A população da Agricultura Familiar ocupa, então, um quarto da população e um quarto das terras do Sul/Sudeste do Pará que soma 1,7 milhão de habitantes e 290.000 km².

A JUSTIÇA TARDA E NÃO VEM

2.4.

“TERRA DE ÍNDIOS É TERRA DE ÍNDIOS” TERRITÓRIO INDÍGENA “MÃE MARIA” E O PA ARARAS

“Essa terra é dos Índios. Com o traçado da Ferrovia do Carajás, a Vale do Rio Doce foi obrigada pelas condicionantes do MP a verificar e revivenciar os limites

38 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

39 Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Estado do Pará.

da reserva. Um erro na demarcação do passado foi constatado. Os limites Sul vão até o Rio Fleixeira. A ferrovia e a terra que era do Queiroz, portanto a área dos assentados do GETAT está dentro da Terra Indígena Mãe Maria.” O chefe da divisão de terra do GETAT abrindo a reunião, faz um longo relato de toda a história do Mãe Maria, desde 1943.

O clima é tenso dentro da Igreja da Morada Nova. Nos bancos, bem na frente, tem umas setenta pessoas, todos os posseiros assentados pelo GETAT, na divisa com a Aldeia Mãe Maria. O padre Humberto está ao meu lado, junto com o nosso advogado Paulo. Silêncio pesado e, logo depois vem uma chuva de perguntas, dúvidas, questionamentos. São lembradas a briga com o Queiroz, o assassinato de um dos posseiros, a boa convivência com os índios, o pique de respeito, a decisão do assentamento do GETAT.

O Antonio Chico, presidente do STR de Marabá, representando os posseiros que moravam em Morada Nova, afirma que pode ter sangue até as canelas, mas não entrega essa terra. A retirada dos posseiros não é para devolver para os índios, é para entregar a área à família “Queiroz”. Prova disso é que essa família encaminhou, no GETAT, uma solicitação de título definitivo dos castanheais “dos índios” tentando assim abocanhar uma indenização por desapropriação.

O Almir, presidente do STR de São João da Araguaia onde fica a reserva Indígena e a terra dos posseiros do GETAT, se levanta e fala claramente: “Quem fez a cagada foi a Vale do Rio Doce, a FUNAI e o GETAT: vão ter que resolver! Depois de toda essa luta, estamos sabendo agora que essa terra é dos Índios antes mesmo do Queiroz. É deles, não é nossa. Temos que resolver! Só nós podemos resolver, pois eu tenho certeza que eles gostariam muito de ver uma briga entre posseiros e índios! Isso não pode acontecer!”

No meio das dúvidas tem até uma grave pergunta/ bomba: “Será que CPT e o STR está nos abandonando? Será que não foram comprados pelo Queiroz?”

Levanto-me para lembrar toda a luta contra o Queiroz, as negociações dos STR de Marabá e São João com o GETAT, o apoio da CPT nas propostas dos STR. Relembro a convivência dos posseiros com os índios dando como exemplo que vi na casa de um posseiro, um índio trocando uma caça por uns pães. Os índios como todo mundo foram enganados pelo Queiroz. Insisto em dizer que os índios não vão perder um pedaço da terra dele. Não podemos reivindicar uma terra que é dos índios, mas também não podemos sair de graça. Sair, sim, mas de graça, não!

A reunião termina com a formação de uma comissão para encaminhar uma decisão: Verificar no GETAT a situação da demarcação e iniciar a negociação

de uma retirada dos posseiros, mas na condição de receber “terra por terra, casa por casa, no mesmo município, com lotes demarcados e acessados por estrada”.

2.4.1.

A fonte do problema

Encontro muita documentação nos arquivos da CPT de Marabá, inclusive alguns relatórios escritos por mim com nossa “Olivetti” e anotações apontadas a mão: Em 1943, O Estado do Pará doa aos Índios Gavião pelo decreto nº 4503 de 28 de dezembro, uma área de 54.507 ha com notificação dos limites.

De julho a dezembro de 1963, essa área é medida e demarcada com edital para o conhecimento de todos e não tem manifestação de contestação de limites. Em 5 de agosto de 1966 a área total é registrada.

No meio da década de 1960, a família Queiroz consegue um aforamento de duas glebas no chamado “castanhal dos índios” quando um familiar ocupa a posição de inspetor regional do SPI⁴⁰. São estabelecidos limites de respeito entre os pontos de colheita da família Queiroz e os índios. Queiroz instala um barracão numa colocação de colheita de castanha, onde também os índios podem vender sua produção de castanha. A família Queiroz começa a desmatar uma área para implantação de pasto.

A partir de 1978, posseiros da Morada Nova ocupam a área dos Queiroz por ser uma terra devoluta grilada, gerando um conflito. Um posseiro é assassinado na beira da Fleixeira. Com a instalação do GETAT, em 1980, a família Queiroz tenta logo registrar os aforamentos de castanhais como títulos definitivos. Os posseiros defendem os piques de respeito entre eles e os índios e só ocupam a área do Queiroz. Com apoio da CPT, o STR de Marabá donde vêm os posseiros e o STR de São João, onde fica a terra o GETAT, acaba instalando umas 50 famílias nessa área.

Em 1982, com a construção da ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce-CVRD e o seu traçado beirando a área do Território Indígena de Mãe Maria, são revivenciados os limites das terras dos índios. Constata-se, conforme os dados originais, que os limites Sul da terra indígena vão até o rio Fleixeira, portanto a ferrovia e os posseiros do GETAT estão dentro da terra dos Índios. A família Queiroz era intrusa dessa área e os famosos piques de respeito um

40 Serviço de Proteção ao Índio.

engodo. Os índios conseguem negociar uma indenização pela construção da ferrovia, mas recusam, com toda razão, negociar a área dos posseiros com GETAT. O MPF⁴¹ exige do GETAT a retirada dos posseiros e, se for necessário, com a intervenção da Polícia Federal.

2.4.2. Uma situação confusa

A confusão estava feita. Vai levar cinco duros anos para o desfecho dessa história, pois os órgãos federais envolvidos estão tomando posições contraditórias que não resolvem nada

O GETAT, criado em 1980, dirigido por militares reformados, pede para reconsiderar os limites oficiais da Terra Indígena e tenta negociar uma indenização da área do assentamento com os índios. Não se empenha em resolver a questão do remanejamento dos posseiros. Deixa a questão para a FUNAI. Apenas em 1985 com a chegada do Dr. Asdrubal Bendes, primeiro presidente civil do GETAT, o órgão facilita nova solução com a procura de uma terra para reassentar os posseiros

A FUNAI, cujo gerente é militar reformado, pressiona o GETAT pela retirada dos posseiros, considerados por ela de invasores. Os posseiros são perseguidos. A PF, geralmente, entra na área pela ferrovia que estava construída, asfaltada, mas sem os dormentes e os trilhos. Os posseiros evitam qualquer contato e fogem na mata.

A Companhia Vale do Rio Doce, ainda estatal, quer se livrar da questão, pois é uma das condicionantes para ter acesso a empréstimos do Banco Mundial. Representantes do Banco vêm em Marabá para juntar dados sobre a questão.

2.4.3. Divisões

Na aldeia Mãe Maria se encontram três posições:

Um grupo pequeno aceitaria uma indenização em dinheiro em troca da terra dos posseiros.

41 Ministério Público Federal.

O grupo dos jovens guerreiros quer, com toda razão, a retomada imediata da terra ocupada pelos “Kupês” e ameaça se pintar para a guerra.

Um grupo dos caciques representado pelo cacique Payaré tem a seguinte posição: a terra não se negocia, mas quer uma saída ótima para os posseiros e de forma pacífica.

Do lado dos posseiros têm três grupos:

Tem um pequeno grupo, “bom de briga” que quer resistir de qualquer jeito. É o grupo que mais “assediou” Queiroz e protegeu os posseiros na hora da ocupação. A ousadia não falta. Certa vez, a PF veio para retirar os posseiros. Chegou pela ferrovia apenas asfaltada quando não tinha nem dormentes nem trilhos ainda... Teve troca de tiros. Enquanto os policiais foram atrás dos posseiros, dois desse grupo furaram todos os pneus da viatura: “inclusive os dois de estepe” confia um dos posseiros.

Contaram quando uma outra viatura veio socorrer a primeira danificada. Mas também esse mesmo grupinho queria roubar dinamite que sabia armazenada na subestação da Eletronorte com o propósito de explodir a aldeia dos índios.

Tem um grupo que quer indenização em dinheiro. Não quer sair para outra terra, pois tem comércio, famílias, casa em Morada Nova.

A grande maioria das 49 famílias aceita “trocar” de terra, mas só sairiam sob condições de ficar numa área no mesmo município, com lotes demarcados, estradas e pontes construídas, com área de patrimônio coletivo com escolas, posto de saúde e casa comunitária.

Durante 3 anos, a via crucis dessa relação índios/posseiros só passou por estações dolorosas. Apesar de inúmeras reclamações dos posseiros e dos índios, GETAT, FUNAI, CVRD restam inertes sem propostas de soluções. A FUNAI⁴², recorre à justiça para despejo dos posseiros do GETAT e aciona várias vezes a Polícia Federal. O GETAT, tenta contestar a nova demarcação e até propõe a compra da área. A CVRD quer se ver livre da questão dos posseiros. Resolver o problema da indenização da área da Ferrovia e da saída dos posseiros são condicionantes para ter acesso a empréstimo do Banco Mundial. A PF, a pedido da FUNAI e do MPF, tenta o despejo dos posseiros e posseiros revidam ou desertam a área na presença da Polícia. Jovens guerreiros pintados de guerra assustam as famílias dos “KUPÊS” e grupo de posseiros querendo dinamitar a aldeia, CVRD cobrando solução do GETAT e GETAT, considera a CVRD causadora do problema. O STR de São João, sob direção de Arlindo Lopes, é inoperante. O STR de Marabá, sob direção de Antonio Chico, intransigente: “os posseiros ficam”. O CIMI, em defesa da TI Mãe Maria, cobram posição da CPT que está a favor do remanejamento digno dos posseiros. Uma panela de pressão

42 Fundação Nacional do Índio.

prestes a explodir a qualquer momento com consequências irreparáveis para os posseiros e os índios.

O STR de São João, município da reserva Mãe Maria, via seu presidente Almir em conjunto com o Cacique Payaré, aceita a retirada dos posseiros, mas na condição de receber “terra por terra, casa por casa, no mesmo município, com lotes demarcados e acessados por estrada”.

Essa conversa e posição são mantidas por todos nós da CPT, de Marabá que se envolve com todo apoio possível à negociação direta índios/posseiros e, principalmente, a evitar qualquer conflito. Iara Ferraz, antropóloga da Mãe Maria, que foi a primeira pessoa que nos avisou sobre o problema dos limites, mantém contatos permanentes conosco e orienta as decisões a serem tomadas.

2.4.4. Uma luz

A conjuntura muda em 1985. Após longa discussão no Congresso é decretado, em outubro, o plano de reforma agrária. É criado o MIRAD e o GETAT passa a ser dirigido pelo primeiro presidente civil Asdrubal Bentes. Almir Ferreira Barros é eleito presidente do STR de São João, encabeçando uma direção combativa.

Já como presidente eleito do STR de São João Almir inicia acordo com o Antonio Chico do STR de Marabá e os dois chegam a propor ao GETAT o remanejamento dos posseiros para uma outra área dentro do mesmo município ou indenização, em dinheiro, para quem não pretende ou não pode se mudar de Morada Nova. Os dois STR aceitam a retirada dos posseiros, mas na condição de receber “terra por terra, casa por casa, no mesmo município, com lotes demarcados e acessados por estrada”.

Com a proposta única dos dois sindicatos, o GETAT é pressionado para indicar uma área e agilizar a instalação de um novo assentamento. O órgão apresenta várias opções de áreas, todas são recusadas por ficar nos “cafundós do Juda”, em outros municípios, em áreas muito distantes e isoladas. Também, os sindicalistas não aceitam remanejamento na Ubá. Lá foram assassinadas 8 pessoas e se tiver desapropriação os lotes têm destino certo: os ocupantes e as famílias dos mortos!

O GETAT inicia o processo de desapropriação do Castanhal Araras, área aprovada pelos sindicalistas e os assentados do “Mãe Maria”. Se situa um pouco abaixo da sede do município, entre a Transamazônica e o Tocantins, a uma hora de viagem de Marabá. Na pesquisa cartorial se percebe que os herdeiros do Castanhal Araras acabaram de vender seus direitos para os irmãos, Luis e Oscar Miranda, que são pretensos donos do Landy, uma área próxima a esse castanhal. Os dois irmãos cientes da provável desapropriação do Araras, compraram a preço de banana dos herdeiros na esperança de receber muito mais na negociação da possível desapropriação.

Com os novos limites da TI é necessário fazer o levantamento real dos posseiros que pertencem à área do Bacabal, vizinha dos assentamentos do GETAT. Provavelmente alguns se encontram dentro do TI. Os STR de São João e Marabá propõem uma vistoria geral acompanhada pelos STRs, a FUNAI e representantes dos índios. Uma comissão de pesquisa de campo é montada tendo como coordenador o Ferreira da FUNAI. O Paulo, advogado da CPT, se propõe em acompanhar o levantamento, pois implica preenchimento de dados.

Os sindicalistas apoiam a proposta e solicitam acompanhamento dos índios. O cacique Payaré, já conhecido por eles, afirma que dois ou três índios que conhecem muito bem a área vão acompanhar. Essa equipe de campo vai levar quase dois meses para visitar cada casa da área. A surpresa é que não é apenas as 49 famílias do GETAT que estão no TI. O levantamento aponta pelo menos 78 moradores na beira da Ferrovia. Esse levantamento confirma exatamente a estimativa feita pelos sindicalistas e os índios.

Mais uma vez, Iara Ferraz encaminha relatório para a CVRD sinalizando a gravidade da situação inclusive com a recrudescência de posseiros, que diante da inércia dos órgãos responsáveis, se instalam na beira da ferrovia.

Os sindicalistas juntos com os caciques exigem uma reunião dos órgãos envolvidos e uma imediata solução. Os índios e os posseiros conseguem, enfim, uma reunião marcada em abril com o GETAT, a FUNAI, a CVRD⁴³ e o MIRAD;

São acordados lote para cada família que quer se mudar com seis meses de cesta básica, indenização em dinheiro para quem não pode se mudar, assentamento decretado com lotes demarcados, estradas realizadas, área de patrimônio reservado com escola, casa comunitária e trapiche na beira do rio Tocantins.

Os acordos não avançam:

A desapropriação do Araras é contestada pelos Miranda que se dizem recentes donos da área.

43 Companhia Vale do Rio Doce.

Posseiros da região de São João/Apinagés, percebendo a situação confusa do Araras e a permanência dos Miranda, ocupam uma parte da área. 4 deles numa diligência policial, sem mandado judicial, com apoio logístico do carro dos Miranda são levados presos do quartel da PM de Marabá. Paulo, advogado da CPT consegue seus Habeas corpus e suas solturas.

A área da Ubá, vizinha a Araras, onde um ano antes foram assassinadas 8 pessoas é vendida a uma guzeira pelo mandante dos crimes, Edmundo Vergulino. São instaladas várias baterias de fornos à carvão. Corre a notícia que os Miranda pretendem arrendar a mata do Araras para essa guzeira (arrendar mata: corte raso da mata para fazer carvão.)

Em 20/08 de 1986, José Sarney homologa a Terra Indígena (TI) *Mãe Maria*, de posse imemorial dos Gavião Parkatêjê (*Decreto* n. 93.148, 1986). Excluem-se a faixa das obras do linhão da Eletronorte, da BR222 (L=20,8 km x l=80 m) e da ferrovia, mas confirma que os posseiros estão dentro da TI.

Os índios e os posseiros cobram imediatos resultados e marcam uma reunião no GETAT. Almir convida um representante da CONTAG.

Em outubro, a notícia da invasão do Araras por madeireiros/carvoeiro se confirma. Almir denúncia ao ministro do MIRAD, Dante de Oliveira, dois deles invadindo a área querendo tirar madeiras sabendo que vai ser desapropriada para famílias remanescentes do Mãe Maria.

Em 15/01 de 1987, o Presidente Sarney desapropria o Castanhal Araras para instalação dos posseiros do Mãe Maria. Os Miranda contestam a desapropriação.

Os posseiros esperam a demarcação dos lotes e a implantação das estradas e das infraestruturas para se mudar para as Araras. Passa o primeiro trimestre do ano de 1987. Apesar da pressão dos sindicalistas e dos caciques, não tem início nenhum beneficiamento no Araras. Continua a maior inércia por parte das autoridades.

2.4.5. O desfecho

Junho de 1987, depois de várias conversas na CPT, entre principalmente o Almir e o Payaré, são marcada uma reunião na aldeia com o Kokrenum, capitão dos caciques. No dia marcado, vou com Almir e o Paulo, nosso advogado, na casa do Padre Humberto na Morada Nova para encontrar o Chico Machado, líder dos posseiros. O Chico é acompanhado por um companheiro escolhido para participar

também da reunião. No nosso Gurgel, só cabe no máximo 5 pessoas. Vão Almir, Paulo, Humberto, o Chico Machado e seu companheiro. Sobre! Fico aguardando na casa do Humberto com alguns outros posseiros do Mãe Maria, todos nós ansiosos do resultado da conversa. Não demora muito, nossa comitiva está de volta. Foi tão rápido! Será que não foram bem recebidos na aldeia? De longe vejo o Almir conversando com o Paulo e o Humberto. Todos estão sorridentes e logo Almir me dá a notícia... Daqui a três dias, os posseiros vão acampar dentro do GETAT e os índios vão fechar a ferrovia, até que tudo seja resolvido. A CVRD deverá cumprir os acordos que ficam se arrastando desde o ano passado como, as indenizações dos que não serão remanejados, as cestas básicas dos acampados, os gastos da demarcação dos lotes, da implantação das estradas e das infraestruturas coletivas como escola, salão comunitário, posto de saúde.

No dia 6 de julho, as famílias dos posseiros se instalam nas dependências do GETAT e acampam dentro do galpão da marcenaria, hoje da Secretaria de Agricultura do Município de Marabá. Os índios fecham a ferrovia por algumas horas. A ferrovia é liberada com acordo dos sindicalistas, pois Ronaldo Barata, presidente do GETAT marca imediatamente uma reunião dos representantes dos índios e posseiros com o MIRAD, FUNAI, CVRD. Na reunião são confirmados os acordos estabelecidos. Além disso, o GETAT não denunciará os posseiros pelo acampamento dentro das suas dependências, a CVRD não aplicará nenhuma medida contra os índios pelo fechamento da ferrovia, o MIRAD e a CVRD se responsabilizam por encaminhar imediatamente indenizações dos posseiros não remanejados e pela implantação das infraestruturas. Por fim, é acordado que os posseiros acampados só vão sair do GETAT, depois da aprovação da comissão de fiscalização do Araras formada pelos posseiros. Almir e Payaré continuam como referências para encaminhamentos com os responsáveis dos órgãos envolvidos.

Apesar do desconforto total das famílias, a resistência dos acampados se revela inabalada. O decreto presidencial do primeiro assentamento Castanhal Araras efetivado no Sudeste paraense é publicado no DOU⁴⁴, do dia 04 de agosto, com uma capacidade para 92 famílias, mas o STF sustou o decreto presidencial contestado pelo advogado dos Miranda, alegando imóvel plenamente produtivo e não tendo sofrido nenhuma invasão ou qualquer outra tensão social. Por pressão imediata do Kokrenum, que exige a presença do Ministro na aldeia e um fax do Almir contestando as alegações da liminar com cópia da vistoria do

44 Diário Oficial da União.

GETAT, Dante de Oliveira, ministro do MIRAD, reverte a situação jurídica do assentamento. A liminar é revogada.

O acampamento dos futuros assentados das Araras dentro do GETAT, iniciado em 6 de julho vai se prolongar até o dia 19 de dezembro 1987, data da mudança das famílias para as suas novas moradias. A comissão de fiscalização verifica a demarcação dos lotes, a qualidade das vicinais e das pontes. Os alicerces da escola e da sala comunitária já estão feitos numa área do patrimônio de 5 ha que inclui uma bola de castanheira de quase 2 ha. A comissão organiza o sorteio dos lotes para as famílias. Feito o sorteio, as famílias podem fazer troca de lotes a gosto se quiserem. Alguns lotes de sobra são ofertados para famílias cadastradas pelo STR, cujo critério de número de crianças define a seleção de escolha.

As primeiras casas são construídas em mutirão de vizinhos. O GETAT vai fornecer uma cesta básica durante 6 meses. Diante da riqueza de castanha e cupu da área é combinado que uma vez por semana uma condução do GETAT deixará a produção no km 6, na entrada de Marabá. É acordado entre os assentados que qualquer produto como castanha, cupu, madeira para casas só pode ser tirado com acordo do dono do lote. Também, é proibida entrada de madeireiros. Diante de um violento surto de malária atingindo a quase totalidade das famílias, é implantado um posto de campo da SUCAM. Já aparecem as primeiras roças e o CEPASP inicia um acompanhamento sócio econômico da área com a criação de uma caixa agrícola e a elaboração de um projeto de beneficiamento de frutas.

Durante vários anos participo do festival do CUPU marcado todos os anos, no dia 19 de dezembro. Vira famoso com seu licor de cupu. Várias vezes, Payaré combina de ir comigo nesse evento. Cada vez que está presente, é Payaré que faz a abertura da solenidade. A história dos assentados do PA Araras foi incubadora de dirigentes do STR do Município, da FATA, da COCAT e da APEFA. Almir, Payaré, Antonio Chico, Paulo, Padre Humberto, Kokrenum e Asdrubal Bentes já faleceram, mas a história traçada por eles não parou. Com certeza desse companheirismo brotou muitos frutos, abriu portas facilitando as relações índios/posseiros como, por exemplo, na aldeia Sororó dos Suruis, permitiu a participação de jovens índios nas atividades da FATA, com certeza, foi fonte de acesso das aldeias à Universidade para os programas como o PRONERA⁴⁵ e educação do campo. E talvez, a mais bonita conquista: Kátia, filha do Payaré se tornou a primeira mulher cacique da TI Mãe Maria e vejo, agora, no meu whatsapp na rede REPAM, a notícia seguinte:

45 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

Com a construção da barragem de Tucuruí em 1976, a Eletronorte instala dois linhões de rede de alta tensão e derruba uma área atravessando de fora a fora todo território indígena. Sob pressão dos índios, a Eletronorte é obrigada a compensar por uma área equivalente contígua ao território indígena. Enfim, depois de 40 anos de luta dos índios, a Justiça federal obriga a empresa a cumprir seus compromissos. A Estatal compra a área da fazenda Mabel de 3.700ha e, no dia 19 de maio de 2021, a Eletronorte entrega a área aos índios; a cacique Kátia Cilene recebe a área que seu pai Payaré, já falecido, tanto lutou para conquistar.

Certa vez, perguntei para o Almir o que ele tinha feito de mais bonito na vida: “A participação direta na solução do “Mãe Maria” é, sem dúvida, o que fiz de mais bonito na minha vida. Sabes, Mano, se nós tivéssemos feito só isso na vida, já ganhamos nosso céu!”

2.5. RECOMEÇO

“Em 1970 será Marabá uma cidade humanizada? Ou uma cidade corrupta e geradora de miséria? Isso depende de seus habitantes...” Essa foi a pergunta desafiadora lançada pelo Pe. Barruel de Lagenest, nas últimas linhas do seu livro MARABÁ, CIDADE DO DIAMANTE E DA CASTANHA, escrito em 1958.

Com certeza ele tinha clareza de que essa “exploração do homem pelo homem, numa quase escravidão de milhares de famílias, por um número de indivíduos ricos e completamente destituídos de qualquer escrúpulo” era uma realidade insustentável.

Sempre me perguntei por que e como, Barruel, acertou esse “1970”: ano do surgimento da Guerrilha do Araguaia, da abertura da Transamazônica, da migração intensa, da instalação das CEBs, da ocupação das terras por posseiros, da violência da oligarquia castanheira, da instalação da barragem de Tucuruí e do projeto Grande Carajás. Moro, trabalho e vivo no epicentro do arco do fogo, do desmatamento, do assassinato do campesinato, do trabalho escravo, do boi pirata, dos minérios saqueados. Vivo no arco da impunidade, dos despejos, das prisões ilegais, dos 366 assassinatos na luta pela terra onde, tive 34 amigos assassinados.

Com meus 46 anos de Brasil e de Marabá desde 1975, trabalhando 12 anos na CPT, 12 anos na FATA e 12 anos na COPSERVIÇOS, hoje aposentado, com mestrado de agronomia, casado, quatro filhos e cinco netos, posso “clamar” e

tenho orgulho de poder dizer que sou testemunho da previsão de Barruel. Na CPT, vi nascer o campesinato desde a instalação dos colonos da Transamazônica, estive presente na instalação das suas comunidades e na luta pela terra. Na FATA, participei da construção das suas organizações tanto econômicas como sindicais.

Vi a força das suas reivindicações para fazer nascer políticas públicas da reforma agrária. Dos 517 PA's da área do INCRA SR27, conheço bem os 220 PA's do território do Sudeste do Pará. Todos foram apenas regularizações fundiárias de áreas ocupadas por posseiros. Na COPSERVIÇOS junto com uma centena de companheiros técnicos, acompanhei diretamente em torno de 150 PAs, ou seja, 10.000 famílias, na luta e conquista da reforma agrária, na instalação das famílias, na implantação dos assentamentos, na elaboração do PDA⁴⁶ e no PRONAF⁴⁷.

Ainda têm muitas coisas para contar e sempre serão poucas para expressar a riqueza dessa nossa história. Não vou parar de contar, principalmente agora que sou avô. Sou um dos zeladores dessa saga dos posseiros do Araguaia-Tocantins, da caminhada desse campesinato, dessa história nossa. Vivo lembrando ao campesinato: Olhem o que fizeram! Não é hora de morrer na praia! Afastaram da história “aqueles indivíduos completamente destituídos de qualquer escrúpulo”, aqueles do tempo do Pe. Barruel, cuja própria vontade virava lei: esses Mutran,

Almeida, Maranhão, Moraes, Pinheiro, Chamié...

Limparam os espaços para um recomeço, mas precisa ainda que esses espaços virem seus territórios, suas terras sem males.

Todos esses esforços, todos esses sofrimentos, todas essas mortes, mas também todas essas batalhas ganhas e vitórias seladas devem levar a atitudes, ações e construções territoriais. Só será possível se for forjada uma corrente de elos de aço entre os povos do CAMPO e os povos da PÓLIS cujos elos principais são as centrais sindicais, os conselhos municipais, os fóruns e os colegiados como o CODETER⁴⁸, os CAMPI dos institutos e universidades públicos.

O caminho das pedras foi traçado, mas ainda não chegou na beira desejada:

- A. Alto é o compromisso e imensa deve ser a competência dos Movimentos Sindicais e Sociais do Campo e da Cidade para responder à altura ao futuro do nosso território do Araguaia/Tocantins do Sudeste Paraense.

46 Plano de Desenvolvimento do Assentamento.

47 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

48 Colegiado de Desenvolvimento Territorial.

- B. Provocadora deve ser nossa convicção de pertencimento, identificação, ator nesse nosso Território para criar sistemas de produção e organizações políticas próprias da Amazônia Oriental.
- C. Árdua é a tarefa das Assessorias Técnicas que pretendem propor e acompanhar inovações no uso dos nossos ricos recursos naturais para sistemas de produção rurais e urbanos mais justos e mais sustentáveis.
- D. Desafiadora é a responsabilidade para gestores visionários de políticas públicas que pretendam estabelecer equidade e qualidade de vida.
- E. Grande é o desafio para os Campi do sul/sudeste paraense que pretendem construir índices socioeconômicos e dados provocadores de cidadania.
- F. **É necessário beber a água do poço que a gente cavou:
NOSSO SABER É O SABER DO SABOR.**

REFERÊNCIAS

CORREIO DO TOCANTINS, 2012

LAGENEST, H-D Barruel de. **Marabá, cidade do diamante e da Castanha**. São Paulo: Editora ANHAMBI S.A, 1958.

Revista Brasileira de Segurança Pública. São Paulo, Ano 5, Edição 9
Ago/Set. 2011

SOBRE O AUTOR

EMMANUEL WAMBERGUE

Emmanuel Wambergue, nascido na França, vem para Marabá com trinta anos, em 1975, a convite da diocese de Marabá, na região do Araguaia/Tocantins. Era o início da abertura da Transamazônica. Com mestrado profissional em Agronomia, trabalha diretamente, durante 36 anos, na agricultura familiar dos posseiros e dos assentados: 12 anos na CPT-Comissão Pastoral da Terra, 12 anos no CAT- Centro Agroambiental do Tocantins como educador popular na FATA-Fundação Agrária do Tocantins Araguaia e 12 anos como Agrônomo na equipe de coordenação da COPSERVIÇOS-Cooperativa de Serviços em contratos com o INCRA no ATES-Assessoria Técnica Social Ambiental dos Projetos de Assentamento. Aposenta-se, em 2012, prestando ainda serviços no CODETER- Colegiado de Desenvolvimento Territorial do Sudeste do Para, colaborando na Escola Nacional de Formação da CONTAG-ENFOC e participando de algumas atividades de campo a convite da Unifesspa e do IFPA- Campo rural de Marabá. E-mail: wambergue@hotmail.com

NOTAS

CAMINHADA: “Tu és da caminhada”, é a frase utilizada pelos membros das comunidades eclesiais de base - CEBs para se identificar entre eles. Lembra a caminhada do Povo de Deus no deserto da passagem da terra de escravidão para a terra prometida, terra da liberdade onde corre o leite e o mel. Ainda hoje, esse termo significa engajamento num Movimento por uma sociedade mais justa, mais fraterna e mais livre.

BANDEIRAS VERDES: movimento messiânico de romeiros que seguiam a profecia do Padre Cícero. A terra prometida era depois do grande rio. Esse rio foi apontado como o rio Araguaia. Os romeiros retirantes tinham uma bandeira com uma cruz verde. Alguns tinham também uma bata branca marcada com uma cruz verde no peito e nas costas.

ISBN 978-65-5955-058-6



9 786559 550586 >